

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS NATURAIS E EXATAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA E
GEOCIÊNCIAS**

**DINÂMICA DEMOGRÁFICA DO MUNICÍPIO DE SANTA
MARIA/RS: O ESTUDO ACERCA DAS RELAÇÕES DE
CONJUGALIDADE ATRAVÉS DOS CONTEXTOS DO
PATRIARCADO E DO ESPAÇO PARADOXAL**

Geani Nene Caetano

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**Santa Maria, RS, Brasil
2013**

**DINÂMICA DEMOGRÁFICA DO MUNICÍPIO DE SANTA MARIA/RS:
O ESTUDO ACERCA DAS RELAÇÕES DE CONJUGALIDADE
ATRAVÉS DOS CONTEXTOS DO PATRIARCADO E DO ESPAÇO
PARADOXAL**

Por

Geani Nene Caetano

Dissertação de Mestrado apresentada ao Curso de Mestrado em Geografia e Geociências do Programa de Pós-Graduação em Geografia e Geociências da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para a obtenção do grau de **Mestre em Geografia**.

Orientador: Prof. Dr. Benhur Pinós da Costa

Santa Maria, RS, Brasil
2013

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Ciências Naturais e Exatas
Programa de Pós-Graduação em Geografia e Geociências**

Dissertação de Mestrado intitulada

**DINÂMICA DEMOGRÁFICA DO MUNICÍPIO DE SANTA MARIA/RS:
O ESTUDO ACERCA DAS RELAÇÕES DE CONJUGALIDADE
ATRAVÉS DOS CONTEXTOS DO PATRIARCADO E DO ESPAÇO
PARADOXAL**

Elaborado por

Geani Nene Caetano

COMISSÃO EXAMINADORA:

Benhur Pinós da Costa, Dr. (UFSM)
(Presidente/Orientador)

Marcio Jose Ornat, Dr. (UEPG)

Martha Teixeira de Souza, Dr^a. (UNIFRA)

Santa Maria, 23 de setembro de 2013.

AGRADECIMENTOS

Ao Programa de Pós-Graduação em Geografia e Geociências da Universidade Federal de Santa Maria pela oportunidade a mim fornecida de cursar o Mestrado gratuito.

Ao professor Benhur Pinós pela orientação, amizade e por acreditar desde o início na realização desta pesquisa, apesar dos percalços para a realização da mesma.

Aos professores do Curso de Mestrado em Geografia, pelos ensinamentos adquiridos ao longo do curso.

Aos meus pais pelo carinho e apoio em todos os momentos.

Às minhas irmãs Jessica e Mauren pelo companheirismo e apoio para a realização da presente dissertação de mestrado.

Aos colegas do Curso de Mestrado em Geografia que de uma maneira ou de outra contribuíram para a minha formação acadêmica.

RESUMO

Dissertação de Mestrado
Programa de Pós-Graduação em Geografia e Geociências
Universidade Federal de Santa Maria

DINÂMICA DEMOGRÁFICA DO MUNICÍPIO DE SANTA MARIA/RS: O ESTUDO ACERCA DAS RELAÇÕES DE CONJUGALIDADE ATRAVÉS DOS CONTEXTOS DO PATRIARCADO E DO ESPAÇO PARADOXAL

AUTORA: GEANI NENE CAETANO

ORIENTADOR: BENHUR PINÓS DA COSTA

Data e Local da Defesa: Santa Maria, 23 de Setembro de 2013.

A presente dissertação pretende compreender a dinâmica demográfica do município de Santa Maria/RS mediante o enfoque das relações de gênero e de conjugalidade. Dessa maneira, procura-se, como objetivo geral, entender as relações de gênero através dos contextos do patriarcado e do espaço paradoxal, conceitos de exímia importância para a Geografia Feminista e estudos de Gênero. A investigação apresenta como objetivos específicos: a) espacializar a análise da dinâmica demográfica em Santa Maria/RS enfocando os diferentes valores dos dados demográficos (renda, alfabetização, chefes de domicílio, proporção da população por sexo), conforme bairro pelo Censo 2010; b) Buscar interpretações das correlações de dados censitários na qualidade e percepção das mulheres que vivem o recorte espacial obtido no objetivo “a”; c) Interpretar a dinâmica populacional através das relações de conjugalidade, considerando as condições sociais das mulheres do Bairro Agroindustrial, recorte espacial de estudo. Metodologicamente, as etapas da pesquisa estão alicerçadas em interpretações oferecidas pela realização de entrevistas com mulheres residentes no referido bairro, visando expressar suas vivências. Entre os resultados do estudo, ressalta-se a permanência de concepções patriarcais na fala das entrevistadas, mesmo que grande parte delas já estivesse inserida no mercado de trabalho e no acesso ao aprimoramento educacional.

Palavras-chave: Gênero; Relações de Conjugalidade; Patriarcado; Espaço Paradoxal; Geografia Feminista.

ABSTRACT

Master's Dissertation
Graduate Program in Geography and Geosciences
Federal University of Santa Maria

**DEMOGRAPHIC DYNAMICS OF THE CITY OF SANTA MARIA/RS: A STUDY
ABOUT THE CONJUGAL RELATIONS/RELATIONSHIPS THROUGH THE
CONTEXTS OF PATRIARCHATE AND PARADOXICAL SPACE**

AUTHOR: GEANI NENE CAETANO

SUPERVISOR: BENHUR PINÓS DA COSTA

Date and Place of Defense: Santa Maria, September 23, 2013

This dissertation aims to understand the demographic dynamics of the city of Santa Maria/RS through the focus on gender and conjugal relations. Thus, it intended to, as a main objective, understand the gender relations/relationships through the patriarchy and paradoxical space contexts, which are concepts of primal importance for Feminist Geography and Gender Studies. The research has the following specific objectives: a) to spatialize the analysis of demographic dynamics in Santa Maria/RS, focusing on the different values of the demographic data (finance, literacy, household heads, the proportion of population by sex gender), according to the 2010 census; b) to achieve interpretations for the correlations between census data on the quality and perception of women which live in the spatial area obtained in the goal "a" c) to interpret the population dynamics through the conjugal relations/relationships, considering the social conditions of women at Agroindustrial Street, spatial area of study. Methodologically, the research steps are grounded on interpretations offered by interviews with women that live in that neighborhood, in order to express their experiences. Among the study results, it emphasizes the maintenance of patriarchal conceptions in the interviewees' speech, even though most of them were already have inserted in the labor market and access to educational improvement.

Keywords: Gender; Conjugal relations; Patriarchy; Paradoxical Space, Feminist Geography.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO 1: FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	21
1.1 A importância da Geografia Feminista.....	21
1.2 Breve avaliação dos avanços e retrocessos dos comportamentos sexuais da sociedade brasileira.....	30
1.3 Os contextos do patriarcado e do espaço paradoxal como problema de pesquisa: as relações de gênero.....	37
1.4 As relações de gênero pelo contexto do espaço paradoxal.....	52
CAPÍTULO 2 - METODOLOGIA: MÉTODO E PROCEDIMENTOS.....	58
2.1 A delimitação do recorte espacial da pesquisa.....	58
2.2 Análise dos dados e do Censo Demográfico do ano de 2010 por bairros do município de Santa Maria/RS.....	61
2.2.1 As especificidades do bairro Agroindustrial a partir da análise das tabelas quantitativas.....	71
CAPÍTULO 3: ÁREA DE ESTUDO	73
3.1 O bairro Agroindustrial	73
3.2 Procedimentos de investigação do bairro Agroindustrial.....	75
3.3 Resultados e acontecimentos do trabalho de campo.....	76

CAPÍTULO 4: ALGUMAS MULHERES DO BAIRRO AGROINDUSTRIAL E SUAS HISTÓRIAS DE VIDA	91
4.1 A análise do discurso das mulheres do Bairro Agroindustrial.....	91
4.2 Vozes femininas e teorizações feministas.....	92
4.2.1 Vânia	92
4.2.2 Joana	95
4.2.3 Maria	101
CONCLUSÕES	111
REFERÊNCIAS.....	114
ANEXOS	124

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FOTOGRAFIA 1 – Imagem de satélite do Bairro Agroindustrial (indicado pela letra A) obtido pelo Google Maps.....	74
FOTOGRAFIA 2 – Pesquisa (trabalho de campo) no bairro Agroindustrial – Santa Maria/RS (Anexos).....	129
FOTOGRAFIA 3 – Residências do bairro Agroindustrial – Santa Maria/RS (Anexos).....	129
FOTOGRAFIA 4 – Área de Estudo. Bairro Agroindustrial – Santa Maria/RS (Anexos).....	130
FIGURA 1 – Localização do bairro Agroindustrial – Santa Maria/RS (indicado pela letra A) via Google Maps.....	74

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – População por bairro, por grupo de homens e mulheres, proporção de mulheres em relação ao total da população.....	62
TABELA 2 - Responsáveis por domicílio, por sexo.....	64
TABELA 3 - Taxa de alfabetização total (%) de homens e mulheres.....	66
TABELA 4 - Proporção de óbitos de menores de 1 ano de idade em relação a população de menores de 1 ano de idade, por bairro.....	68
TABELA 5 - Faixa de renda por bairro.....	70

LISTA DE ANEXOS

ANEXO A – Entrevista semi-estruturada destinada às mulheres do bairro Agroindustrial do município de Santa Maria/RS.....	125
ANEXO B - Fotos capturadas do trabalho de campo no bairro Agroindustrial-Santa Maria/RS.....	128

INTRODUÇÃO

Desconheci os estudos feministas e de gênero durante a minha graduação no curso de Geografia. Para a realização do trabalho de conclusão de curso, investiguei a inserção do turismo do município de Cruz Alta/RS em âmbito educacional para o estudo do lugar, enquanto importante categoria de análise geográfica. Também realizei projetos de iniciação científica durante a graduação que tratavam da temática turística na ciência geográfica sob a orientação da Professora Doutora Meri Lourdes Bezzi.

Descobri os estudos feministas pelo projeto realizado juntamente com a ONG Igualdade – Santa Maria, que trabalha com discussões pela busca do reconhecimento sócio-espacial dos sujeitos orientados sexualmente para o mesmo sexo e na prevenção/tratamento das doenças sexualmente transmissíveis – DST/AIDS.

Assim, conheci a partir do trabalho de campo a realidade cotidiana de algumas travestis profissionais do sexo, e seus dilemas em esferas sexuais, sociais e políticas (no reconhecimento de direitos). Utilizei como base teórica para esta investigação, o brilhante livro da geógrafa Joseli Maria Silva: “Geografias Subversivas – Discursos sobre espaço, gênero e sexualidades”, pioneiro na discussão das Geografias Feministas e *Queer* no Brasil. Com a leitura do mesmo livro, encantei-me com o estudo das travestilidades realizado pelo geógrafo Marcio Jose Ornat em sua dissertação de Mestrado. Indubitavelmente, a realização do projeto com a ONG Igualdade e a leitura do livro organizado por Joseli Maria Silva, me fizeram descobrir geografias até então desconhecidas ao meu olhar e formação de geógrafa.

Iniciei minha trajetória no Mestrado em Geografia e Geociências do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Santa Maria – UFSM com a aprovação do projeto inicial intitulado: Dinâmica demográfica do município de Santa Maria/RS: O estudo acerca do planejamento familiar a partir das transformações nas relações de gênero. Este projeto tinha como objetivo geral, compreender a dinâmica demográfica do município de Santa Maria/RS no período

1990-2010, a partir de dois elementos de análise: as relações de gênero e a ação das instituições públicas. Nesse sentido, busquei também, investigar a espacialidade das taxas de fecundidade no período de 1990-2010 e interpretar possíveis diferenças espaciais mediante a percepção das mulheres de Santa Maria/RS.

Saliento que o estudo das feminilidades através dos contextos do patriarcado e do espaço paradoxal me fascinam, pela dialética comportamental inseridos nessas perspectivas conceituais feministas, que ora vê a mulher como submissa ao homem e ora a vê com múltiplas facetas identitárias, posicionada em diversos elementos experienciados em seu cotidiano familiar e em sua relação de conjugalidade.

A partir do maior conhecimento e estudo dos referenciais teóricos e metodológicos e das pesquisas que estavam sendo realizadas, ou já haviam sido realizadas acerca da temática do gênero e das geografias feministas, procurei modificar e aperfeiçoar o objetivo geral e objetivos específicos do projeto inicial de Mestrado. Essa mudança do projeto se deu, principalmente, pela não obtenção das taxas de fecundidade por bairro do município de Santa Maria/RS no período 1990-2010 a partir dos dados demográficos censitários. Realizei a obtenção desses dados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística do município de Santa Maria/RS, porém me foi informado que não eram coletados os dados de fecundidade por bairros do Município pelo Censo do IBGE. Sendo assim, o trabalho com dados estatísticos sobre fecundidade foi descartado para a construção da presente investigação.

Desta maneira, procurei realizar no projeto inicial de pesquisa a problematização e investigação sobre o planejamento familiar em escala local e a investigação de suas políticas públicas em escalas estadual e nacional. Com a modificação do problema de pesquisa, as questões sobre a estruturação familiar se tornaram irrelevantes para o desenvolvimento da investigação e, por essas razões, as questões que dizem respeito ao planejamento familiar foram descartadas da realização da investigação.

Após essas etapas de formação da pesquisadora e construção da investigação, cheguei à conclusão de que a pesquisa não tinha uma problematização concreta e norteadora. Então, mediante as discussões feitas juntamente com o competente orientador Benhur Pinós, procurei entender a partir das leituras feministas sobre os contextos do patriarcado e do espaço paradoxal e, por conseguinte, de que forma as relações de conjugalidade se estruturam vinculadas aos contextos do patriarcado e do espaço paradoxal pelo olhar da mulher santamariense? Esta então se tornou a questão problema e norteadora da presente pesquisa.

Seguindo esse viés de estudo, a pesquisa optou por entender a relação de conjugalidade em Santa Maria, mais especificamente, no bairro Agroindustrial, a partir de duas vertentes feministas destacadas como debate teórico: a primeira refere-se das relações de gênero vinculadas ao domínio masculino e submissão feminina e a segunda atrela-se às possibilidades táticas que as mulheres usam para reverter esta sujeição, muito discutida em investigações sobre espaço paradoxal na Geografia Queer.

Os estudos referentes à abordagem de gênero inserem-se nas preocupações atuais relacionados ao espaço geográfico e a dinâmica implícita no mesmo, como forma de entendê-lo, mediante seu desenvolvimento e organização. O referido espaço se revela frente ao atual estágio técnico-científico-informacional, apresenta uma diversidade de possibilidades de análise, e a Geografia Feminista, como uma vertente de estudo científico, alicerça-se na compreensão da dinâmica populacional e social através das relações de gênero e sexualidade, podendo assim colaborar teórico e metodologicamente as relações de conjugalidade.

A presente dissertação de Mestrado centra-se na busca da compreensão acerca da dinâmica demográfica do município de Santa Maria/RS, especificamente do Bairro Agroindustrial, mediante o enfoque das relações de gênero e de conjugalidade.

Dessa maneira, como objetivo geral, procura-se entender estas relações através dos contextos do patriarcado e do espaço paradoxal, conceitos de expressiva importância para a Geografia Feminista e estudos de Gênero. Como

objetivos específicos, esta investigação busca: a) Espacializar a análise da dinâmica demográfica em Santa Maria/RS e, mais especificamente, do Bairro Agroindustrial, enfocando os diferentes valores dos dados demográficos (renda, alfabetização, chefes de domicílio, proporção da população por sexo) pelo Censo de 2010; b) Buscar interpretações das correlações de dados censitários na qualidade e percepção das mulheres que vivem no recorte espacial, obtido com a efetivação do objetivo “a”; c) Interpretar a dinâmica populacional através das relações de conjugalidade, considerando as condições sociais das mulheres do Bairro Agroindustrial, recorte espacial onde será feita a incursão a campo.

Metodologicamente a pesquisa apresenta-se estruturada em etapas, alicerçadas em interpretações oferecidas pela realização do trabalho de campo, o qual se baseia em entrevistas com mulheres residentes no referido bairro, visando expressar suas vivências e a importância da Geografia Feminista e dos estudos de Gênero para a compreensão da realidade das mulheres que moram neste espaço santamariense.

A abordagem utilizada na presente pesquisa é a de gênero e são utilizados os métodos de entrevistas semiestruturadas e análise do discurso para o tratamento qualitativo dos dados obtidos no trabalho de campo.

É necessário enfatizar que a pesquisa visou, inicialmente, utilizar o método da história oral através da análise de discurso das mulheres entrevistadas, porém, após a verificação in loco optou-se por buscar as interpretações das respostas orientadas pela entrevista semiestruturada (Anexo A) . Esta entrevista contempla aspectos importantes para os estudos feministas como a relação de conjugalidade.

Inicialmente, espacializou-se a área de estudo de acordo com a realidade da dinâmica demográfica do município de Santa Maria/RS, enfocando os diferentes valores dos dados demográficos nos quarenta e dois bairros pelo Censo 2010.

Após essa fase, buscou-se delimitar o recorte espacial a ser investigado, escolhendo o bairro Agroindustrial para investigação da espacialização diferencial

dos dados demográficos relacionados às diferenças sexuais (renda, alfabetização, responsáveis pelo domicílio, proporção da população por sexo).

A terceira fase da pesquisa fundamentou-se na análise qualitativa a partir da busca de interpretações das correlações de dados censitários na vivência e percepção das mulheres que residem no referido bairro, através da história de vida das mesmas, obtidas a partir das entrevistas semiestruturadas.

Dessa forma, o roteiro das entrevistas foi a respeito do modo de vida dessas mulheres a partir da trajetória de vida familiar (relatos relacionados à convivência com os filhos, ao casamento, às gestações). Outro enfoque do estudo foi investigar as posturas dessas mulheres em relação ao cônjuge (relações de conjugalidade), entre outras questões pertinentes às interpretações da Geografia Feminista e de Gênero.

Nessa perspectiva, juntamente com a coleta de narrativas das mesmas, fez-se o levantamento bibliográfico arrolando os principais conceitos abordados na pesquisa, os quais auxiliaram nas interpretações dos discursos deste público pesquisado, procurando estabelecer o referencial teórico-metodológico alicerçado nos conceitos vinculados à Geografia Feminista, ao patriarcado, ao conceito de espaço paradoxal, de gênero, de relações de gênero e de conjugalidade.

Atrelando a teoria aos dados coletados com a etapa prática da pesquisa (trabalho de campo), fez-se a análise e interpretação dos dados, com a finalidade de verificar a dinâmica demográfica do município de Santa Maria/RS de acordo com a realidade expressa no Bairro Agroindustrial. Com a efetivação do trabalho de campo e o auxílio dos dados demográficos do Censo de 2010, os quais refletem estatisticamente as relações de gênero desta área de estudo, pode-se interpretar os relatos das mulheres pesquisadas segundo as perspectivas do patriarcado e do espaço paradoxal.

As concepções teóricas e as vivências femininas são, portanto, relevantes para esta investigação. Indubitavelmente, as mulheres são o ativo foco/sujeito central desse estudo e expressam a importância da Geografia Feminista e dos estudos de gênero para a ciência geográfica. Nesse sentido, a presente dissertação procura ser um subsídio para novos estudos desta temática.

Autores como Berman (1997) e Narayan (1997) afirmam que em nossa sociedade a ciência está associada a uma estrutura de poder da qual as mulheres ainda não fazem parte de forma plena. As experiências de vida femininas são condicionadas para servir e para a não identificação com o domínio masculino, já que fazemos parte de uma sociedade extremamente patriarcal. No entanto, atualmente é perceptível a subversão de algumas normas, indicando o contexto do espaço paradoxal nas relações conjugais.

As teorizações feministas salientam que aquilo que aprendemos a aceitar como conhecimento científico é na realidade “androcêntrico” (dominado pelos interesses ou pontos de vista dos homens). Desse modo, o “conhecimento” e a “ciência” não são universais, como habitualmente se ensina; são uma maneira androcêntrica de saber e de fazer ciência.

A epistemologia feminista é uma manifestação pessoal da percepção geral de que as vivências das mulheres como seres sociais, suas contribuições ao trabalho, à cultura, suas histórias de vida e interesses políticos, infelizmente têm sido ignorados pelos discursos científicos dominantes em diferentes campos

Um dos principais objetivos dos estudos/atividades feministas é a de mostrar a reconhecida necessidade de libertação das mulheres da opressão do *status quo*.

A Geografia Feminista nasce no contexto da “segunda onda” do Movimento Feminista, em especial, nas décadas de 1960 e 1970 nos Estados Unidos e na França. Enquanto as feministas americanas enfatizavam a denúncia da opressão masculina e a busca da igualdade (feminismo de igualdade), as francesas postulavam a necessidade de serem valorizadas as diferenças entre homens e mulheres, dando visibilidade, principalmente, à especificidade da experiência feminina, geralmente, negligenciada (feminismo de diferença).

Nessa perspectiva, as importantes relações acadêmicas com os movimentos sociais, advindas das ideologias dos movimentos feministas do sistema acadêmico e científico, contribuíram para expandir e tornar mais interessante o saber e as matrizes teóricas da ciência geográfica. Confirmado por Silva (2009), é possível observar que houve o reconhecimento e a valorização da

produção científica feminista junto aos geógrafos do sexo masculino, os quais passaram a produzir pesquisas influenciadas pelos campos teóricos feministas e a compor um grupo político-científico.

Compreende-se, com base em Radcliffe (1993), o significado de espaço geográfico como uma construção histórica e social sempre em movimento e não como um conceito pronto, estático, sem temporalidade. Usualmente, define-se o espaço vinculado ao privado, ao feminino e ao irracional. Entretanto o tempo é compreendido conceitualmente vinculado ao masculino, ao político e ao racional.

A perspectiva dicotômica advém do pensamento patriarcal, que dão maior importância ao tempo sobre o espaço e também ao masculino sobre o feminino e Massey (1994) o compreende argumentando que esta maneira de pensar dicotomias, juntamente com uma variedade de outros dualismos e está vinculada com a construção de uma distinção radical entre os gêneros em nossa sociedade.

A Geografia de Gênero teve como influência a luta dos movimentos feministas pela igualdade de direitos para as mulheres, bem como a perspectiva da inserção feminina no mercado de trabalho e na esfera pública. Por conseguinte, considera-se que os movimentos de mulheres ou feministas são de inequívoca relevância para a transformação da realidade cotidiana e espacial das mulheres brasileiras e, portanto, se especificam em relação a outros movimentos ao proporem uma articulação entre política e vida cotidiana, entre esfera privada, esfera social e esfera pública. Destaca-se que, também, a mulher, ao emergir da esfera privada para reivindicar na esfera pública, passou a ganhar visibilidade na esfera social, onde os limites entre esfera privada e esfera pública tornam-se distintos e confusos.

Convém salientar que, mediante a realização do presente estudo, verificou-se que a perspectiva do espaço de relações paradoxais desconstrói as relações de gênero da sociedade patriarcal, ou seja, a fala das mulheres entrevistadas, mesmo que evidenciando uma organização em que o homem ainda assume o papel de chefe, já expressa sinais marcantes de autonomia feminina em algumas esferas da vida familiar das mesmas.

Portanto nos dias atuais, o feminismo assume diferentes bandeiras, como por exemplo, a violência contra a mulher e a sexualidade entre várias outras questões. Contudo, a tática do feminismo em tornar visível a questão da mulher, suas exclusões e desigualdades, tem se mostrado relevante no Brasil.

Portanto, esta investigação se insere nas pesquisas de Pós-Graduação da Universidade Federal de Santa Maria – UFSM, através do aperfeiçoamento profissional, científico e investigativo da ciência geográfica, que permite revisitar as teorias e metodologias adotadas para os estudos feministas e para as geografias do gênero e que proporcione novas abordagens e estudos relativos a esta temática como subsídios às relações de gênero e relações de conjugalidade.

A presente dissertação está organizada em 5 capítulos. O primeiro enfatiza as matrizes conceituais que serviram como base para a fundamentação teórica da pesquisa, evidenciando a importância e evolução da Geografia Feminista no mundo e no Brasil, bem como os avanços e retrocessos dos comportamentos sexuais da sociedade brasileira para, em seguida, ressaltar as definições de patriarcado e de espaço paradoxal voltado para as relações de gênero.

O segundo capítulo enfoca os caminhos que permitiram a definição do recorte espacial da pesquisa mediante a análise de dados estatísticos do Censo Demográfico de 2010 por bairros do município de Santa Maria e, através dos mesmos, selecionar o Bairro Agroindustrial como área de estudo da pesquisa em questão.

O capítulo 3 procura caracterizar de forma mais aprofundada o Bairro Agroindustrial, utilizando como procedimento de investigação, não somente os dados quantitativos, mas um enfoque qualitativo para seu estudo, ressaltando, por isso, os acontecimentos provenientes da verificação in loco que originaram os principais resultados deste trabalho.

Para a elaboração do quinto capítulo da dissertação, foram descritas as principais falas das mulheres entrevistadas durante o trabalho de campo, considerando que o conhecimento científico nasce de um encontro fenomenal entre sujeito pesquisado e pesquisador, entre empiria e teoria, voltadas às questões das relações de patriarcado e de espaço paradoxal. Para finalizar o

corpo teórico deste esforço científico, o capítulo 6 apresenta as principais considerações obtidas mediante a revisão bibliográfica e a verificação in loco.

CAPÍTULO 1 - FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

1.1 A importância da Geografia Feminista

A Geografia de Gênero, influenciada pela luta dos movimentos feministas e pela igualdade de direitos das mulheres, contribuiu para a compreensão da inserção feminina no mercado de trabalho e na esfera pública. Desse modo as teorias têm importância pela capacidade de inteligibilidade de determinados fenômenos e na relação com as questões que construímos frente a realidade.

Nessa linha de raciocínio, é necessário evidenciar a relação dos estudos de Gênero, mais especificamente, as contribuições teóricas da Geografia Feminista e das ações práticas do Movimento Feminista no Brasil como “agentes” transformadores, inclusive, das relações de conjugalidade no município de Santa Maria, pois o estudo de dados representativos das dinâmicas demográficas no território municipal em questão aliado à verificação *in loco*, sinalizaram a permanência de discursos vinculados ao contexto do patriarcado e, ao mesmo tempo, evidências relativas ao contexto do espaço paradoxal, prováveis “frutos” da importante contribuição oferecida pelas teorias e pela práxis feminista no Brasil e no mundo.

Por conseguinte, considera-se que os movimentos de mulheres ou feministas têm relevância para a transformação da realidade cotidiana e espacial das mulheres brasileiras e, portanto, se diferem em comparação a outros movimentos ao proporem uma articulação entre política e vida cotidiana, entre esfera privada, esferas social, pública e privada. Por esse viés, destaca-se que a relevância da geografia feminista se mostra

En consecuencia, la finalidad específica de una geografía feminista consiste en investigar y sacar a la luz la relación que hay entre las divisiones de género y las divisiones espaciales, para descubrir cómo se constituyen mutuamente, y mostrar los problemas ocultos tras su aparente naturalidad. Nuestro propósito es examinar hasta qué punto los hombres y las mujeres experimentan de un modo distinto los lugares y los espacios, y mostrar que tales diferencias forman parte de la constitución social tanto del lugar como del género (McDOWELL, 1999, p. 27).

Little et al (1988) conceituam a geografia de gênero

La geografía de género se define como aquella que examina las formas en que los procesos socioeconómicos, políticos y ambientales crean, reproducen y transforman no solo el lugar donde vivimos sino también las relaciones entre hombres y mujeres que allí viven, además estudia como las relaciones de género tienen impacto en dicho proceso y sus manifestaciones en el espacio y el entorno (LITTLE et al., 1988, p. 1-2).

Nessa perspectiva, as relações de gênero são relevantes para a ciência geográfica porque as divisões espaciais – público e privado; dentro e fora – têm fundamental importância para a construção social das divisões de gênero. A organização do espaço, um importante enfoque para os estudos geográficos, revela que o papel feminino resulta de transformações espaciais consideráveis e são reflexos das dinâmicas sociais, culturais, econômicas, políticas (entre outras), vivenciadas nas últimas décadas. Enquanto que o centro de atuação feminina estava voltado à família, atualmente, observa-se que as mulheres desempenham papéis decisivos na estruturação da sociedade, como o cargo de presidenta da República de Dilma Rousseff.

Nesse sentido, de acordo com a geógrafa inglesa Linda McDowel (1999), a relevância do papel identitário feminino em um determinado lugar não é só resultante das instituições que fundamentaram seu papel, como a família, o lugar de trabalho, do centro comercial às instituições políticas, sendo também um aspecto essencial do pensamento ocidental, da estrutura e divisão do conhecimento e dos temas que devem ser estudados dentro de tais divisões. A autora ressalta também que

[...] el propio sentido común nos habla de la existencia de una geografía de las relaciones de género, debido a las enormes variaciones que podemos encontrar de un país a otro, o dentro de un mismo país, en materia de subordinación o de autonomía relativa de las mujeres o del correspondiente poder de los hombres. De igual modo, existe una no menos evidente multiplicidad en la creación social del género, en sus divisiones y en los significados simbólicos asociados a lo femenino y lo masculino (McDOWELL, 1999, p. 27).

Resgatando novamente McDowell (1999, p. 27) salienta-se, ainda, que “[...] construir uma geografia ou geografias de gênero consiste em chamar a atenção sobre a transcendência de conceitos como o lugar, a diversidade cultural, correlacionando com os problemas relativos à sexualidade, a nacionalidade, ao imperialismo, à imigração, ao genocídio, entre outros”. Sendo assim, é essencial compreender a importância das relações de gênero para a configuração espacial e, conseqüentemente, para a epistemologia da ciência geográfica e ainda

Descubrir cuál és el papel que desempeñan los lugares comunes relativos al género en la estructuración del pensamiento y del conocimiento mismo tiene una enorme trascendencia, porque ayuda a replantear la división de los géneros y supone, ni más ni menos, que la reconstrucción del cuerpo de conocimientos de Occidente, es decir, una meta que podría ir más allá de las desigualdades estructurales entre el hombre y la mujer, aunque, naturalmente, una cosa depende de otra (McDOWELL, 1999, p. 28).

A incorporação da perspectiva feminista na geografia brasileira sofreu influência dos estudos de alguns geógrafos (as) europeus e estadunidenses que se utilizavam desse enfoque para o estudo das questões espaciais. Os primeiros estudos buscam dar visibilidade à metade da população que não obtinham reconhecimento social; sendo assim questionavam a cultura patriarcal e androcêntrica e a ciência e a epistemologia, propondo novos enfoques teóricos e metodológicos Monk e Hanson, 1982; García Ramon, 1989 (apud VELEDA DA SILVA, 2009).

Conforme McDowell (1999), a geografia feminista

[...] Permitted to plantear las igualdades y las diferencias entre las mujeres, y, para las geógrafas, ayudó a demostrar que las características de género no sólo varían de un país a otro y de una época a otra, sino también en los espacios y las relaciones de la vida cotidiana. Así por ejemplo, en los bares, los clubes, los parlamentos nacionales, los colegios mayores, las oficinas, etc. Varían tanto el uso de los símbolos como las expectativas del comportamiento apropiado para cada género (McDOWELL, 1999, p. 31).

Em contraponto, ressalta-se que a sociedade legitima conquistas do movimento feminista, mas, ao mesmo tempo, alimenta certa repugnância e contrariedade a ele. Segundo Sorj (2005, p. 26), há

a resistência à identidade com o movimento feminista está relacionada ao surgimento de grupos sociais hegemônicos que são contrários às conquistas femininas. De maneira preconceituosa, as feministas são associadas a comportamentos agressivos, radicais ou a desajustes afetivos e sexuais. [...] a persistência do preconceito em torno do feminismo, é ainda mais surpreendente quando adotamos uma visada histórica sobre os movimentos políticos e sociais do extremado século XX e nos damos conta de que o feminismo foi, de longe, o movimento político mais bem sucedido do século. Diferentemente dos demais movimentos políticos como o fascismo, o nacionalismo e o comunismo, o feminismo promoveu uma formidável mudança de comportamentos orientada para a promoção de mais liberdade e igualdade entre os sexos, sem aspirar à tomada do poder, sem utilizar a força e sem derramar uma gota de sangue. As mudanças ocorreram no campo do convencimento e da persuasão, pela condução de campanhas e manifestações, pela divulgação de idéias na mídia e pela mudança nas leis. O feminismo, além do mais, constitui-se como movimento plural, sem dono, nem estruturas de controle centralizadas, sem excomungados, renegados ou dissidentes (Sorj, 2005 apud SILVA, 2009, p. 56).

Dessa maneira, torna-se relevante afirmar que contextos culturais patriarcais enraizados nos países latino-americanos impedem a afirmação e a consagração das geografias feministas. Diferentemente do que ocorreu nos países anglo-saxões, onde as geografias feministas já são consagradas em âmbito acadêmico e esses estudos adquiriram força no campo epistemológico da ciência geográfica há pelo menos três décadas.

Nesse sentido, Silva (2009, a) utiliza como embasamento teórico o pensamento de Rose (1993), salientando que

Rose (1993) define a geografia como um conhecimento masculino que se sustenta nas práticas acadêmicas mais comuns, como na escolha de temas a serem estudados, na eleição de aparatos teóricos e metodológicos consagrados e na elaboração dos perfis de congressos e seminários. As mulheres, para praticar a geografia, devem assumir as referências masculinas de ciência, uma vez que o lugar central de enunciação do discurso geográfico é, como visto, o homem branco, burguês e heterossexual, e esta posição permite a hegemonia de suas concepções sobre o gênero, a raça e a sexualidade. Segundo Rose (1993 b), a feminilidade, por exemplo, é compreendida por suas diferenças em relação à masculinidade, e as outras identidades raciais e sexuais são concebidas pela autopercepção do sujeito branco e heterossexual (Rose, 1993 apud SILVA, 2009, p. 29).

Mediante a influência das teorias pós-coloniais, pós-estruturalistas e psicanalítica, as geografias feministas – em relação às críticas das mulheres negras, de gays, de lésbicas, ao perfil universal e elitizado dos movimentos sociais – aprofundam sua pluralidade, ao abordarem desde as microgeografias do corpo até as relações transnacionais, em múltiplas perspectivas de análise e de investigação, abrindo caminho para os estudos de gênero e das sexualidades a partir da Teoria Queer, das políticas econômicas e ambientais, baseadas nas críticas e reflexões aos modelos de globalização instituído (SILVA a, 2009).

A abordagem da sexualidade no campo da Geografia superou muitos preconceitos associados ao tema, e, inclusive, no campo feminista. Domosh (1999 apud Silva b, 2009), em seu artigo “Sexing feminist geography”, afirma que a luta das feministas contra as concepções masculinas erotizadas das mulheres tem evitado um alinhamento com as sexualidades, sob o caráter de que isso poderia reforçar as suposições culturais de exploração sexual das mulheres e deslegitimar a autoridade feminina no corpo do conhecimento geográfico (SILVA b, 2009).

Os estudos de gênero têm se inserido em organismos como a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) e o Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (UNIFEM), sendo assim, uma importante manifestação das potencialidades das investigações de gênero para erradicar as desigualdades sociais e intensificar o desenvolvimento dos países (SILVA b, 2009).

Entretanto, apesar do importante papel feminino nos fatos sociais, a Geografia brasileira continua negligenciando a abordagem e perspectiva de gênero como construtora da inteligibilidade da realidade social. Infelizmente, o espaço privado e as relações sociais e de gênero que se constroem no mesmo, sendo relações de articulação entre os espaços públicos e espaços privados, tão precisamente estudados pelas geografias feministas, são invisibilizados pela sociedade e em caráter acadêmico na geografia brasileira. Como afirma precisamente a autora

[...] existem alguns temas que, em que pese a sua inequívoca importância, a geografia brasileira tem ignorado, tais como a feminização

da pobreza, o aumento da proporção de mulheres chefes de família, as migrações femininas no mundo, as economias nacionais baseadas em remessas de capitais e o modo como esses elementos redesenham as relações entre os sexos nos locais de origem, a participação das mulheres nos movimentos camponeses (como no Movimento dos Sem-Terra) e, acima de tudo, os efeitos desiguais que a globalização está produzindo em mulheres e homens (SILVA b, 2009, p. 60).

Dessa forma, as geógrafas feministas afirmam e denunciam que o discurso geográfico científico é generificado e hierarquizado, sendo as características masculinas consideradas superiores em relação às características femininas. Conforme as mesmas, a paisagem como natureza passiva é feminina, exemplificada pela noção de “Mãe Terra”; em contraponto, formula-se a ideia de conquista e dominação da natureza, construída pela razão e pelo trabalho do “homem” que produz e transforma o espaço (SILVA, 2009).

Nessa perspectiva, conforme McDowell (1999), a descrição dos elementos típicos da personalidade feminina generaliza a mulher e desconsidera suas características individuais. São elas a irracionalidade, emoção, dependência, privacidade e proximidade à natureza, sendo estas características consideradas inferiores em relação aos atributos masculinos, estando estes relacionados ao racional, científico, independente e público. Estando as mulheres à mercê do corpo e das emoções, de maneira que os homens representam a superação desses aspectos tidos como “inferiores” e “primários” (SILVA b, 2009).

Nesse sentido, essa divisão binária, conforme McDowell está intensamente relacionada com o espaço e com a ideia daquilo que é “natural” (biológico) e daquilo que é “cultural” (construção histórica e social), e relaciona-se, ainda, com as regulações que dizem respeito a quem ocupa determinado espaço e a quem está excluído deste mesmo espaço e, por conseqüência, ela estrutura a epistemologia e a produção científica da geografia (SILVA c, 2009).

Comprova-se também que a vinculação da geografia com as ciências naturais constitui uma barreira estrutural para a inserção das abordagens de gênero no ensino (MONK, 2011). Desta maneira, as concepções teóricas aqui tratadas, apelam para a necessidade de se atribuir maior atenção às negociações e às estratégias desenvolvidas pelos grupos sociais que são investigados pelos

estudos das geografias feministas e pela valorização das temáticas dessas pesquisas. Nesse sentido, salienta-se o importante papel dos estudos feministas para a promoção da visibilidade de grupos sociais marginalizados e na luta pela dissipação de preconceitos vinculados à sexualidade.

O conceito de feminismo utilizado no presente estudo parte do princípio de que o feminismo é a ação política das mulheres, sendo assim, engloba a teoria, a prática, a ética e compreende as mulheres como sujeitos históricos da transformação de sua própria realidade social. Propõe que as mulheres ajam para transformar a si mesmas e ao seu contexto social (SOARES, 1998).

Nesse sentido, o feminismo se expressa em ações coletivas, individuais e subjetivas ou existenciais, na teoria, na arte, na política. Segundo Soares o feminismo

[...] Reconhece um poder não somente no âmbito do público-estatal, mas também o poder presente em todo o tecido social, fazendo a concepção convencional da política e a noção de sujeito se ampliarem. Todos aqueles que têm uma posição subalterna nas relações de poder existentes são chamados a transforma-las. Não existe pois só um sujeito histórico que enfrenta e transforma tais relações em nome de todos os subalternos. Reconhece uma multiplicidade de sujeitos que, desde sua opressão específica, questionam e atuam para transformar esta situação (SOARES, 1998, p. 34).

É inquestionável a presença feminina na cena social e política brasileira nas últimas décadas. Soares (1998, p. 38) afirma que “[...] durante os 21 anos em que o Brasil esteve sob o regime militar, as mulheres tiveram importante participação à frente nos movimentos populares de oposição, criando suas formas próprias de organização, lutando por direitos sociais, justiça econômica e democratização”.

Ressalta-se que, o vínculo do feminismo com as camadas populares envolveu uma delicada interação com a Igreja Católica, importante foco de oposição ao Movimento Feminista, principalmente, após o vazio político deixado pelo regime militar no País. Sarti expressa a postura da Igreja acerca das questões relevantes para as feministas

A atuação da Igreja, no que se refere à perspectiva feminista, sempre teve limites claros. Os vínculos comuns às suas diversas facções – em especial a obediência à hierarquia eclesial, que tem no sumo pontífice sua autoridade máxima – levam a uma política de avanços e recuos,

onde, em última instância, prevalece a rigidez dos princípios, nem sempre observável na prática cotidiana, naquele “trabalho de formiguinha”, de seus representantes mais progressistas. Isto explica a unanimidade em torno de questões relativas à moral sexual, como a condenação em bloco do aborto, do divórcio e do planejamento familiar (SARTI, 1988, p. 40).

Ressalta-se através da perspectiva dos sujeitos sociais que fazem parte do movimento feminista brasileiro a grande influência da Igreja Católica na realidade cotidiana das mulheres brasileiras e, dessa maneira, a dificuldade de discutir-se acerca das relações de gênero e, precisamente, sobre o enaltecimento da permanência feminina nos papéis familiares tradicionais.

No Brasil o pensamento feminista vem assumindo várias formas de luta, diversas bandeiras e diferentes facetas. No nosso país assim como no Chile, Argentina, México, Peru e Costa Rica, as primeiras manifestações passaram a existir na primeira metade do século XIX, em especial através da imprensa feminina, principal veículo de divulgação das idéias feministas naquele momento (COSTA, 2005).

Segundo Costa (2005), no Brasil, a criação do Partido Republicano Feminista merece destaque. Foi criado pela baiana Leolinda Daltro, com a finalidade de mobilizar as mulheres na luta pelo sufrágio, e a Associação Feminista, de cunho anarquista, com grande influência nas greves operárias em São Paulo no ano de 1918. Essas duas organizações foram muito importantes e mobilizaram significativo número de mulheres.

Em função do golpe militar no Brasil, em 1964 e os que ocorreram em outros países, fizeram com que os movimentos das mulheres, junto com os vários outros movimentos populares que ocorriam na época fossem silenciados e suprimidos. Destaca-se também que no Brasil, o movimento social feminista, bem como outros movimentos sociais que foi organizado com base local através da experiência cotidiana dos seus sujeitos sociais.

Nesta multiplicidade de formas dos inúmeros movimentos sociais brasileiros, o movimento feminista se diferenciou nas lutas de alguns de seus setores para influenciar as políticas públicas brasileiras com a intervenção de canais institucionais do Estado (SARTI, 1988).

A segunda onda do feminismo na América Latina nasceu em meados dos anos de 1970 em meio ao autoritarismo e repressão dos regimes militares e das falsas democracias claramente autoritárias (SOARES, 1998).

A década de 1980 foi a mais promissora para a atuação do movimento feminista no País, através da participação do movimento feminista em associações profissionais, partidos e sindicatos, legitimando a mulher como sujeito social particular e com efetiva participação para a transformação da realidade social. Partindo-se desse pressuposto, enfoca-se a importância do ano de 1980 para a expressiva mobilização do movimento de mulheres (SOARES, 1998).

Referente à década de 1980, em São Paulo, realizou-se o 2º Congresso da Mulher Paulista, com cerca de quatro mil mulheres. Entretanto, ao mesmo tempo em que provou a capacidade de aglutinação dos grupos feministas, houve o início dos conflitos internos e as dificuldades de manter a unidade no movimento, em função da heterogeneidade do mesmo (SARTI, 1988). Sendo assim, nessa época

[...] radicalizava-se o movimento com a emergência de temáticas que tocavam mais direta e abertamente nas relações de gênero, como foi o caso da questão da violência contra a mulher, evidenciada pelo protesto contra casos de assassinatos e espancamento de mulheres por seus maridos, através de denúncias, passeatas, etc (SARTI, 1988, p. 43).

Destaca-se que o Movimento Feminista surgiu em função de duas grandes problemáticas na realidade social das mulheres da década de 80, que foram o alto custo de vida e a luta por creches. A participação nestes movimentos impulsionou muitas mulheres a reunirem condições de questionar as relações de gênero vivenciadas por elas, suas relações não-igualitárias com seus maridos, famílias e comunidades (SOARES, 1998).

Delgado (1993) aponta a importante atuação que teve as centrais sindicais e os sindicatos por possibilitarem o debate sobre as condições de trabalho e os salários das mulheres trabalhadoras

As centrais sindicais e os sindicatos tiveram de se abrir à organização das trabalhadoras e incorporar questões trazidas por elas para o debate. Elas introduziram a discussão do cotidiano do trabalho, da desvalorização do salário, da segregação ocupacional, da ausência de infra-estrutura de assistência à trabalhadora gestante, da violência no

local de trabalho, e também das práticas sindicais que as excluem de uma participação mais ativa nos postos de decisão. Conseguem fazer uma reflexão própria que articula uma luta contra a discriminação por sexo nos locais de trabalho com uma demanda visando a romper a assimetria nas relações de poder no interior das organizações sindicais. As trabalhadoras tratam também dos elos e impasses nas articulações entre mercado de trabalho e família (Delgado, 1993 apud SOARES, 1998, p. 41).

A década de 1990 demonstrou que o movimento feminista multiplicou os espaços e lugares de sua inserção e articulação de seu discurso. É evidente, que a partir desse período, as fronteiras entre os movimentos de mulheres e o feminista, têm sido sistematicamente ofuscados, como destaca Soares (1998, p. 46) “[...] com um número crescente de mulheres pobres, negras, lésbicas, sindicalistas, ativistas católicas progressistas, incorporando elementos centrais do ideário e do imaginário feministas, reelaborados de acordo com suas posições, preferências ideológicas e identidades particulares”.

Nesse sentido, os feminismos passam a ser construídos e a diversidade de raça, sexualidade, etnia e classe social passa a ser uma “marca” do feminismo atual, após o desmantelamento do movimento feminista da década de 70 e 80.

Tratando sobre a atuação do movimento feminista na década de 1990, Soares (1998) discute que neste período também se caracterizam pela introdução de novas temáticas: as ações afirmativas, as cotas mínimas de mulheres nas direções dos sindicatos, partidos políticos e, mais recentemente, nas listas de candidaturas aos cargos legislativos, como medidas para superar a falta de mulheres nesses ambientes.

Recentemente, a luta pelo direito das mulheres ao aborto tem sido alvo de muitos debates e reportagens na grande imprensa. Esse é um velho tema das feministas, mas no Brasil só após a democratização tem envolvido um maior número de mulheres.

1.2 Breve avaliação dos avanços e retrocessos dos comportamentos sexuais da sociedade brasileira

A partir do olhar da historiadora Mary Del Priore (2011) acerca da história da sexualidade brasileira, tem-se a perspectiva sobre os avanços culturais e históricos sobre o ainda polêmico tema. Segundo a mesma, o período mais marcante para a sexualidade das mulheres brasileiras foram os anos 70, sendo considerados libertadores, devido ao crescimento econômico, à democratização da pílula anticoncepcional e a conquista da liberdade sexual feminina.

Em contraponto, no final desse período, com o surgimento da aids no país, há um maior controle da sexualidade, tanto das mulheres quanto dos homens, provando que a trajetória da sexualidade brasileira é fundamentada em avanços e recuos.

Dessa maneira, comprova-se que, apesar das transformações, a cada passo que a sociedade brasileira dá com relação à sexualidade, ela retrocede alguns. Tem-se como exemplo as pornochanchadas, sendo manifestações das mudanças que estavam ocorrendo em curso na década de 70. Elas indicavam o marido traído, que não obtinha mais o poder centralizador na relação. Porém, mostravam o “garanhão” que queria se casar com uma virgem e a prostituta que deseja encontrar o “grande amor” e “ser feliz para sempre” (PRIORE, 2011).

Após cinco séculos, a mulher brasileira sempre expôs resistência à sua posição secundária em relação ao sexo. Porém, sempre afirmou o papel de objeto de desejo atribuído a ela pela cultura patriarcal. Mary Del Priore (2011, p.33) afirma que

[...] a brasileira gosta dessa agenda, ela não é uma vítima. Ela se identifica muito com o estereótipo físico. O véu da mulher brasileira é o espelho, essa permanente luta conta o envelhecimento. Elas agem assim apesar de todas as conquistas femininas ao longo do século, mesmo quando estão inseridas no mercado de trabalho e ganham bem.

A autora acima realiza uma generalização perigosa e contestada por muitos estudiosos do feminismo ao destacar que pouco mudou no que diz respeito ao machismo na sexualidade, pois a mulher brasileira é o elemento mais machista da nossa sociedade atual. A presente investigação procura, nesse sentido, salientar que não é a totalidade da população feminina brasileira que mantém uma conduta

de supervalorização masculina, porém, Priore (2011) aponta argumentos convincentes, que traduzem a prática de considerável parcela das mulheres do Brasil, visto que algumas não ensinam o filho a lavar louça, não pedem que o marido arrume a cama. Os homens são educados dessa forma e não conseguem romper com isso. Diferentemente, dos países desenvolvidos, nos quais as mulheres já conseguiram romper com o machismo exacerbado.

Nesses países, as mulheres se preocupam em se afirmarem enquanto cidadãs. Queimaram os sutiãs, mas não quiseram ser um “executivo de saias”. Perceberam que poderiam tirar proveito de suas características femininas no que se chama a ética do cuidado, no trabalho com idosos, com o meio ambiente, entre outros (PRIORE, 2011).

A democratização da beleza mostrou-se como importante conquista das mulheres modernas, sendo um caminho positivo pela atenção à autoestima feminina. Devendo ser conciliada a todos os papéis da mulher moderna brasileira.

Nessa linha de raciocínio, convém destacar que o sexo na sociedade brasileira deixou de ser escondido para tornar-se público. Sendo assim, o orgasmo feminino surge nas reivindicações das lutas emancipatórias das décadas de 60 e 70. Nessa constante luta por igualdade, as mulheres tornaram-se e foram consideradas verdadeiras máquinas de prazer (PRIORE, 2011).

Porém, atualmente, as mulheres brasileiras ainda possuem dificuldade em alcançar o tão almejado orgasmo, devido a formação religiosa e a criação conservadora dada às mesmas. A palavra “orgasmo” não existia no vocabulário de nosso país até as décadas de 40 e 50. O que realmente importava em relação à sexualidade feminina, era a função reprodutiva, o papel relevante da mulher era o de mãe, por isso ela deveria engravidar (PRIORE, 2011).

Segundo Priore (2011), “o grande problema do Brasil em relação à sexualidade, é o fato de sermos liberadas na vida pública, mas, na vida privada, continuarmos machistas, homens e mulheres”. Para ela, definitivamente, a mulher não alcançou a igualdade sexual dentro de casa, no espaço privado.

Em se tratando das transformações nas relações de gênero, percebe-se a reformulação do conceito de família, com segundos casamentos e outras

importantes mudanças. Uma constante é o individualismo, que se torna cada vez mais presente nas relações amorosas modernas, com a utilização das redes sociais via internet, sendo a tela do computador o amante e o amado. Nesse sentido, permitiremos que vejam nosso corpo na rede, faremos sexo dessa forma. Seria isso maior liberdade, e não solidão. Dessa forma, poderíamos escolher até mesmo, o que queremos ser, homem ou mulher. Nessa perspectiva, num futuro muito próximo, o gênero não será definitivo (PRIORE, 2011).

Tem-se como importante realidade acerca das relações de gênero o envolvimento das mulheres mais jovens com homens mais velhos. Basta cruzar alguns dados censitários do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) para concluir que não são poucas as mulheres que se relacionam afetiva e sexualmente com homens mais velhos. Conforme as estatísticas do Registro Civil do IBGE de 2009, no seu primeiro casamento o homem tem em média três anos a mais que a mulher. Essa diferença passa a ser de sete anos quando eles inserem-se em uma segunda união e vai aumentando no caso de terceiras e quartas uniões civis. Nesse sentido, quanto mais velho é o grupo de divorciados que se casam novamente, mais aumenta a participação masculina em relação à feminina. A idade média deles quando se divorciam é de quarenta e três anos.

É possível considerar que, na atualidade, as relações de gênero foram expressivamente transformadas devido, entre outras razões, à importante atuação da mulher no mercado de trabalho e à conquista de maior liberdade feminina sobre o próprio corpo, graças à difusão de métodos contraceptivos. Resultante destas modificações evidencia-se um novo padrão de desejo feminino, o qual demonstra interesse por homens que demonstram maior cuidado com a própria estética e, também, mais jovens.

Nessa linha de raciocínio, aponta-se o fato de ser cada vez mais comum as uniões entre mulheres mais velhas com homens mais jovens mesmo que, conforme Priore (2011, p. 42): “Trata-se de um fato social: os homens mais maduros ainda nos dias de hoje, casam-se com mulheres cada vez mais jovens”. A mesma tenta desvendar essa “preferência” nacional masculina através da demografia: “Há muito mais mulheres do que homens no país”. Isto é, a oferta

feminina é muito grande e, como conseqüência, o universo de escolhas para o público masculino, é consideravelmente maior.

De acordo com dados do IBGE (2010), o excedente de mulheres chega a quase quatro milhões em comparação ao contingente populacional masculino do País. Como conseqüência de tal expressão numérica da população feminina comparada à masculina, recorre-se à entrevista divulgada na Revista *Quem* (2006, p. 29), da psicóloga Vera Senatro, do Grupo de Estudos de Gênero do Hospital das Clínicas, na qual destaca que o relacionamento afetivo-sexual de um homem divorciado na faixa dos quarenta anos com uma mulher de pouco mais de vinte anos é um mero resultado de encontro de interesses, no melhor sentido em que se encontra a realidade desses indivíduos. Segundo Senatro (2006, p. 29): “As mulheres na faixa dos trinta anos de idade costumam ter mais urgência para se casar e ter filhos. E o homem de quarenta anos geralmente já teve os seus filhos”, afirma. Dessa maneira, eles definitivamente procuram uma relação com menos preocupações e responsabilidades. E é exatamente isso o que na maioria das vezes quer uma mulher jovem: curtir a vida, sem grandes preocupações.

Indubitavelmente, o ponto frágil de um relacionamento entre pessoas de idades díspares não é o presente e, sim o futuro. Muito provavelmente a garota que aos vinte anos só desejava aproveitar a vida e nem cogitava a hipótese de ter filhos, depois dos trinta anos freqüentemente muda de idéia e de planejamento de vida e, ocasionalmente, depara-se com o fato do seu companheiro (mais velho e que já teve seus filhos em outros relacionamentos) não desejar ser pai (novamente) em idade avançada, o que geralmente acontece nesses tipos de relacionamentos.

Outro importante tema acerca das transformações nas relações de gênero, advindas com as reivindicações dos movimentos feministas é o da traição feminina. Em entrevista para a matéria intitulada “*Querido vou fazer uma viagem de negócios*”, publicada na Revista *Lola Magazine* (p. 60-65, 2011), a sexóloga Carmita Abdo, coordenadora do ProSex do Centro de pesquisas sobre a sexualidade do Instituto de Psiquiatria do Hospital das Clínicas da Universidade de São Paulo, ressalta na pesquisa coordenada por seu centro, que os homens ainda

são mais infiéis, mas o número de entrevistados que declaram ter tido relações extraconjugais permanece estável ao longo das gerações. Nessa mesma publicação, Carmita afirma que: “As novas gerações de mulheres estão traindo mais e assumindo a traição porque não vêm mais a constituição de uma família como prioridade, como questão importante, para elas o mais importante é a conquista da independência financeira”. Segundo a sexóloga, há uma direta relação entre o poder e a infidelidade feminina. Nas novas gerações, o índice de mulheres que já traíram é cada vez maior. Trata-se de mulheres que começam a ter independência econômica, fonte de renda e maior autonomia. Além disso, por trabalhar, elas têm maiores possibilidades, até de conhecer mais homens que as interessem, ou seja, há uma confluência de fatores.

Abdo (2011) destaca também que houve mudança na visão feminina das novas gerações em relação à sexualidade, segundo ela as mulheres: “Estão se expressando a respeito da sexualidade como nunca, por isso podem falar mais sobre assuntos como infidelidade, e até mesmo querer experimentar e vivenciar algo diferente”.

E qual seria o principal motivo para a infidelidade feminina nos dias de hoje? Conforme a sexóloga Carmita Abdo (2011, p. 63): “Algumas mulheres traem por vingança. Mas o ponto é que elas, em geral, não estão mais visualizando tanto constituir uma família, então saem em busca de prazer e traem para experimentar algo novo, satisfação pessoal. Elas são comprometidas, sim, com o relacionamento, mas não vêm a constituição de uma família como a questão mais importante em suas vidas”.

Sendo assim, as mulheres por estarem mais independentes, estão expostas a novas situações no dia a dia. Logo, a probabilidade da infidelidade feminina nos dias de hoje é bem maior do que há quarenta anos. Em entrevista para o blog feminista *NEMGE Wordpress* (2011), Gustavo Venturi, professor do Departamento de Sociologia da FFLCH (Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas) da Universidade de São Paulo (USP), afirma que a sociedade brasileira está caminhando, mesmo que lentamente, para os acordos de reciprocidade das relações amorosas. Conforme analisa Venturi (2011, s/p):

A tendência é que os casais conversem e cheguem a um consenso do que é ou não permitido em suas relações. Se o homem não quer abrir mão de sua liberdade, a mulher se submeterá cada vez menos a situações que eram recorrentes nas gerações passadas. A autonomia econômica e financeira que estão conquistando converge para que elas não permaneçam em relações nas quais não se sintam respeitadas, sejam mais exigentes no padrão sexual e passem a dar mais vazão a seus impulsos e desejos.

O autor acima salienta, também, que as mulheres modernas e bem-sucedidas financeiramente buscam avanços também no âmbito sexual e, por essa razão, recorrem à infidelidade para a obtenção de prazer e satisfação sexual.

Ressalta-se, nesse sentido, a relevância da compreensão atual sobre a dificuldade do estabelecimento de relações afetivas sólidas. Existem alguns fatores a que pode ser atribuída à evidente dificuldade atual com o estabelecimento de uma relação amorosa mais sólida. Sendo o principal, a mudança da expectativa do papel da mulher, tornando esse problema bem atual na sociedade brasileira.

Dessa forma, até a década de 60, a imagem da esposa é a representação da tolerância e da obediência ao marido. Através da liberdade sexual e a inserção da mulher no mercado de trabalho, houve a inserção na cultura comportamental brasileira das ideias européias de individualismo (PRIORE, 2011).

Portanto, com a inserção dessas ideias individualistas nas relações de gênero na sociedade brasileira, essa postura individualista, segundo Priore (2011) “relativiza a tal *compreensão feminina*: queremos compreender, mas queremos ser compreendidas também”. Nessa perspectiva, transforma e desconstrói o conceito de “felizes para sempre”.

Anteriormente, em um casamento, somente o projeto do homem era levado em conta, e a mulher deveria moldar-se (sua vida e realidade) a esse projeto único. Atualmente, os projetos de ambos, do homem e da mulher devem ser levados em conta na construção de uma relação amorosa (seja de um namoro ou de um casamento), com cada um preservando a sua individualidade e os seus interesses cotidianos. Porém, infelizmente, a manutenção de uma relação

amorosa nos dias de hoje é mais difícil, devido ao fato de ainda nos encontrarmos numa sociedade patriarcal e machista.

1.3 - Os contextos do patriarcado e do espaço paradoxal como problema de pesquisa: as relações de gênero

Com o problema da pesquisa centrado no estudo sobre as relações de conjugalidade segundo os contextos do patriarcado e do espaço paradoxal no Bairro Agroindustrial de Santa Maria (Ver capítulo 2), procurou-se entender esses contextos nas relações de gênero, principalmente sob a perspectiva dos estudos das feminilidades, isto é, que ressalte o olhar da mulher e dos teóricos/as feministas sobre as relações de poder que constituem as relações de gênero e de conjugalidade.

No contexto do patriarcado, para as geógrafas feministas marxistas, a mulher é vista como submissa, dominada pelo homem nas relações de poder que compõem o matrimônio. Nesse sentido, para o patriarcado, a definição do “gênero”, enquanto categoria de análise remete-se a um elemento constitutivo das relações sociais e uma maneira de significar relações de poder. Nesse sentido, possui valor heurístico para apreender a construção histórica do masculino e do feminino, assim como outras formas de relações de poder e de dominação (LAN, 2009).

Resgatando novamente Lan (2009, p. 283), afirma-se que as desigualdades advindas do gênero referem-se a construções socioculturais e históricas que moldam as diferenças sexuais, transformando-as em desigualdades hierárquicas, acarretando em um acesso diferenciado a distintas formas de poder. As teóricas feministas que discutem o patriarcado acreditam verdadeiramente que a subordinação das mulheres na sociedade está intimamente ligada à opressão humana e à associação das mulheres com a natureza em nossa cultura. As mesmas evidenciam a opressão das mulheres na diferença biológica e consideram que o patriarcado é a dominância sistemática dos homens na sociedade.

Conforme a teórica feminista Ynestra King (1997, p. 133), “os homens identificam as mulheres com a natureza e procuram colocar ambas a serviço de “projetos” masculinos cuja finalidade é colocar os homens a salvo da temida natureza e da mortalidade”. Segundo a mesma, a humanidade patriarcal declarou guerra às mulheres e à natureza viva. Para a manutenção da construção cultural do patriarcado é essencial que essa ideologia acerca da proximidade das mulheres com a natureza (e dominação das mesmas pelos homens) continue vigente na sociedade em que vivemos.

A compreensão do termo “gênero” como sendo uma oposição do termo “sexo” ainda permanece, enfatizando que o segundo termo expressa as diferenças biológicas, enquanto o primeiro descreve as diferenças socialmente construídas (McDOWELL, 1999).

A inscrição dos gêneros – feminino ou masculino – nos corpos é feita, sempre, no contexto de uma determinada cultura e, portanto, com as marcas dessa cultura. As possibilidades da sexualidade – das formas de expressar os desejos e prazeres – também são sempre socialmente estabelecidas e codificadas. As identidades de gênero e sexuais são, portanto, compostas e definidas por relações sociais e moldadas pelas redes de poder de uma sociedade (LOURO, 2000).

Contudo, podemos afirmar que a questão de gênero possibilita a compreensão de que não é a diferença biológica do corpo dos homens e das mulheres que faz com que um seja superior ao outro, mas sim a forma como a sociedade pensa e age. Então, logo podemos dizer que o gênero é um conjunto de idéias que uma cultura estabelece do que é realmente ser mulher e ser homem.

Desse modo, a subjetividade feminina tem grande importância para os estudos de gênero e feministas. A subjetividade é a maneira de pensar, de agir, de sonhar, de ser de cada indivíduo. A nossa forma de relacionamento (pensamento, ação) enquanto cidadãos variam de acordo com as diferentes fases da vida, desde o nascimento, infância, fase adulta, velhice e morte. A subjetividade humana também se modifica juntamente com as escolhas de vida individual. O

pensamento se modifica conforme a visão de mundo que temos e como o vivenciamos e percebemos.

É relevante para a Geografia Feminista as manifestações comportamentais e psíquicas das mulheres e suas interações com o espaço que lhes conferem (ou não) empoderamento. McDowell (1999) afirma que o pensador feminista Robert Connell foi um dos primeiros autores a analisar a construção social da masculinidade e estudioso das complexas relações de gênero, ganhando assim, importante reconhecimento de sua obra para os estudos feministas e de gênero.

McDowell (1999) relata, também, a concepção de Robert Connell acerca da posição de acomodação e pretensa satisfação das mulheres em relação aos seus papéis sociais atribuídos pelo gênero. Através do seu estudo das masculinidades concluiu que, diferentemente do que pensam algumas feministas, muitas mulheres estudadas por ele sentiam-se satisfeitas com a “dominação masculina”, sentiam-se “protegidas por seus homens” e não se mostravam incomodadas com a cultura patriarcal. Nesse sentido, McDowell ressalta que

Aunque Connell sostiene que cada sociedad se caracteriza por un régimen de género ante o hegemónico, que se mantiene relativamente estable a lo largo del tiempo, afirma también la posibilidad de que coexista con otros regímenes opuestos que transgreden los valores establecidos respecto al género y la sexualidad y preparan la vía hacia el cambio. De este modo, supera la crítica al patriarcado como un sistema omnipresente y, al parecer, inasequible al cambio. Por otro lado, afirma que las ideas sobre la sexualidad y los papeles atribuidos a cada género no solo se sostienen a fuerza de poder y opresión, sino gracias a la satisfacción que encuentran los sujetos en su posición dentro de un régimen de género determinado. Este planteamiento le acerca a la argumentación de aquellas feministas que comienzan a reconocer el hecho de que la creación social de la feminidad proporciona satisfacción e incluso placer a las mujeres, tomadas individualmente (McDOWELL, 1999, p. 36).

Dessa maneira, segundo Connell citado por McDowell (1999), as relações de gênero consistem e classificam-se em três grupos de estruturas, sendo estas: o poder, a produção e a catexis ou a dependência emocional. Enfatizando que

- a) Relaciones de poder. El eje principal del poder en el orden de género, tanto en América como en Europa, es la absoluta subordinación de la mujer al dominio masculino, es decir, a la estructura que el Movimiento de Liberación de la Mujer

denomina patriarcado. Esta estructura sobrevive en términos generales, a pesar de que en algunas facetas la situación se ha dado la vuelta (por ejemplo, las mujeres que se convierten en cabeza de familia o las maestras que enseñan a estudiantes varones), y a pesar también de las variadas formas de resistencia que actualmente canaliza el feminismo.

- b) Relaciones de producción. Las divisiones de género más comunes en el ámbito del trabajo afectan al reparto de las tareas, que a veces alcanza un detallismo extraordinario [...] La misma atención merecen, también en el terreno laboral, las consecuencias económicas de la división del trabajo, es decir, los beneficios que recogen los hombres a partir de una desigual distribución del producto del trabajo social. Este apartado se analiza casi siempre como desigualdad salarial, pero no debemos olvidar que también el capital tiene carácter de género. Por tanto, el hecho, de que sean los hombres quienes controlan la mayor parte de las grandes empresas y las grandes fortunas privadas no es un accidente estadístico, sino un aspecto de la creación social de la masculinidad. Aunque parezca poco verosímil, la acumulación de riqueza se halla estrictamente vinculada al terreno reproductivo a través de las relaciones sociales de género.
- c) Cathexis. El deseo sexual se considera un hecho tan natural que suelo excluirse de las teorías sociales, pero cuando consideramos el deseo en el sentido freudiano, como energía emocional que se fija en un objeto, su carácter de género se hace patente, y esto vale tanto para el deseo heterosexual como para el homosexual. Así pues, las actuaciones sociales que conforman y realizan el deseo son otros tantos aspectos del orden de género. A este tenor podríamos plantearnos ciertos interrogantes políticos sobre las relaciones: ¿Son consensuadas o coercitivas?, ¿Se da y recibe equitativamente el placer? En los análisis feministas de la sexualidad estas preguntas son imprescindibles para conocer los vínculos de la heterosexualidad con la posición predominante del hombre en la sociedad (Connel 1995 apud McDOWELL, 1999, p. 37-38).

Nesse contexto, a antropóloga e pensadora feminista Muriel Dimen (1988, p. 43) acrescenta que “[...] a sexualidade é uma das vozes mais pessoais, engajadas e carregadas de valores. É também uma das mais exigentes teoricamente, porque o sexo está na encruzilhada da natureza, da psique e da cultura”.

Nessa linha de raciocínio, Lan (2011) argumenta que

(...) Existe una subordinación de las mujeres en relación a los hombres dentro del sistema que sigue siendo patriarcal. Patriarcado y capital mantienen a la mujer en ocupaciones segregadas y mal remuneradas, dependiente económicamente de los hombres y subordinada a ellos en la vida familiar. Es a partir de esta óptica, de doble subordinación, es que puede entenderse la persistencia de una división sexual del trabajo que

mantiene a las mujeres en ocupaciones jerárquicamente inferiores, tanto en la esfera pública como privada. (LAN, 2011, p. 172).

Nessa perspectiva, salienta-se a concepção de Schneider, citada por Martin (2006), que infere que

O contraste entre lar e trabalho levanta aspectos que completam o retrato das características distintas das relações de parentesco na cultura norte-americana. Isso pode ser compreendido melhor em termos do contraste entre amor e dinheiro, que representam o lar e o trabalho. Realmente, aquilo que a pessoa faz em casa, segundo se diz, é feito por amor, não por dinheiro, ao passo que o que faz no trabalho é feito estritamente por dinheiro, não por amor. O dinheiro é material, é poder, é impessoal e universalista, acima de considerações sentimentais e morais. O amor, por outro lado, é altamente pessoal, particular e cercado de considerações de ordem sentimental e moral. Onde o amor é espiritual, o dinheiro é efêmero e condicional. E, finalmente, são as considerações de ordem pessoal que são supremas no amor – quem é a pessoa, e não qual é o seu desempenho, enquanto com o trabalho e com o dinheiro, não importa quem ela seja, mas apenas como desempenha suas tarefas (Schneider 1968 apud MARTIN, 2006, p. 53-54).

Para Berman (1997), atualmente a mais relevante problemática feminista a ser estudada e compreendida é a luta das trabalhadoras pobres do terceiro mundo em suas relações com o conglomerado capitalista internacional. Segundo ela, “essas mulheres não só dão à luz filhos para o mundo e cuidam de suas extensas famílias, mas também suportam nas costas a carga da maior parte da economia global”. Sem dúvidas, a luta pela emancipação das mulheres trabalhadoras pobres terceiro-mundistas é uma das principais lutas feministas dos dias atuais.

McDowell (1999) conceitualiza as distinções que definem o sexo biológico e o gênero enquanto construção social e cultural

El sexo o diferencia biológica sería la estructura básica en la que cada sociedad a lo largo de los distintos periodos históricos ha ido colgando distintas prendas, que son los mecanismos socialmente definidos de las características de género. La gran ventaja de esta distinción estriba en que ha permitido a las feministas criticar la “naturalidad” de las divisiones de género y teorizarlas como hechos susceptibles de cambio (McDOWELL, 1999, p. 31).

Através da importante obra de Simone de Beauvoir (1967), *O segundo sexo*, compreende-se que o corpo das mulheres não basta para defini-las e/ou

caracteriza-las, uma vez que a corporalidade só adquire existência quando assumida pelas suas ações sociais.

Ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificam de feminino. Somente a mediação de outrem pode constituir um indivíduo como um outro. Enquanto existe para si, a criança não pode apreender-se como sexualmente diferenciada. Entre meninas e meninos, o corpo é, primeiramente, a irradiação de uma subjetividade, o instrumento que efetua a compreensão do mundo: é através dos olhos, das mãos e não das partes sexuais que apreendem o universo. [...] Se, bem antes da puberdade e, às vezes, mesmo desde a primeira infância, ela já se apresenta como sexualmente especificada, não é porque misteriosos instintos a destinem imediatamente à passividade, ao coquetismo, à maternidade: é porque a intervenção de outrem na vida da criança é quase original e desde seus primeiros anos sua vocação lhe é imperiosamente insuflada (BEAUVOIR, 1967, p. 9-10).

A mesma fundamenta seu raciocínio em importante crítica à redução da categoria mulher às diferenças biológicas

Não é enquanto corpo, é enquanto corpo submetido a tabus, a leis, que o sujeito toma consciência de si mesmo e se realiza. E, diga-se mais uma vez, não é a fisiologia que pode criar valores (...). o corpo da mulher é um dos elementos essenciais da situação que ela ocupa nesse mundo. Mas não é ele tampouco que basta para a definir. Ele só tem realidade vivida enquanto assumido pela consciência através das ações e no seio de uma sociedade (BEAUVOIR, 1976, p. 25).

Em virtude da afirmação de Beauvoir (1967) acerca da posição da mulher entre o homem e o castrado, houve muitas críticas bem como, o caráter etnocêntrico da obra. Entretanto, a idéia de feminilidade como criação social teve uma grande importância para o ressurgimento da segunda época feminista estadunidense e inglesa. Afirmando as reflexões de McDowell (1999), destaca-se que

[...] la Idea de la feminidad como creación social tuvo tal resonancia que se adoptó el término “género” para distinguir la “construcción” de la identidad femenina del sexo biológico de la mujer. Así pues, una gran parte de las feministas contemporáneas han dedicado sus mayores esfuerzos a desmentir las aparentemente inmutables diferencias basadas en el hecho biológico, a minar el pensamiento basado en la diferencia absoluta entre el hombre y la mujer, y a demostrar que la supuesta inferioridad femenina en materia de agilidad mental y fuerza

física no responde a un fenómeno “natural” (McDOWELL, 1999, p. 29-30).

Torna-se importante compreender sobre a natureza cultural dos papéis femininos e masculinos e as construções “naturais” desses papéis em nossa sociedade. A concepção da construção social considera os gêneros feminino e masculino como sendo os papéis desempenhados pelas mulheres e pelos homens na sociedade. Nesse sentido, o conceito de gênero nega a construção universal das diferenças sexuais e propõe a análise e investigação temporal e espacial na configuração das relações sociais, envolvendo uma perspectiva relacional, já que as mulheres são compreendidas e concebidas em suas relações com os homens (SILVA, 2009).

Deste modo, recorre-se novamente às idéias de Silva, quando a autora argumenta que

O padrão hegemônico que categorizou os corpos também lhes atribuiu papéis sociais a serem desenvolvidos e, mais do que isso, instituiu uma forte carga naturalista no seu desempenho. Aos sujeitos femininos se atribui o desempenho da maternagem, passividade, docilidade, fragilidade e emoção. Ao sujeito masculino, agilidade, força, agressividade, astúcia e raciocínio (SILVA, 2009 c, p. 123).

A corporalidade feminina isto é, a representação social e espacial do corpo da mulher e a atribuição de papéis sociais para esse corpo é objeto de estudo de muitas pensadoras feministas. Essas estudiosas designam e caracterizam os corpos femininos como os mais pressionados a atenderem a ideais estéticos impostos pela cultura ocidental.

Nessa magnitude, o corpo abrange nossas representações científicas, filosóficas e estéticas – nossa concepção cultural de corpo, que inclui normas de beleza, modelos de saúde e assim por diante. Mas as mesmas representações podem também ser vistas como um conjunto de regras e regulamentos práticos, através dos quais o corpo vivo é “treinado, moldado, obedece, responde” tornando-se, em resumo, um “corpo útil”, socialmente adaptado (Foucault 1979 apud BORDO, 1997, p.33)

De qualquer forma, investem-se muito nos corpos. De acordo com as mais diversas imposições culturais, nós os construímos de modo a adequá-los aos critérios estéticos, higiênicos, morais, dos grupos a que pertencemos (grupo de mulheres). Os corpos femininos são educados e moldados para serem dóceis, discretos, gentis, a obedecer, a pedir licença, a pedir desculpas. Moldando assim, a conduta e o comportamento femininos. Em nossa cultura a expressão de emoções e o arrebatamento são atribuídos como características inerentes aos corpos femininos (LOURO, 2000).

O corpo feminino deve se afirmar e reafirmar como: sábio, poderoso, perigoso, apaixonado e divino. Pois é através da atuação (entendida como capacidade ou faculdade de agir) enquanto corpo e não por sua anulação, a mulher é capaz de atingir a experiência transcendente (O'NEILL, 1997).

Para a pensadora feminista Dallery (1997), a erogeneidade do corpo da mulher, é reprimida no desenvolvimento da linguagem simbólica porque ninguém a discute. Inicialmente, o menino interpreta o corpo da menina como deficiência, como ausência e a partir dessa economia intencional ele constrói sua própria identidade sexual, baseada na diferença corpórea dela – a falta de pênis.

Entretanto, como notou Mary Rawlinson (1928, p. 166), “nunca ouvimos a voz feminina na análise de Freud: não há interpretação positiva da constituição somática feminina”. Sendo assim, a menina silenciosa constitui-se em um homem parcial, procurando um substituto do pênis no seu desejo; seu corpo apenas complementa o dele. Ao revelar o corpo da mulher, denotam-se esses territórios corporais que foram mantidos escondidos, suprimidos no desenvolvimento fálico das diferenças sexuais dos gêneros.

Segundo Dimen (1997) as experiências sexuais e corporais femininas são produtos do controle e dominação masculinos e, conseqüentemente, da cultura patriarcal vigente na sociedade ocidental. A experiência sexual feminina é aquela na qual a mente e o corpo, a mente e a matéria são associadas e, juntos, são exploradas. Grande parte das mulheres é conivente com essa evisceração da subjetividade, mesmo quando resistem. O processo pelo qual a vida pessoal escapa ao nosso controle, quando a dominação a arranca de nós, está inserido na

experiência cotidiana das mulheres. A dominação masculina torna possível a alienação feminina (DIMEN, 1997).

A mulher tem sido durante muito tempo associada com a natureza, isto é, aquela que deve ser subjugada, dominada, lavrada ou fertilizada por meio do poder físico, da tecnologia ou da potência sexual masculinos (O'NEILL, 1997). Nesse sentido, então, deve-se desafiar essa distinção e tentar afirmar a afinidade e cumplicidade da mulher com a natureza e a sua condição sexual/política (lê-se cultural) poderosa e desafiadora.

Para a melhor compreensão das identidades generificadas torna-se essencial o entendimento acerca do patriarcado e da formação desta cultura, vigente em nossa sociedade. No patriarcado, o gênero denota uma estrutura de poder político, social e cultural disfarçado em sistema de diferença natural. Em teoria, entende-se gênero como o conjunto de idéias que uma cultura específica constrói em relação ao que é ser homem ou mulher, e é cotidianamente inventado e transformado.

O gênero é, portanto, construído com base em dados biológicos altamente variáveis e interpretativos, enfatizando a diferença anatômica entre os sexos. Dessa forma, ele é organizado como o sustentáculo do patriarcado e entendido como o modo pelo qual a consciência do ser e o conseqüente senso do próprio poder são mais imediatamente vivenciados (DIMEN, 1997). Em suma, a mesma autora ressalta que

O patriarcado é, em seu conjunto, um sistema de dominação. Mas difere de outros sistemas de dominação, como o racismo, a estrutura de classes ou o colonialismo, porque vai direto na jugular das relações sociais e da integração psicológica – o desejo. O patriarca ataca o desejo, o anseio inconsciente que anima toda ação humana, reduzindo-o ao sexo e depois definindo sexo nos termos politizados do gênero. Paradoxalmente, entretanto, a sexualidade, estruturada dessa maneira, torna-se reciprocamente escultora do desejo, com o gênero organizando simultaneamente parte do desejo dentro do ser. Não apenas a sexualidade, mas todas as manifestações do desejo são assim influenciadas pelo gênero e, dessa forma, as raízes do desejo, ele mesmo fonte de experiência pessoal, são escalonadas em hierarquias (DIMEN, 1997, p. 46).

Ressalta-se a importante obra *Theorizing Patriarchy*, de Silvia Walby, na qual McDowell (1999) contempla

[...] a noção de patriarcado difundida nas primeiras versões dos estudos geográficos. Segundo ela, Walby sustenta que o patriarcado se mantém até os dias atuais graças a seis campos inseparáveis de análise da exploração do homem sobre a mulher: o trabalho doméstico; o trabalho remunerado; o Estado; a violência; a sexualidade; e as instituições culturais. A execução de tarefas no âmbito familiar é vista pelos homens como trabalho feminino apropriado, não remunerado, obrigação “natural” feminina, “ato de amor” para com o esposo e os filhos, sendo pouco valorado na sociedade de mercado. Os homens também dominam as instituições públicas e o aparato legal, criando leis, normas e regulações que lhes favorecem. Muitas vezes, o machismo desencadeia ações de violência física e psicológica sobre mulheres, e o controle da sexualidade feminina pelos homens se estabelece pela regulação moral e mediante a posse masculina de seus corpos. O domínio dos homens no campo das instituições culturais é compreendido pela primazia da ótica masculina na elaboração das representações sociais hegemônicas das mulheres, consideradas inferiores a eles. Além disso, os campos de análise são interdependentes e funcionam pelas ações concretas desempenhadas tanto por homens quanto por mulheres (McDowell, 1999 apud SILVA, 2009, p. 34).

Por esse viés, ressalta-se a relevante obra de Engels, *El origen de la familia*, onde Silva (2009 b) salienta

Engels (1986), na obra *El origen de La familia, La propiedad privada y El estado*, afirma que a ordem social se estabelece por meio dos diferentes graus de organização do trabalho e da família, entendendo que existe uma simbiose entre o sistema capitalista e a instituição da família pelo matrimônio monogâmico. Segundo ele, a organização da família burguesa representou a grande derrota histórica do sexo feminino, uma vez que o triunfo do capitalismo e da propriedade privada dependia de um modo de procriação que assegurasse a certeza da paternidade dos herdeiros da riqueza acumulada. Dessa forma, o matrimônio monogâmico exigia, por um lado, a fidelidade conjugal e a regulação da castidade feminina, e, por outro, permitia que os homens praticassem o adultério e tivessem contato com prostitutas. O autor afirma que a família monogâmica expressa a exploração do sexo masculino sobre o feminino e que o progresso da acumulação de riquezas, que se faz em benefício de alguns, é feito à custa da opressão e da dor de outros. Para Engels, tendo em conta que a constituição da família monogâmica se deu pela necessidade da concentração de riquezas nas mãos masculinas, a serem repassadas aos herdeiros nascidos dentro do matrimônio monogâmico, se fossem extintas a propriedade privada e a exploração da classe trabalhadora ocorreria a libertação feminina, pois, assim, a família burguesa deixaria de ser necessária como unidade econômica (Engels, 1986 apud SILVA, 2009, p. 33-34).

Nessa perspectiva, a diferenciação entre gênero e sexo permite a teorização sobre o primeiro como criação social ou cultural do segundo, permitindo a transformação material e estética do mesmo, estando sempre em constante mudança.

A experiência humana é construída linguística, ideológica e socialmente, como masculina. O sexo masculino é visto como o representativo da “humanidade”. Sendo assim, a existência dos homens é indissociável daquela de ser humano (DIMEN, 1997).

Ressaltam-se, dessa maneira, as tensões que a heterossexualidade impõe às mulheres em uma sociedade sexista. Sob a perspectiva do patriarcado, em nossa cultura, a mulher é tida como mero instrumento de prazer sexual para o homem, como um objeto para proporcionar satisfação e desejo para o mesmo. Nesse contexto, em se tratando de uma metáfora para a intimidade sexual entre uma mulher e um homem, não há duas pessoas engajadas na prática sexual: há apenas uma pessoa. Há o homem e um objeto que ele utiliza para obter seu prazer sexual, isto é, a mulher (O’NEILL, 1997).

No contexto do patriarcado, a mulher está eternamente na posição de dominada e o homem de dominador, não existe a desconstrução desses papéis, sendo assim, não há a transformação dos padrões comportamentais dos gêneros nos espaços privado e público. Não há a discussão dos estereótipos constituintes das relações de poder advindos do gênero e dos papéis rígidos que esses estereótipos constroem nas mulheres e homens da sociedade em que vivemos.

Vieira (2011) coloca que o patriarcado instaura a dicotomização nas tarefas, funções e papéis atribuído ao gênero na sociedade, em esferas pública e privada. Esta construção dos papeis feminino e masculino assenta numa relação desigual de poder, que caracteriza o homem como dominador, detentor do poder e a mulher como subordinada em todas as esferas da vida.

A ideia do patriarcado traz consigo campos no qual predominam a exploração do homem sobre a mulher, como por exemplo, o trabalho doméstico, o trabalho remunerado, o Estado, a violência, a sexualidade e as instituições culturais e religiosas.

Dessa forma, para a teórica feminista Martin (2006), as esferas pública (masculina) e privada (feminina) não possuem equidade em nossa sociedade e cultura

Os dois mundos não são vistos com equidade: O sucesso no domínio público é praticamente o único caminho para chegar a altas posições sociais, a maioria das quais é ocupada por homens; ser produtivo no mundo do trabalho remunerado (exceto em empregos subalternos) conta mais na visão cultural dominante do que qualquer coisa que se faça como “dependente” na esfera doméstica. Como o mundo do trabalho esteve historicamente relacionado a um rompimento com a natureza e exigia esforço para dominar a natureza, as mulheres, as pessoas associadas à esfera “natural” da família, eram vistas como dominadas. A separação dessas duas esferas foi descrita, com frequência, como trágica, obrigando ambos, homens e mulheres, a uma vida que não é totalmente humana, totalmente plena: os homens estariam melhor se pudessem integrar, em suas vidas profissionais, as preocupações humanas do domínio doméstico; e as mulheres estariam melhor se adquirissem poder para se realizar, em igualdade com os homens, no local de trabalho (MARTIN, 2006, p. 53).

Dessa maneira, o trabalho doméstico realizado pelas mulheres não é valorizado socialmente e não faz parte da produção, sendo assim, não é remunerado através de salário (BLAY, 1978).

A construção ocidental da hierarquização generificada sempre atribuiu à mulher um papel inferior e completamente em função aos desejos e domínio do homem. No pensamento grego, que condicionou a cultura ocidental, dava-se importância ao homem enquanto legitimador da realidade social, principalmente na esfera pública. O homem era o foco de toda a vida intelectual, o criador da ordem e da lei. A mulher existia em função do homem como mãe dos filhos e administradora da casa. Estava associada ao desejo e à desordem, era vista como um ser inferior a quem se atribuía qualidades negativas que a impossibilitavam de participar ativamente, de forma igual ao homem, na sociedade na qual habitava (MOITA, 2001).

Dessa forma, na constituição da sociedade ocidental em que vivemos, houve sempre o desprezo pela capacidade intelectual das mulheres, repercutindo desde a educação das crianças. Nesse sentido, é conveniente lembrar que a educação das meninas era descuidada na Grécia Antiga, estando elas excluídas

de tudo o que dizia respeito à cultura e aos interesses de seu país e da sua época, sendo consideradas incapazes em terreno de guerra (MOITA, 2001).

Entretanto, na sociedade Espartana as mulheres obtinham educação (principalmente física) e reconhecimento social em razão da sua função reprodutiva, pois elas deveriam ser saudáveis para gerarem filhos fortes.

Considera-se, portanto, como exceção, o caso de Esparta, onde as mulheres eram, pelo contrário, alvo de uma educação (moral, mas, sobretudo física) privilegiada. Essa ênfase na educação das mulheres devia-se ao fato de nelas se valorizar a função reprodutiva – a mulher espartana devia, assim, ser saudável, de forma a poder produzir bons guerreiros. Os rapazes, avaliados pelo que prometiam ser como guerreiros eram educados pelos homens com quem aprendiam a arte de governar e de defesa do território (Licht, 1976; Mullet 1985 apud MOITA, 2001).

É importante destacar que, na Grécia Antiga, a sexualidade feminina era pouco valorizada, sabendo-se que do ponto de vista sexual, o prazer que a mulher podia dar ao homem era desvalorizado, e as relações heterossexuais eram vistas como uma experiência pouco enobrecedora e tidas como uma necessidade biológica fundamental ligada à reprodução. Sendo assim, o ideal de amor era dirigido às relações homossexuais, muito principalmente, entre homens mais velhos (Erastes) e jovens (Eromenos).

Para os antigos gregos, os relacionamentos sexuais estavam organizados por relações complementares de dominação/subordinação. Esta assimetria na relação pressupunha a hierarquia socialmente estabelecida na relação generificada. O prazer sexual podia ser concretizado, pelo menos para os homens, através de uma variedade de formas, dependendo do estatuto social dos parceiros. O sexo ou o estado civil do parceiro sexual não tinha importância nas relações sexuais. Era aceitável que um homem tivesse simultaneamente uma mulher e um eromenos. A importância do casamento dava-se com a procriação, sendo o casamento a única instituição que a legitimava verdadeiramente (MOITA, 2001).

Nessa perspectiva, na sociedade grega o relacionamento homossexual era legitimado, por se tratar do relacionamento sexual e afetivo entre dois seres considerados “superiores”. Já o relacionamento heterossexual era legitimado pelo casamento e principalmente com a finalidade da procriação, sendo a mulher o “sexo inferior”.

É pela busca do objetivo de um ideal de feminilidade evanescente, sempre em mutação – que exige das mulheres que sigam constantemente mudanças irrelevantes e muitas vezes extravagantes da moda – os corpos femininos tornam-se o que Foucault (1988) chama de “corpos dóceis”: aqueles cujas forças e energias estão habituadas ao controle externo, a sujeição, à transformação e ao “aperfeiçoamento”. Por meio de disciplinas reguladoras sobre a dieta, sobre a maquiagem, e o vestuário – princípios organizadores centrais do tempo e do espaço nos dias de muitas mulheres que as colocam como indivíduos menos orientados para as atividades do espaço público e social e mais centrados na automodificação (BORDO,1997).

Conforme Landstrom (2007), a feminilidade pode ser considerada como algo que as mulheres têm e podem, ou não, expressar, o que torna o papel de gênero feminino “maleável” e o masculino “congelado”.

Para Bordo (1997), o disciplinamento, o regramento, a regulação e a normatização do corpo feminino têm sido, historicamente, as únicas opressões de gênero que se exercem por si mesmas, entretanto em formas diferentes dependendo da idade, da raça, da classe e da orientação sexual e que devem ser reconhecidos como maneiras duráveis de controle social.

Em se tratando de temáticas referentes à sexualidade, muitas vezes elas são consideradas desagradáveis, ofensivas e indecentes, pois são vistas e articuladas racionalmente pelos sistemas de valores de grupos ou comunidades particulares de interesses, dentro de culturas específicas (patriarcais) numa dada época (O’NEILL, 1997).

Nesse sentido, recorre-se, novamente, a Bordo, quando a autora ressalta que no final dos anos 60 e início dos anos 70, a objetificação do corpo feminino constituía uma delicada questão política. A constituição cultural da feminilidade, o

aprendizado para agradar visual e sexualmente através das práticas do corpo – imagens da mídia, concursos de beleza, saltos altos, cintas, maquiagem, orgasmo simulado – eram vistos como importantes instrumentos na manutenção da dominação de gênero, segundo análise das teóricas feministas do patriarcado.

O pensamento feminista sob a ótica do patriarcado acredita que uma mulher heterossexualmente ativa numa sociedade falocrática, muitas vezes é, ou representa ser, uma serva/escrava sexual (O'NEILL, 1997).

Dessa forma, as abordagens sob a ótica do patriarcado necessitam de aprofundamentos teóricos e sofrem com a divulgação e reprodução das mesmas leis gerais, que impedem a expansão do campo de investigação; além disso, seus embasamentos reforçam a posição de vitimização das mulheres, impossibilitando as efetivas transformações sociais (SILVA a, 2009).

Desse modo, deve-se compreender o patriarcado como o pensamento ideológico que originou a cultura ocidental da hierarquização generificada, inferiorizando a mulher e “seu corpo imperfeito” em relação ao homem, sendo esse gênero categorizado como o “corpo perfeito” e “o sexo sublime”.

Segundo Silva (2009 a), as abordagens iniciais que discorriam acerca do patriarcado careciam de embasamentos teóricos e sofriam com a reprodução das mesmas leis gerais, que impediam a expansão do campo de análise; além disso, seus aportes teóricos reforçavam a eterna posição de vitimização das mulheres, impossibilitando a realização de transformações sociais.

Entretanto, evidencia-se que atualmente, as mulheres são transformadoras da realidade social em virtude das lutas feministas que, indubitavelmente, proporcionaram inequívocas melhorias para o reconhecimento social feminino em esfera pública e esfera social.

Nessa perspectiva a pensadora feminista Luce Irigaray ressalta que

Para uma mulher, (re) descobrir-se poderia, então, significar a possibilidade de não sacrificar nenhum dos seus prazeres por um outro, de não se identificar com nenhum deles em particular, de nunca ser apenas uma. Uma espécie de universo em expansão, ao qual não se poderia fixar limites e que, não obstante, não seria incoerente (Irigaray, 1985 apud O'NEILL, 1997, p. 97).

Portanto, as concepções teóricas aqui tratadas, levam ao apelo para a necessidade de se atribuir maior atenção às teorizações acerca das relações de gênero sob o olhar dos teóricos/teóricas feministas que buscaram compreender o patriarcado e suas relações diretas com as concepções do gênero em nossa sociedade e cultura. Dessa maneira, salienta-se o importante papel dos estudos realizados pelas/os pensadoras/es feministas para o entendimento acerca da sociedade patriarcal na qual ainda vivemos.

1.4 – As relações de gênero pelo contexto do espaço paradoxal

Rossi (2011) discute que a perspectiva sobre o patriarcado como contexto de dominação masculina é influenciada por Bourdieu (1999), que acreditava que as diferenças biológicas masculinas e femininas desempenhavam papéis sociais opacionais em nossa cultura. Rossi afirma que a perspectiva de Bourdieu foi muito criticada pelos movimentos feministas contrários a visão derrotista e vitimista do mesmo sobre as relações de gênero. O modelo de dominação do homem sobre a mulher, fundamentado pelo contexto do patriarcado, foi tido como reducionista e sendo incapaz de compreender as fissuras nas relações de poder que desconstroem a ordem instituída pelos papéis sociais de gênero. (ROSSI, 2011).

A geógrafa feminista Joseli Maria Silva (2009 b) estuda e discute a proposta teórica da pensadora feminista Gillian Rose, trazendo para o debate da Geografia brasileira o conceito de “espaço paradoxal” sendo esta uma possibilidade de subversão da construção masculina do conhecimento geográfico. Conforme a autora o espaço paradoxal como um espaço de luta é

(...) complexo, envolve variadas articulações e dimensões e se constitui numa interessante construção metodológica na geografia. A mulher não pode ser vista apenas como constituinte de um gênero, mas também da sexualidade, da raça, da religião e da classe social. Todos esses elementos são experienciados simultaneamente, podendo, portanto, subverter a ordem de forças entre “nós” e os “outros” devido á sua pluri-localidade no território (SILVA, 2009, p. 65).

Nessa perspectiva, o espaço paradoxal pode ser entendido como composto de aparentes contradições: de um lado, compõe as representações sociais hegemônicas dos gêneros e das sexualidades; de outro, é elemento de subversão dessas mesmas representações, pois é por meio das ações espaciais concretas desempenhadas pelos indivíduos que se dão as contínuas transformações da realidade socioespacial (SILVA b, 2009).

Na constituição do conceito que fundamenta o espaço paradoxal, o entendimento acerca do gênero é distinto em relação ao entendimento do gênero proposto pelos teóricos do patriarcado. Sendo assim, a visão desconstrucionista dos papéis de gênero são consideradas na formulação teórica do espaço paradoxal, apoiado pelas obras dos/das teóricos (as) feministas Michel Foucault (1988), Teresa de Lauretis (1987) e Judith Butler (1990).

Nesse sentido, compreende-se o gênero como performático, introduzindo na Geografia Feminista a ideia de performatividade. Dessa forma, a identidade de gênero, segundo Butler (2003), é exercida pela performatividade, fundamentada pela representação corpórea e identitária, e sendo assim, esse fato implica um mecanismo que a condena inexoravelmente à mudança. Isso porque a identidade de gênero é uma representação que, para se realizar, efetiva-se concretamente por meio do ser humano em suas práticas espaciais e territoriais em determinado tempo.

Segundo a teórica feminista Judith Butler, citado por Silva; Nabozny; Ornat (2011) houve certo reducionismo na compreensão da relação entre gênero e corpo pelas teóricas do patriarcado

(...) em algumas explicações, a ideia de que o gênero é construído sugere um certo determinismo de significados do gênero, inscritos em corpos anatomicamente diferenciados, sendo esses corpos compreendidos como recipientes passivos de uma lei natural inexorável. Quando a 'cultura' relevante que 'constrói' o gênero é compreendida nos termos dessa lei ou conjunto de leis, tem-se a impressão de que o gênero é tão determinado e tão fixo quanto na formulação de que a biologia é o destino. Nesse caso, não a biologia, mas a cultura se torna o destino (Butler 2003, apud SILVA; NABOZNY; ORNAT, 2011, p. 27).

Dessa maneira, o gênero pelo viés desconstrucionista, é entendido para além da representação dos papéis a serem desempenhados pelas mulheres e pelos homens em nossa sociedade, sob a construção hegemônica da heteronormatividade, sendo assim, uma complexidade permanentemente aberta.

No caráter performático do gênero, não há linearidade entre sexo, gênero e desejo, essas categorias formam uma complexidade permanentemente aberta pela experimentação e vivência cotidianas (SILVA; NABOZNY; ORNAT, 2011).

Conforme Butler (1990, p. 25), os corpos não são pré-discursivos, já nascem estabelecidos pelo gênero e pela marca constituída por ele socialmente. O gênero é sempre um fazer, embora não por um sujeito que poderia ser dito como preexistente a escrita. São estas combinações possíveis que desestabilizam as fronteiras rígidas da heterossexualidade e que subvertem a lógica biológica e naturalizante das construções identitárias baseadas nos pólos hierarquicamente distintos e oposicionais, estabelecidos entre os corpos masculinos e femininos.

O pensamento de Rose (1993) fundamenta-se no entendimento espacial do que Teresa de Lauretis (1987) chama de sujeito do feminismo em seu livro "Technologies of gender". Nesse sentido, o mesmo seria um projeto político, como uma maneira pessoal e política de sobrevivência e resistência. Entretanto, fundamenta-se em uma prática crítica e num campo do conhecimento, que vai além da dualidade homem-mulher, compreendido por esse viés como eixos identitários.

Nessa perspectiva, segundo Rose (1993) salienta-se a importância de outras orientações identitárias, onde as reflexões devessem ir além das diferenças sexuais. Em sua discussão, outros elementos devem ser considerados, um mundo de representações lingüísticas e culturais, nas suas experiências em relação a outras esferas vinculadas às identidades dos sujeitos, como a raça, a classe, a religião, a etnia, bem como as relações sexuais. Isto formaria um sujeito não unificado, mas múltiplo, e não apenas com vivências oposicionais de papéis sociais, como contraditório, trazendo a possibilidade de existências que vão além dos discursos dominantes (Rose 1993 apud ORNAT, 2011).

Dessa maneira, o sujeito do feminismo associa-se a um espaço multidimensional, contingente e em constante movimento. Gillian Rose (1993) o denomina paradoxal, em razão das ocupações entre centro e margem, insider e outsider, serem ocupadas simultaneamente. Nessa perspectiva, Lauretis (1987) coloca

É um movimento entre o (representado) e o que a representação deixa de fora, ou mais precisamente, tornado irrepresentável. É um movimento entre o (representado) espaço discursivo da posição disponibilizada pelos discursos hegemônicos e o espaço-*off*, o outro lugar, os outros discursos..., há dois tipos de espaços, que não estão nem em oposição um ao outro (...), mas que coexistem em simultaneidade e contradição. O movimento entre eles, portanto, não é o de uma dialética de integração, de uma combinação, ou de uma *différance*, mas é a tensão da contradição, da multiplicidade e da heteronomia (LAURETIS, 1987, p. 26)¹.

Desse modo, cada relação tipificada possui uma espacialidade, fundamentadas por relações de poder, afirmado por Foucault (1988). Conforme o mesmo, não podemos considerar a existência de um metaconceito chamado poder, localizado em algum lugar ou emanado de alguma situação, mas se posiciona com compleição heterogênea e em constante transformação. Sendo assim, “o poder não é um objeto natural, uma coisa; é uma prática social e, como tal, constituída historicamente” (FOUCAULT, 1988, p. 25) e espacialmente. (ORNAT, 2011).

O espaço paradoxal formulado por Gillian Rose (1993) realiza-se espacialmente e é vivenciado pelos indivíduos de forma relacional e por meio da interseccionalidade, isto é, de várias facetas identitárias, que podem ser de classe, gênero, raça, etnia, religião, entre outras. A cada espacialidade, pode-se exacerbar uma faceta identitária que coloca o indivíduo em outra posição em suas relações de poder.

¹ It is a movement between the (represented) and what the representation leaves out or, more pointedly, makes unrepresentable. It is a movement between the (represented) discursive space of the position made available by hegemonic discourses and the space-off, the elsewhere, of those discourses [...] there two kinds of spaces are neither in opposition to one another [...] but they coexist concurrently and in contradiction. The movement between them, therefore, is not that of a dialectic, of integration, of a combinatory, or of difference, but is the tension of contradiction, multiplicity, and heteronomy. (LAURETIS, 1987, p. 26).

Para Michel Foucault (1988) o poder é um feixe de relações assimétricas, que tensiona constantemente, entre o centro e a margem das configurações das relações de poder.

Para o entendimento sobre o espaço paradoxal, torna-se interessante e essencial a compreensão acerca da interseccionalidade, que para Valentine (2007) serve para demonstrar a conexão entre múltiplas e distintas categorias sociais, tais como gênero, classe, etnia, sexualidade, entre outras. Conformando uma interconexão entre categorias de experiência, ocorrendo a partir das espacialidades.

Sendo as identidades 'feitas' espacialmente, Valentine, 2007 (apud Ornat, 2011) exorta-nos que devemos buscar como esta interseccionalidade, enquanto uma experiência vivida, é produzida no espaço, como determinados elementos da intersecção são oprimidos em determinadas espacialidades, ou sob nossa perspectiva, sob várias territorialidades, e valorizadas em outras, podendo estes elementos se abalar, se anular ou se cancelar. Isto aponta para o fato do movimento constante entre diferentes posições de sujeito, delineando o fato de que a forma pelas quais 'somos' surgem de interações e contextos geográficos específicos (Valentine 2007 apud ORNAT, 2011, p. 53).

Sendo assim, a vivência articulada e simultânea das categorias sociais produz possibilidades espaciais variadas de realização das identidades, um processo de intersecções específicas e situadas no espaço.

Para Longhurst; Hodgetts; Stolte (2011) é inequívoca a importância da compreensão das relações generificadas através da perspectiva do espaço paradoxal. Pois, a ocupação simultânea de centro e margem, é uma importante oportunidade para criticar a autoridade do machismo e para a mudança da realidade sócio-espacial das mulheres, sob o ponto de vista feminista. Desse modo, as feministas desafiam e desestruturam os posicionamentos *insider/outsider*, ocupando o espaço paradoxal simultaneamente no centro e na margem, implicando em geometrias radicalmente heterogêneas que são vivenciadas pelas mulheres.

Portanto, a ideia de espaço paradoxal relaciona-se ao fato dos sujeitos ocuparem ao mesmo tempo posições de centro e margem de relações de poder, dependendo das relações de poder que sejam levadas em consideração, como gênero, sexualidade, raça-etnia, nacionalidade, geração, entre outras.

Em determinadas espacialidades este sujeito ocupa posição de centralidade (domina) e em outras espacialidades, ocupa posição de margem (dominado) nas relações de poder. Salienta-se que esta ocupação é simultânea devido ao fato de que nossa realidade é estruturada a partir dos discursos que posicionam e reconhecem simultaneamente pessoas em centro e margem de relações de poder, da mesma forma, as pessoas em suas relações sociais, não são passivas, mas sim sujeitos ativos, reconhecendo suas mais variadas posições nas relações de poder, em conformidade com as espacialidades que são levadas em consideração.

No sentido de relacionar a discussão deste primeiro capítulo, o qual fundamenta e oferece alicerces teóricos para o método e os procedimentos vinculados a este estudo, é necessário retomar a noção de que a Geografia Feminista firma sua importância através da articulação de seu discurso com a realidade de parte expressiva das mulheres brasileiras: pobres, negras, trabalhadoras sindicalistas que, mesmo voltadas para suas próprias identidades, vêm no feminismo uma possibilidade de serem ouvidas.

Frente aos avanços do feminismo da década de 1970, fruto do crescimento econômico mundial e da democratização da pílula anticoncepcional, e seu recuo diante do surgimento da aids, as mulheres representadas por teóricas feministas puderam manter vivas as idéias de autonomia e liberdade em uma sociedade ainda baseada pelo contexto de domínio e submissão do patriarcado. Atualmente, é possível identificar a realidade feminina brasileira e mundial segundo um espaço paradoxal, contraditório pela existência mútua de fundamentos tradicionais de gêneros (e sexualidades) e realidades socioespaciais que subvertem a construção masculina. A partir destas reflexões, os procedimentos metodológicos expostos no próximo capítulo ganharam argumentos científicos mais sólidos.

CAPÍTULO 2 - METODOLOGIA: MÉTODO E PROCEDIMENTOS

2.1 – A delimitação do recorte espacial da pesquisa

Após a revisão bibliográfica, a descoberta de um método adequado para o estudo das relações de conjugalidade através dos contextos do patriarcado e do espaço paradoxal no município de Santa Maria parecia muito difícil. Muitas perguntas, nesta etapa da pesquisa, afloraram e tornaram ao mesmo tempo um grande desafio de investigação científica, entre elas: Como selecionar o recorte territorial para a investigação? Estudar todo o município de Santa Maria exige muito tempo, como posso selecionar um bairro? De que forma posso escolher minha área de estudo através de dados quantitativos e fazer uma análise qualitativa? Quando fizer o trabalho de campo como as mulheres entrevistadas vão me receber? Elas falarão a verdade? E se os dados demonstrarem uma realidade e a verificação in loco outra realidade?

Essas e tantas outras questões “pulsavam” e, também, norteavam as etapas a serem desenvolvidas para a realização da pesquisa. Em um primeiro momento tinha-se a idéia de trabalhar com dados de fecundidade, porém, os mesmos não estavam disponíveis segundo informações dos funcionários do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de Santa Maria, ou seja, não há o mapeamento destes números em escala local e nem por bairro. Mesmo assim, a vontade de estudar as relações de conjugalidade permitiu dar seguimento à investigação mediante outros números disponibilizados pelo Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA).

A primeira atitude foi, inicialmente, ir até o IBGE, para obter a maior gama de dados relacionados à realidade das mulheres do Município possível, porém alguns bairros não mostravam determinados dados.

Para transpor mais esta barreira foram selecionadas informações numéricas presentes em todos os bairros do território santamariense no ano de 2010 (o mais recente). São eles: População por bairro, por grupo de homens e mulheres, proporção de mulheres em relação ao total da população (ver tabela 1),

Responsáveis por domicílio, por sexo (ver tabela 2), Taxa de alfabetização total (%) de homens e mulheres (ver tabela 3), Proporção de óbitos de menores de 1 ano de idade em relação a população de menores de 1 ano de idade, por bairro (ver tabela 4) e Faixa de renda por bairro (ver tabela 5). Os referidos dados foram escolhidos por terem maior relação com a realidade estatística referente às mulheres do Município em questão, permitirem uma comparação com o panorama masculino do mesmo e, portanto, dizerem respeito as características sociais e econômicas dos gêneros no município de Santa Maria/RS.

Através da análise dos dados do Censo de 2010 (Ver subitem 2.2.2), um bairro chamou a atenção por apresentar: menor proporção de mulheres; menor percentagem de mulheres responsáveis por domicílios em relação aos homens; maior taxa de alfabetização das mulheres em comparação aos homens; menor índice de óbitos de pessoas menores de 1 ano de idade, com índice nulo e possuir maior percentagem de pessoas que vivem com até um salário mínimo. Este bairro é o Agroindustrial.

Desse modo, através da verificação in loco, haveria maior probabilidade de encontrar e entrevistar mulheres que convivem com maior número de homens no bairro onde residem, grande parte deles chefes de famílias e, por isso, essas mulheres se dedicam ao cuidado do lar e de sua prole. Mesmo que, a partir dos dados, as mesmas tenham maior escolaridade, as informações numéricas relativas à baixa renda indicam que o bairro Agroindustrial possui mulheres que têm seus cotidianos ligados à criação dos filhos, à vivência em suas residências e ao sustento obtido através do trabalho de seus maridos, um indício importante para o estudo da relação de conjugalidade.

Após a análise quantitativa, a qual serviu para a definição do recorte territorial de estudo, realizou-se o trabalho de campo, com entrevista semiestruturada (ver Anexo A) composta por perguntas relacionadas ao significado de ser mulher, à submissão às vontades do cônjuge, ao sustento da família, ao papel da mulher e do homem no cuidado dos filhos, aos locais estratégicos para a sobrevivência da família, entre outras questões.

Durante a efetivação da verificação in loco, algumas mulheres não quiseram participar da pesquisa. Determinadas entrevistadas pareciam um pouco receosas em falarem abertamente sobre suas relações conjugais, outras relataram, não somente sobre seus atuais companheiros, mas, também, sobre os outros relacionamentos que viveram e os motivos que levaram ao término dos mesmos, como agressão, abandono, problemas do ex-marido com álcool, envolvimento do ex-cônjuge com mulheres mais jovens, entre outras razões. As entrevistas semiestruturadas foram aplicadas nos fins de semana do mês de agosto de 2012, com 10 mulheres do bairro em questão. Para que suas identidades fossem preservadas na pesquisa, seus nomes verdadeiros foram substituídos por outros. Ressalta-se que as respostas aos questionamentos tiveram tempo de duração relativo, uma vez que algumas mulheres demoraram de 4 a 5 horas para exporem suas idéias de acordo com o objetivo da entrevista, enquanto outras responderam de forma breve (cerca de 1 hora).

Por isso a análise do discurso ou análise de conteúdo de Bardin foi a metodologia utilizada pela pesquisa, a qual oferece uma interpretação qualitativa para os relatos obtidos com a realização do trabalho de campo (Ver capítulo 4.1).

Laurence Bardin, estudiosa da área de psicologia em Paris, centrou suas pesquisas na importância da associação de palavras para a investigação acerca dos estereótipos sociais partilhados pelos membros de um grupo. Desse modo, mediante a utilização desta metodologia, pode-se tratar dos significados contidos nas falas das entrevistadas. Bardin (1977, p. 15) salienta que “A análise de conteúdo, enquanto método torna-se um conjunto de técnicas de análise das comunicações que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens”.

Mediante a coleta de narrativas identificaram-se características relacionadas aos contextos do patriarcado e do espaço paradoxal nos relatos de uma mesma mulher, ou seja, mesmo a entrevistada mantendo concepções tradicionais e hegemônicas diante da relação com seu cônjuge, a mesma já demonstra sinais sutis de subversão à construção masculina de relação entre marido e mulher (ver capítulo 3.3).

As etapas acima descritas referem-se à trajetória de pesquisa e aos caminhos construídos até a obtenção dos resultados. Por conseguinte, todos os questionamentos e dificuldades foram os agentes de impulsão para a etapa final da dissertação, cujos resultados pretendem contribuir para os estudos feministas vinculados à ciência geográfica.

2.2 – Análise dos dados do Censo Demográfico do ano de 2010 por bairros do município de Santa Maria/RS

Os dados do Censo Demográfico do ano de 2010 foram obtidos via Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA. Desse modo, pode-se conhecer a realidade estatística de vários bairros de Santa Maria e, a partir desses dados, definir o Bairro Agroindustrial como área de estudo².

² Devido à dimensão das tabelas, o presente subitem apresenta alguns espaços em branco, o que não compromete a compreensão do mesmo.

Tabela 1 - População por bairro, por grupo de homens e mulheres, proporção de mulheres em relação ao total da população.

Bairros	Total	Homens	Mulheres	PMRT
Centro	17847	7578	10269	57,53908
Bomfim	7157	3108	4049	56,57398
Nonoai	4168	1827	2341	56,16603
Nossa Senhora Das Dores	4656	2074	2582	55,45533
Nossa Senhora De Fátima	8836	3949	4887	55,30783
Nossa Senhora Do Rosário	6769	3080	3689	54,49845
Nossa Senhora Do Perpétuo Socorro	6151	2805	3346	54,39766
Nossa Senhora De Lourdes	5993	2734	3259	54,38011
Menino Jesus	5410	2477	2933	54,21442
Duque De Caxias	3339	1535	1804	54,02815
Tancredo Neves	11456	5271	6185	53,98918
Carolina	3356	1545	1811	53,96305
Itararé	7300	3382	3918	53,67123
Passo D´Areia	6995	3284	3711	53,05218
Pres. João Goulart	6252	2944	3308	52,91107
Dom Antônio Reis	1984	941	1043	52,57056
Divina Providência	1347	639	708	52,56125
Juscelino Kubitschek	13730	6556	7174	52,25055
Patronato	2575	1237	1338	51,96117
Noal	7582	3644	3938	51,9388
Camobi	21822	10523	11299	51,77802
Km 3	2504	1212	1292	51,59744
Uglione	1808	876	932	51,54867
Nossa Senhora Medianeira	9030	4379	4651	51,50609
Chácara Das Flores	3939	1912	2027	51,45976
Tomazzetti	2039	991	1048	51,39774
Pé De Plátano	2200	1070	1130	51,36364
Urlândia	8967	4371	4596	51,2546
Salgado Filho	9801	4784	5017	51,18865
São João	1706	833	873	51,17233
São José	5697	2787	2910	51,07952
Renascença	1791	879	912	50,92127
Pinheiro Machado	10943	5376	5567	50,8727
Nova Santa Marta	12722	6261	6461	50,78604
Campestre Do Menino Deus	2697	1333	1364	50,57471
João Luiz Pozzobon	3152	1559	1593	50,53934
Caturrita	3211	1599	1612	50,20243
Boi Morto	2561	1278	1283	50,09762
Lorenzi	5621	2819	2802	49,84878
Cerrito	1127	603	524	46,49512
Agroindustrial	224	130	94	41,96429

Fonte: Censo Demográfico – IBGE 2010

Organização: CAETANO, Geani Nene

Salienta-se que as tabelas foram organizadas em ordem decrescente de Proporção de Mulheres em Relação ao Total (PMRT) da população por bairro do

município considerando os valores quantitativos dos bairros do município de Santa Maria/RS.

A fórmula utilizada para o cálculo de PMRT da de Santa Maria/RS foi a seguinte: $D \times 100 / B$. O cálculo se deu pelo número de mulheres do bairro (D) multiplicado por 100 (para a obtenção do valor em percentagem) dividido pelo total da população do bairro (B).

Através da análise da tabela 1 (Proporção de mulheres em relação ao total da população) verificou-se que os três bairros que segundo os dados do Censo 2010, apresentam maior proporção de mulheres em relação ao total da população são: o Centro, com 57,53 %, o Bonfim, com 56,57% e o Nonoai, com 56,16%. Já o bairro Boi Morto apresenta proporção equivalente de mulheres em relação ao total da população, com 50,09%. Nesse sentido os três bairros que possuem menor proporção de mulheres em relação ao total da amostra retirada dos valores do Censo 2010, são: o Lorenzi, com 49,84%, o Cerrito, com 46,49% e o Agroindustrial, com 41,96%. O bairro que se destaca por possuir menor proporção de mulheres em relação ao total da população é o Agroindustrial.

Tabela 2 - Responsáveis por domicílio, por sexo.

Bairros	Total	Homens	Mulheres	PMRH-RES
Pé De Plátano	671	292	379	56,482861
João Luiz Pozzobon	889	398	491	55,230596
Lorenzi	1679	779	900	53,603335
Centro	7528	3559	3969	52,723167
Bonfim	2882	1371	1511	52,428869
Renascença	658	326	332	50,455927
Tomazzetti	617	307	310	50,243112
Nossa Senhora De Fátima	3502	1749	1753	50,05711
Nossa Senhora Das Dores	1730	876	854	49,364162
Nossa Senhora Do Rosário	2380	1207	1173	49,285714
Pres. João Goulart	1880	966	914	48,617021
Tancredo Neves	3647	1916	1731	47,463669
Nossa Senhora Do Perpétuo Socorro	2004	1074	930	46,407186
Noal	2297	1233	1064	46,321289
Menino Jesus	1994	1076	918	46,038114
Nova Santa Marta	3645	1979	1666	45,706447
Nossa Senhora Medianeira	2950	1622	1328	45,016949
Salgado Filho	2978	1649	1329	44,627267
Urlândia	2847	1588	1259	44,221988
Itararé	2289	1294	995	43,468764
Juscelino Kubistchek	4684	2664	2020	43,125534
São João	559	322	237	42,397138
Passo D'Areia	2271	1314	957	42,140026
Camobi	7288	4229	3059	41,973106
Nossa Senhora De Lourdes	2218	1288	930	41,929666
Nonoai	1507	877	630	41,80491
Carolina	1057	621	436	41,248817
São José	1789	1055	734	41,028508
Uglione	654	387	267	40,825688
Chácara Das Flores	1133	702	431	38,0406
Pinheiro Machado	3527	2213	1314	37,255458
Caturrita	1006	640	366	36,38171
Campestre Menino Deus	853	543	310	36,342321
Patronato	799	509	290	36,295369
Duque De Caxias	1164	744	420	36,082474
Boi Morto	841	541	300	35,671819
Km 3	790	519	271	34,303797
Divina Providência	392	260	132	33,673469
Dom Antônio Reis	614	437	177	28,827362
Cerrito	335	247	88	26,268657
Agroindustrial	74	61	13	17,567568

Fonte: Censo Demográfico – IBGE 2010

Organização: CAETANO, Geani Nene

A fórmula para o cálculo da proporção de mulheres em relação aos homens responsáveis por domicílio por bairro do município de Santa Maria/RS (PMRH-RES) foi a seguinte: **$D \times 100 / B$** . O cálculo se deu pelo número de mulheres do

bairro (D) multiplicado por 100 (para a obtenção do valor em porcentagem) dividido pelo total da população do bairro (B).

Pela análise da tabela 2, que salienta a proporção de mulheres responsáveis por domicílio em relação aos homens da amostra, verificou-se que os três bairros que possuem maior porcentagem de mulheres responsáveis pelos domicílios, são: o Pé de Plátano, com 56,48%, o João Luiz Pozzobon, com 55,23% e o Lorenzi, com 53,60%. Já o bairro Nossa Senhora de Fátima possui proporção equivalente de mulheres responsáveis pelo domicílio em relação aos homens, com 50,05%.

Sendo assim, os três bairros que possuem menor porcentagem de mulheres responsáveis por domicílio em relação aos homens da amostra por bairro retirada do Censo 2010, são: o Dom Antônio Reis, com 28,82%, o Cerrito, com 26,26% e o Agroindustrial, com 17,56%. Mais uma vez o bairro Agroindustrial destaca-se na análise, agora por possuir menor proporção de mulheres responsáveis por domicílio (13 mulheres chefes de família) dos 41 bairros do município de Santa Maria/RS.

Tabela 3 – Taxa de alfabetização total (%) de homens e mulheres.

Bairros	Homens	Mulheres	Total	RTAEHM
Agroindustrial	90,2	95,1	92,2	4,9
Chacara Das Flores	92,5	95,2	93,9	2,7
Campestre Do Menino Deus	95,9	97,2	96,6	1,3
João Luiz Pozzobon	91,8	92,2	92	0,4
Nova Santa Marta	93,8	94,1	93,9	0,3
Renascença	95,7	95,9	95,8	0,2
São José	97	97	97	0
Cerrito	96,5	96,5	96,5	0
Divina Providência	94,9	94,9	94,9	0
Nossa Senhora De Fátima	99,8	99,7	99,7	-0,1
Bonfim	99,6	99,5	99,5	-0,1
Centro	99,5	99,4	99,5	-0,1
Nossa Senhora Lourdes	99,6	99,4	99,5	-0,2
Nonoai	99,1	98,9	99	-0,2
Camobi	97,7	97,5	97,6	-0,2
São João	96,8	96,5	96,6	-0,3
Tomazzeti	96,9	96,6	96,8	-0,3
Uglione	98,3	97,9	98,1	-0,4
Lorenzi	95,5	95,1	95,3	-0,4
Menino Jesus	98,7	98,2	98,4	-0,5
Patronato	98,7	98,2	98,5	-0,5
Caturrita	93,2	92,7	92,9	-0,5
Nossa Senhora Do Rosário	98,8	98,2	98,5	-0,6
Juscelino Kubitchek	97	96,4	96,7	-0,6
Tancredo Neves	98,7	98,1	98,4	-0,6
Nossa Senhora Do Perpétuo Do Socorro	98,4	97,8	98	-0,6
Nossa Senhora Das Dores	99,3	98,6	98,9	-0,7
Pedeplátano	98,2	97,4	97,8	-0,8
Itararé	97,6	96,7	97,1	-0,9
Noal	96,1	95,2	95,6	-0,9
Presidente João Goulart	97	96,1	96,5	-0,9
Urlândia	95	94,1	94,6	-0,9
Duque De Caxias	98,9	97,9	98,3	-1
Passo Da Areia	97,9	96,9	97,3	-1
Pinheiro Machado	97,2	96,2	96,7	-1
Km 3	97,7	96,2	96,9	-1,5
Dom Antônio Reis	98,6	97	97,8	-1,6
Boi Morto	97,5	95,9	96,7	-1,6
Carolina	97,2	95,6	96,4	-1,6
Salgado Filho	95	93,1	94	-1,9
Nossa Senhora Medianeira	98,5	95,1	96,8	-3,4

Fonte: Censo Demográfico – IBGE 2010

Organização: CAETANO, Geani Nene

A fórmula para o cálculo da relação da taxa de alfabetização entre homens e mulheres (RTAEHM), foi a seguinte: **G-F**. O cálculo se deu pela taxa de alfabetização dos homens (F) subtraída pela taxa de alfabetização das mulheres

(G) por bairro do presente Município investigado. O valor é somente um parâmetro que demonstra o quanto as mulheres são mais alfabetizadas ou menos alfabetizadas em relação aos homens.

Pela análise da relação do total de escolaridade de homens e mulheres dos 43 bairros de Santa Maria/RS, comprovou-se que os três bairros em que as mulheres possuem maior taxa de alfabetização em relação aos homens da amostra de população, são: o Agroindustrial, com parâmetro de 4,9, o Chácara das Flores, com parâmetro de 2,7 e o Campestre do Menino Deus, com parâmetro de 1,3. Já o bairro Cerrito possui taxa de alfabetização equivalente de homens e mulheres em relação a população total da amostra, com parâmetro de 0.

Nessa perspectiva, os três bairros em que as mulheres detêm menores taxas de alfabetização em relação aos homens da amostra populacional com parâmetros negativos, são: o Carolina com -1,6 o Salgado Filho com -1,9 e o Nossa Senhora Medianeira com -3,4. Salienta-se que nesses bairros os homens possuem maior escolaridade em comparação às mulheres dos mesmos. Verificou-se através da presente análise da tabela 3, que o bairro Agroindustrial possui a supremacia de mulheres alfabetizadas em relação à taxa de alfabetização dos homens da amostra populacional do bairro.

Nesse sentido, embora o bairro agroindustrial tenha menor número de mulheres e menor porcentagem de mulheres chefes de domicílio, conforme tabelas 1 e 2, ele apresenta maior relação de mulheres alfabetizadas, uma curiosidade paradoxal do espaço do bairro em questão.

Tabela 4 – Proporção de óbitos de menores de 1 ano de idade em relação a população de menores de 1 ano de idade, por bairro.

Bairro	Até 1 Ano	Óbitos	POM1
Presidente João Goulart	96	5	5,208
Duque De Caxias	24	1	4,167
Renascença	25	1	4
Pinheiro Machado	149	5	3,356
Urlandia	127	4	3,15
Nonoai	33	1	3,03
Nossa Senhora Medianeira	69	2	2,899
Pe De Plátano	36	1	2,778
Bonfim	40	1	2,5
Nova Santa Marta	226	5	2,212
Carolina	52	1	1,923
Chácara Das Flores	58	1	1,724
Tancredo Neves	131	2	1,527
João Luis Pozzobon	68	1	1,471
Itararé	89	1	1,124
Centro	96	1	1,042
Salgado Filho	156	1	0,641
Juscelino Kubitschek	180	1	0,556
Camobi	257	1	0,389
Nossa Senhora Das Dores	42	0	0
Nossa Senhora De Lourdes	61	0	0
Nossa Senhora Do Rosario	55	0	0
Nossa Senhora Do Perpétuo Socorro	76	0	0
Km 3	35	0	0
São José	63	0	0
Cerrito	14	0	0
Tomazzeti	31	0	0
Patronato	21	0	0
Passo Da Areia	81	0	0
Caturrita	57	0	0
Agroindustrial	5	0	0
Boi Morto	33	0	0
Campestre Do Menino Deus	22	0	0
Divina Providencia	25	0	0
Lorenzi	75	0	0
Menino Jesus	55	0	0
Noal	110	0	0
Nossa Senhora De Fatima	75	0	0
São João	23	0	0
Uglione	22	0	0
Dom Antônio Reis	27	0	0

Fonte: Censo Demográfico – IBGE 2010

Organização: CAETANO, Geani Nene

A fórmula para o cálculo da proporção de óbitos de pessoas menores de 1 ano de idade em relação a população de menores de 1 ano de idade por bairro do município de Santa Maria/RS, é a seguinte: **Fx100/E**. O cálculo se deu pelo

número de óbitos (F) multiplicado por 100 (para a obtenção do valor em percentagem) dividido pelo número de óbitos de pessoas menores de 1 ano de idade (E), para a obtenção dos valores da proporção de óbitos de pessoas menores de 1 ano de idade (POM1) por bairros do município de Santa Maria/RS.

A partir da análise da tabela 4, comprovou-se através da taxa (POM1), referindo-se a proporção de óbitos de crianças com menos de um ano de idade, que os três bairros que obtêm maior índice de óbitos de pessoas menores de 1 ano de idade do Município em estudo, são: o Presidente João Goulart, com 5,20%, o Duque de Caxias, com 4,16% e o Renascença com 4%. Em contraponto, os três bairros que obtêm o menor índice de óbitos de pessoas menores de 1 ano de idade do Município em análise são: o Agroindustrial, com 0%, o Cerrito, com 0% e o Tomazzetti, com 0%. Salienta-se a relevância do bairro Agroindustrial, por apresentar taxa nula em óbitos de pessoas menores de um ano de idade.

Tabela 5 – Faixa de renda por bairro.

Bairro	Total	Até 1/2	1/2 a 1	Até 1	1 a 2	2 a 5	1 a 5	% Até 1	% Até 5
Agroindustrial	73	5	13	18	18	22	40	24,65753	54,79452
João Luis Pozzobon	889	40	162	202	257	325	582	22,72216	65,46682
Nova Santa Marta	3645	94	691	785	1303	1271	2574	21,53635	70,61728
Caturrita	1006	15	184	199	318	395	713	19,78131	70,87475
Cerrito	334	7	51	58	62	103	165	17,36527	49,4012
Salgado Filho	2977	62	439	501	882	1173	2055	16,82902	69,02922
Lorenzi	1678	26	246	272	496	709	1205	16,20977	71,81168
Km 3	789	11	98	109	148	302	450	13,81496	57,03422
Chácara Das Flores	1132	24	132	156	288	494	782	13,78092	69,08127
Boi Morto	837	12	101	113	219	369	588	13,5006	70,2509
Carolina	1057	15	126	141	266	437	703	13,33964	66,50899
Urlandia	2846	52	325	377	737	1305	2042	13,24666	71,74982
Campestre do Menino Deus	852	9	94	103	213	366	579	12,0892	67,95775
Presidente João Goulart	1879	32	194	226	398	729	1127	12,02767	59,97871
Noal	2297	50	215	265	514	819	1333	11,53679	58,03222
Divina Providencia	388	5	38	43	128	167	295	11,08247	76,03093
Passo Da Areia	2271	35	209	244	477	866	1343	10,74417	59,13694
Renascença	657	6	62	68	99	255	354	10,35008	53,88128
Itararé	2287	21	214	235	400	930	1330	10,27547	58,15479
Juscelino Kubitschek	4681	41	397	438	1009	2190	3199	9,356975	68,3401
Pinheiro Machado	3525	43	285	328	795	1592	2387	9,304965	67,71631
Tomazzeti	617	5	50	55	116	286	402	8,9141	65,15397
N.Sa. do Perpétuo Socorro	2004	19	159	178	351	781	1132	8,882236	56,48703
São João	559	2	47	49	114	271	385	8,765653	68,87299
Tancredo Neves	3645	25	269	294	703	1718	2421	8,065844	66,41975
N.Sa. do Rosario	2379	6	169	175	327	843	1170	7,356032	49,18033
Pe De Plátano	670	0	47	47	134	268	402	7,014925	60
Camobi	7279	49	459	508	134	2593	2727	6,978981	37,46394
São José	1789	6	115	121	276	648	924	6,763555	51,64897
Duque De Caxias	1164	4	68	72	150	392	542	6,185567	46,56357
N.Sa. Medianeira	2932	14	160	174	409	1120	1529	5,934516	52,1487
Uglione	653	2	36	38	107	308	415	5,819296	63,55283
Menino Jesus	1994	12	88	100	226	697	923	5,015045	46,28887
Nonoai	1507	3	72	75	189	545	734	4,976775	48,70604
Dom Antônio Reis	614	1	27	28	80	219	299	4,560261	48,69707
Patronato	794	2	33	35	101	263	364	4,40806	45,84383
N.Sa. De Fatima	3501	13	118	131	277	969	1246	3,741788	35,58983
N.Sa. Das Dores	1730	7	49	56	180	561	741	3,236994	42,83237
Centro	7522	15	225	240	639	2028	2667	3,190641	35,456
Bonfim	2877	6	80	86	233	747	980	2,989225	34,06326
N.Sa. De Lourdes	2217	5	40	45	153	533	686	2,02977	30,94272

Fonte: Censo Demográfico – IBGE 2010

Organização: CAETANO, Geani Nene

A fórmula para o cálculo da percentagem de pessoas com rendimento mensal de até 1 salário mínimo (% até 1) por bairro do município de Santa Maria/RS, é a seguinte: **Ex100/B**. O cálculo se deu pelo número de pessoas que

recebem até 1 salário mínimo (H) multiplicado por 100 (para a obtenção do valor em percentagem) dividido pelo total da população do bairro (E).

A partir da análise da faixa de renda por bairro, levou-se em consideração para a presente pesquisa a percentagem de pessoas que vivem com até um salário mínimo por bairros do município de Santa Maria/RS, através da obtenção do banco de dados (SIDRA) do Censo 2010, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Dessa forma, os três bairros que possuem maior percentagem de pessoas que vivem com até um salário mínimo, são: o Agroindustrial, com 24,65%, o João Luiz Pozzobon, com 22,72% e o Nova Santa Marta, com 21,53%. Em contrapartida, os três bairros que possuem menor percentagem de pessoas que vivem com até um salário mínimo, são: o Centro, com 3,19%, o Bonfim, com 2,98% e o Nossa Senhora de Lourdes, com 2,02%.

Destaca-se o bairro Agroindustrial por possuir a maior percentagem de pessoas que vivem com até um salário mínimo em relação aos demais bairros verificados. Nesse sentido, o bairro Agroindustrial configura-se como relevante recorte espacial a ser investigado pela presente pesquisa.

2.2.1 – As especificidades do bairro Agroindustrial a partir da análise das tabelas quantitativas

Pela análise das tabelas disponíveis no SIDRA IBGE, foi escolhido o bairro Agroindustrial para ser o recorte espacial de incursão à campo da presente investigação em razão do:

- Bairro apresentar menor proporção de mulheres em relação ao total da amostra retirada dos valores do Censo 2010, com 41,96% (ver tabela 1). Sendo um dos poucos bairros que obtêm superioridade no número de homens, em comparação aos demais bairros do Município.
- Bairro possuir menor percentagem de mulheres responsáveis por domicílio em relação aos homens da amostra por bairro retirada do Censo 2010, com

17,56% (ver tabela 2). Evidencia-se que as mulheres do bairro, por não trabalharem e não possuírem renda própria, dedicam-se à atividade do cuidado dos filhos, isto é a maternagem e também às tarefas domésticas.

- Bairro obter maior taxa de alfabetização das mulheres em comparação aos homens da amostra de população, com parâmetro de 4,9 (ver tabela 3). Pode-se inferir a partir deste dado, que as mulheres do bairro investigado têm maior escolaridade, porém não obtêm iguais acesso a empregos em relação aos homens, já que eles possuem grande vantagem em se tratando do provimento da família e do domicílio.
- Bairro apresentar menor índice de óbitos de pessoas menores de 1 ano de idade, com índice nulo (ver tabela 4). Comprova-se então, que há baixa taxa de mortalidade.
- Bairro possuir maior percentagem de pessoas que vivem com até um salário mínimo, com 24,65% (ver tabela 5). Desse modo, comprova-se pelo presente dado, que se trata de um bairro onde grande parte da população possui baixa renda, principalmente em comparação aos outros bairros do Município.

Portanto, salienta-se que o material quantitativo que fora apresentado a partir da análise das tabelas, configura em um momento escalar e de delimitação do recorte espacial para a compreensão do fenômeno da relação de conjugalidade pelo olhar feminino, e sob os contextos do patriarcado e do espaço paradoxal.

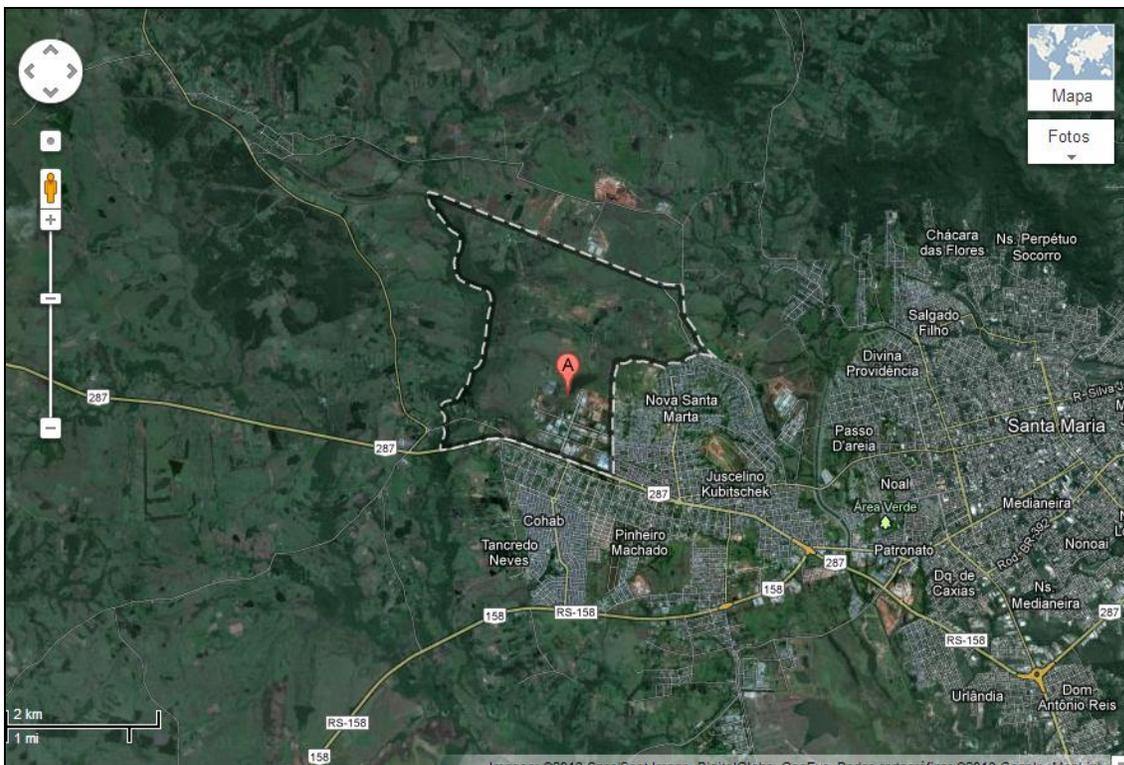
CAPÍTULO 3 – ÁREA DE ESTUDO

3.1 – O bairro Agroindustrial

O bairro Agroindustrial localiza-se a oeste do município de Santa Maria/RS. Possui área de 6.3266 km² equivalente a 5,19% do distrito da Sede que é de 121,84 km². Representa 0,3531% da área do município de Santa Maria que é de 1791, 65 km².

Esta área de estudo surge oficialmente em 2006, onde até aquele ano, o local que hoje se situa o bairro era uma área do distrito da Sede, sem denominação específica. O novo bairro foi assim denominado por nele estar instaladas Agro-Vilas e o próprio Distrito Industrial de Santa Maria, com acesso principal pela Avenida Pedro Cezar Saccol.

O bairro Agroindustrial limita-se com os bairros: Boca do Monte, Caturrita, Nova Santa Marta, Juscelino Kubitschek, Pinheiro Machado, Tancredo Neves e Santo Antônio.



Fotografia 1: Imagem de satélite do Bairro Agroindustrial (letra A), Santa Maria, RS.

Fonte: Google Maps. Disponível em : <<http://maps.google.com.br/maps?hl=pt-BR&tab=w>>

Org: CAETANO, Geani Nene, 2012.

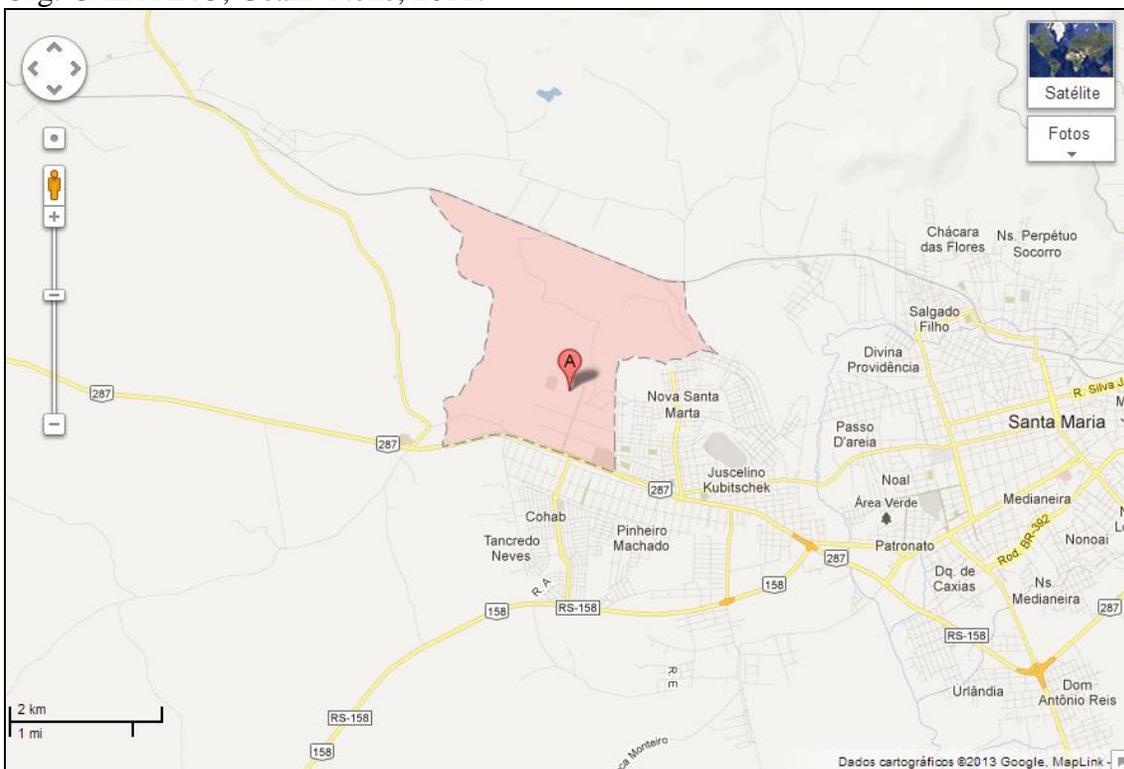


Figura 1: Localização do Bairro Agroindustrial (letra A), Santa Maria, RS.

Fonte: Google Maps. Disponível em: <<http://maps.google.com.br/maps?hl=pt-BR&tab=w>>

Org: CAETANO, Geani Nene, 2012.

Fez-se necessário, portanto, manter contato com as mulheres do bairro Agroindustrial para melhor compreender as suas relações de conjugalidade através da realização de entrevista orientada por um questionário com perguntas elaboradas previamente, relacionadas à temática em questão.

3.2 – Procedimentos de investigação no bairro Agroindustrial

O acesso às mulheres do bairro foi feito a partir de uma entrevista semi-estruturada de acordo com perspectivas que dizem respeito às relações de conjugalidade.

Delimitou-se o período de incursão no Bairro, que foram de três meses (agosto, setembro e outubro) do ano de 2012.

No mês de agosto realizou-se a aplicação das entrevistas semi-estruturadas para 10 mulheres do bairro Agroindustrial, com período de incursão no bairro de uma vez por semana, realizado aos finais de semana. A investigação não determinou de forma rígida o critério para a escolha das mulheres entrevistadas, porém, foram privilegiadas as vozes femininas capazes de descrever experiências vinculadas às relações de conjugalidade vividas. O tempo de duração de cada entrevista também não foi estabelecido.

Define-se a entrevista como a técnica em que o investigador se apresenta frente ao investigado e lhe formulam perguntas, com o objetivo de obtenção dos dados que são relevantes à investigação. A entrevista é uma forma de interação social. Também é uma forma de diálogo assimétrico, em que uma das partes busca coletar dados e a outra se mostra como fonte de informação (GILL, 1992).

Conforme Gill (1992), a entrevista é uma das técnicas de coleta de dados mais usada nas Ciências Sociais. Os profissionais que tratam de problemas humanos (psicólogos, geógrafos, sociólogos, pedagogos, assistentes sociais) valem-se

dessa importante técnica de coleta, diagnóstico e orientação de dados (GILL, 1992).

Indubitavelmente, a entrevista é a técnica por excelência na investigação social. A relevância da mesma é que possibilita a obtenção de dados referentes aos mais diversos aspectos da vida social e também acerca do comportamento humano. E os dados obtidos são passíveis de classificação e quantificação (GILL, 1992).

Nos meses de setembro e outubro de 2012, fez-se a coleta de narrativas, a partir entrevista com 3 mulheres da referida amostra, que demonstraram maior identificação com a pesquisa e sentiram-se confortáveis para falar sobre suas vidas conjugais. Os questionamentos realizados às mulheres entrevistadas foram essenciais para a compreensão das relações de conjugalidade vivenciadas por elas. As questões trabalhadas na entrevista semi-estruturada estão detalhadas no Anexo A.

3.3 – Resultados e Acontecimentos do trabalho de campo

A partir do trabalho de campo realizado no bairro Agroindustrial, pretendeu-se efetuar o mesmo em uma diversidade de contextos sociais – famílias, vizinhanças – proporcionando a partir da percepção das mulheres da amostra da pesquisa, que vivem nesses contextos, significados diversos. Pela realização das entrevistas semi-estruturadas objetivou-se compreender questões e percepções relacionadas às relações de conjugalidade e às relações de gênero vivenciadas a partir do ponto de vista feminino em escala microterritorial.

Como é de costume nas pesquisas feministas e fenomenológicas a revisão teórica da pesquisa foi realizada juntamente com os resultados da incursão a campo, com a finalidade de ampliar a compreensão acerca do fenômeno estudado.

As entrevistas foram feitas pela situação de domicílio (incursão à casa) das mulheres do bairro Agroindustrial. É importante ressaltar que desde o primeiro momento da entrevista se criou uma atmosfera de cordialidade e simpatia, para que a entrevistada se sentisse livre de qualquer coerção, intimidação ou pressão.

Desta forma, acredita-se que foi possível estabelecer a “quebra de gelo” entre entrevistadora e entrevistada.

Os questionamentos foram orientados mediante a elaboração de uma entrevista semiestruturada (Ver anexo A). As entrevistadas não foram selecionadas por serem casadas ou não, pois todas elas têm ou tiveram suas experiências conjugais que são válidas para a pesquisa. Muitas mulheres, principalmente as mais jovens, se recusaram a participar da investigação e, por isso, as respostas mais expressivas foram obtidas com mulheres na faixa etária acima dos 30 anos de idade. Todas elas aceitaram que fossem divulgados seus nomes e idades verdadeiras.

As duas primeiras questões referiam-se ao número de filhos e ao estado civil. Mesmo as entrevistadas divorciadas e solteiras desejaram relatar sobre seus antigos relacionamentos como forma de descrever seus pontos de vistas sobre a relação de conjugalidade.

A terceira questão teve por objetivo indagar de forma mais específica o que é “ser homem e ser mulher” num relacionamento conjugal. Mais da metade das mulheres entrevistadas relataram suas vivências como “esposas”, “do lar”, enquanto seus maridos “íam para a rua”, para sustentar a família. Entre os relatos, destacam-se

Ana, 59 anos, viúva

Nasci para ser mulher, ser mãe e esposa. Meu marido me dizia que eu era uma santa. Eu até saía de casa para ajudar como balconista na padaria do meu irmão, mas minha vida era em casa, com meus filhos. Meu marido era quem trabalhava, era militar. E eu ajudava ele em tudo.

Maria, 39 anos, casada

Mulheres e homens tem papéis diferentes. Eu sou mãe e cuido da casa, meu marido também ajuda, mas não fica muito em casa porque é caminhoneiro. Eu trabalho para pagar algumas contas cuidando de uma criança, conserto coisas e sei trocar lâmpada. A verdade é que eu acho que temos papéis diferentes que se complementam na vida de casal.

Renata, 51 anos, divorciada

Eu já tive vários relacionamentos. Meu primeiro marido era legal, mesmo eu ficando só em casa com os filhos, ele me ajudava. Me separei dele porque ele arrumou uma amante que morava na frente da minha casa. Meu segundo marido, pai da minha filha que é autista me tratava como lixo. Ficava o dia inteiro na rua, me deixava passando fome e sem luz em casa, enquanto eu cuidava dos filhos.

Considerando os três relatos direcionados à terceira questão da entrevista, observa-se que o contexto do patriarcado revela-se a partir da ênfase para o papel da mulher em um casamento: ser mãe, cuidar da casa, obter algum ganho financeiro com trabalhos ligados ao cuidado de crianças, entre outras características, as quais demonstram que para Ana, Maria e Renata a atuação feminina está atrelada a uma perspectiva tradicional, vinculada ao lar e à família.

A fala de Renata, porém, anuncia um contexto voltado ao espaço paradoxal no momento em que a mesma relata os motivos que acarretaram o rompimento com dois ex-companheiros. A entrevistada subverteu às normas conjugais enraizadas em uma sociedade machista e não aceitou a infidelidade e os maus tratos promovidos pelos ex-maridos. Por conseguinte, Renata não considerou justo manter um relacionamento depois de ser traída e vítima de violência, rompendo suas uniões estáveis em busca de uma relação com um parceiro que pudesse satisfazer suas expectativas conjugais.

Nessa perspectiva, ainda sobre a pergunta 3 da entrevista semiestruturada, convém salientar os relatos de outras duas mulheres

Vânia, 45 anos, casada

Acho que num casamento a mulher tem que trabalhar. Não sei se marido precisa ajudar em casa, mas acho que ele deve ser parceiro da mulher.

Mariana, 33 anos, viúva

Meu marido, que morreu há dois anos sustentava a família e eu cuidava da casa. Hoje eu namoro e também é a mesma coisa: ele sustenta a casa e eu cuido das crianças.

Vânia e Mariana apresentam opiniões diferentes sobre o que é ser homem e ser mulher dentro de uma relação conjugal. Enquanto que a primeira evidencia a importância da atuação feminina no mercado de trabalho e do empenho masculino (“parceria”) em um relacionamento, expressando claramente uma fala voltada ao contexto do espaço paradoxal, a segunda entrevistada demonstra idéias enraizadas em uma concepção do patriarcado, ou seja, da dependência financeira da mulher, do sustento da casa obtido mediante o trabalho masculino e do cotidiano feminino atrelado ao lar.

Evidencia-se, nesse sentido, que Vânia, ao expressar dúvida quanto à necessidade do homem ajudar em casa, denota uma concepção voltada ao contexto do patriarcado, pois não admite como obrigação a divisão igualitária de atividades domésticas entre homens e mulheres, porém, a entrevistada ressalta a importância da inserção feminina no mercado de trabalho como meio para a independência financeira e consolidação da relevância da mulher em sua relação conjugal, revelando uma interpretação vinculada ao contexto do espaço paradoxal.

Observa-se que as falas de Vânia e Mariana referentes à terceira questão apontam uma tendência semelhante às respostas das demais perguntas, ou seja, descrevem concepções que não configuram completamente o contexto do patriarcado ou do espaço paradoxal, mas uma combinação de expressões que ora mostram uma compreensão tradicional frente ao relacionamento conjugal que vivenciam, ora expressam condutas independentes da dominação masculina.

Através dos relatos acima mencionados, observa-se que grande parte das entrevistadas aceita que seus papéis estejam ligados ao cuidado da casa, dos filhos e que o homem deve sustentar a casa. Para elas, nascer mulher é assumir a vida ligada ao lar e as atividades domésticas. Mesmo as entrevistadas divorciadas, denunciam os maus tratos e a falta de assistência financeira dos ex maridos, porém, não criticam as imposições de seus matrimônios, os quais delegaram às mesmas uma vida doméstica e à maternagem.

A quarta questão abordou a submissão das mulheres às vontades de seus cônjuges. A pergunta foi feita em um sentido amplo (atividades domésticas, vida sexual, entre outros), porém as entrevistadas se sentiram mais confortáveis em

relatar sobre os desejos de seus cônjuges ligados à vida doméstica, como cozinhar, passar e lavar roupas, etc. A totalidade do grupo de mulheres entrevistadas relatou que dão (ou deram) prioridade para os pedidos dos maridos/namorados, porém seus relatos demonstraram, também, o rompimento de algumas condutas relacionadas a obediência feminina em um relacionamento conjugal. Desse modo, evidenciam-se as falas de

Mariana, 33 anos, viúva

Quando era casada, antes do meu marido morrer, deixava tudo para depois e fazia as coisas para ele. Se me pedisse para cozinhar, eu ia lá e fazia. Com o meu namorado também é assim, eu lavo as roupas dele e cozinho. Só hoje de manhã que eu não levantei cedo para fazer mate para ele. Virei para o lado, não dei bola e continuei dormindo.

Joana, 31 anos, casada

Meu marido nunca exigiu que eu fizesse alguma coisa pra ele, porque sempre fui uma esposa responsável. Sempre tive os horários corretos para fazer tudo porque acho que não tem porquê de deixar de fazer as coisas se estou só em casa. Isso seria preguiça e como esposa a gente tem que cumprir nossas tarefas. Se estou em casa, faço tudo.

Maria, 39 anos, casada

Alguma coisa a gente sempre cede pelo marido. Quando ele quer, eu faço porque tenho que agradar. Faço tudo, mas quero que ele também faça por mim.

A questão de número quatro explicitou o contexto do patriarcado através do relato das mulheres pesquisadas acerca da importância de tornar prioridade os afazeres domésticos que ofereçam conforto para o cônjuge como lavar, passar e cozinhar. Agradar o marido não é, somente, uma exigência motivada pelo mesmo, mas um preceito incentivado na própria educação feminina, como no caso de Joana, que destaca o fato de permanecer o tempo todo em casa como razão para realizar atividades que tornem o cotidiano do marido mais confortável. A referida entrevistada caracterizou como “preguiça” a não efetivação desses afazeres,

denotando um julgamento moral frente ao não cumprimento das tarefas voltadas ao lar.

Mariana e Maria, no entanto, demonstram em suas falas compreensões ligadas ao contexto do espaço paradoxal quando relatam a escolha na realização de algumas tarefas, como no caso de Mariana que, por ainda estar dormindo, não atendeu a um pedido do companheiro e, também, a necessidade de receber a mesma atenção por parte do cônjuge expressada por Maria.

Por conseguinte, no discurso das entrevistadas sobre a quarta questão, foi possível verificar que essas mulheres acreditam que, como esposas, tenham suas obrigações domésticas porque se estão “só em casa”, precisam fazer algo, seja para agradar o marido ou para não demonstrarem desleixo. Elas admitem que exigem o mesmo dos maridos e que nem sempre se mostram dispostas a fazerem tudo o que eles solicitam. O viés sexual que o questionamento poderia abordar, foi suprimido pelas entrevistadas pelo constrangimento causado nas mesmas.

Salienta-se, no entanto, outro viés interpretativo, o qual é evidenciado na pesquisa como uma alternativa de compreensão e este se vincula à conveniência, ou seja, um contrato social que atribui à homens e mulheres uma identidade específica, “normal” e simbólica para a população feminina e masculina que garante benefícios na vida cotidiana tanto para o homem quanto para a mulher. Este entendimento indica que as falas das entrevistadas, ao revelarem o cuidado do lar e dos filhos, não apontam uma relação de opressão feminina, mas de um papel que as mesmas fizeram questão de desempenhar. No entanto, o “olhar” interpretativo da pesquisa, a partir das matrizes teóricas estudadas, opta por compreender que a organização da sociedade, o ambiente de vivência, a cultura, os moldes educacionais dessas mulheres ofereceram, apenas, a opção do matrimônio e maternagem para o público feminino pesquisado.

A quinta questão esteve relacionada a quem provê os recursos para o sustento da família. A maioria (cerca de 70%) das entrevistadas não trabalha atualmente ou buscam recursos financeiros trabalhando em casa para conseguirem realizar as atividades domésticas e o cuidado dos filhos. Nesse sentido, enfatizam-se os relatos de

Lia, 50 anos, viúva

Hoje eu não trabalho, mas já trabalhei. O meu último marido, que faleceu há pouco tempo, dava todo o dinheiro dele para mim e eu controlava os gastos e pagava as contas. Agora vivo da pensão dele. O meu primeiro marido, pai dos meus 4 filhos não dava nada para a família, gastava tudo em bebida e agora nem paga a pensão.

Joana, 31 anos, casada

Eu escolhi trabalhar no meu próprio negócio (um bar) para ajudar financeiramente, cuidar da casa e dos filhos também. Aqui em casa todo mundo se ajuda, meu filho também atende os clientes.

Mariana, 33 anos, viúva

Quando eu tinha meu marido, ele que sustentava a casa. Nunca trabalhei. Hoje, meu namorado ajuda a sustentar a família e também recebo auxílio do Bolsa Família.

Renata, 51 anos, divorciada

Eu não trabalho porque recebo pensão do meu primeiro marido que é da UFSM, pai dos meus filhos mais velhos. Se não tivesse esse dinheiro nem sei o que iria fazer, porque tenho minha filha autista que depende de mim para tudo. O pai dela não dá dinheiro, já coloquei ele na justiça e nada aconteceu.

A pergunta de número 5 da entrevista semiestruturada direcionada às mulheres do bairro Agroindustrial explicita diferentes esferas de interpretação, algumas delas voltadas ao contexto do patriarcado, como o caso de Lia, Mariana e Renata, que dependem financeiramente do salário e pensão de seus cônjuges. A fala de Joana também denota este mesmo contexto quando a entrevistada evidencia a necessidade de atrelar o trabalho com o cuidado dos filhos.

O contexto do espaço paradoxal é salientado na fala de Joana, quando a mesma ressalta a importância da mulher ajudar financeiramente e de sua influência como um modelo de conduta para os filhos e o marido, visto que ela

incentiva todos da família a ajudarem no desenvolvimento de seu pequeno estabelecimento de vendas.

Frente aos relatos direcionados à quinta questão, verificou-se que grande parte das entrevistadas depende financeiramente de pensões e auxílios do Governo para sobreviverem. Para elas, é mais importante o cuidado da casa e dos filhos e, mesmo aquelas que buscam alternativas financeiras para ajudar a família, como no caso de Joana, existe a preocupação de se manterem presentes na vida familiar e doméstica. Foi notória, também, a grande parcela de mulheres que não recebem assistência financeira de seus ex-cônjuges, pais de seus filhos.

A sexta questão referiu-se à participação dos cônjuges no cuidado dos filhos e da casa. Metade do grupo entrevistado afirmou que não recebeu ajuda. Evidenciam-se, desse modo, os relatos de

Lia, 50 anos, viúva

Meu último marido era legal. Ajudava meus filhos e ele nem era pai deles. Cozinhas, lavava e estendia as roupas das crianças. O meu primeiro marido, pai dos meus filhos, nunca ajudou em nada. Eu tinha que acordar de madrugada, cuidar deles quando estavam doentes, tudo sozinha.

Mariana, 33 anos, viúva

Meu marido ajudava a cuidar das crianças quando elas eram pequenas. Minha filha mais nova tinha três anos quando ele morreu. Meu atual namorado não ajuda a cuidar delas, por isso que não posso trabalhar.

Bianca, 48 anos, divorciada

Na verdade, quando meus filhos eram pequenos eu tinha que trabalhar fazendo faxina e o meu marido era pedreiro. Eles tiveram que se cuidar sozinhos, mas, para mim, criança e cachorro é dentro do pátio e, por isso, eles são bem educados. Nunca deixei eles andarem na rua.

Renata, 51 anos, divorciada

Sempre fui eu que cuidei dos meus filhos, meu primeiro marido não deixava faltar nada em casa, mas não ajudava a trocar fralda, dar mamadeira, essas coisas. Meu segundo marido, pai da minha menina, que é especial, nunca ajudou em nada, nem deu dinheiro e olha que ela sempre precisou, porque até hoje precisa de fraldas, de alguém que fique de olho nela.

O contexto do patriarcado é revelado em grande número das falas das mulheres entrevistadas. Lia indica a falta de auxílio por parte do primeiro marido no cuidado com os filhos, Mariana expõe a mesma reclamação de seu atual companheiro conjugal e Renata enfatiza a inexistência de ajuda por parte dos dois últimos relacionamentos que vivenciou. As declarações das mulheres pesquisadas expressam que o papel masculino no cuidado com os filhos ainda necessita de grande reformulação.

Mesmo com a inserção feminina no mercado de trabalho é perceptível que a divisão de tarefas entre maridos e esposas não é feita de forma igualitária no território estudado. O caso de Bianca demonstra esta necessidade, pois, assim como seu marido, por ter que trabalhar, foi obrigada a deixar seus filhos sem a presença de um adulto, tomando o cuidado de mantê-los dentro de casa mediante um pretexto de forte impacto interpretativo: “*criança e cachorro é dentro do pátio*”.

A atuação de Bianca no mercado de trabalho, o auxílio do último marido de Lia e do primeiro marido de Mariana no cuidado dos filhos explicitam o contexto do espaço paradoxal, ou seja, a ocupação feminina em posições simultâneas, não condicionadas apenas ao lar, mas desempenhando um papel relevante no sustento da família, o que exige da prole e do cônjuge a divisão igualitária de afazeres domésticos, assim como as opiniões e decisões da mulher também são consideradas no relacionamento conjugal.

Assim, a questão de número seis revelou que grande parte dos cônjuges e ex-cônjuges das entrevistadas pouco ajudou no cuidado das crianças e que a participação masculina na vida de seus filhos teve, em alguns casos, o auxílio de outros maridos e namorados.

A sétima questão enfocou se os cônjuges ou ex-cônjuges das entrevistadas eram machistas, como forma de verificar, também, que atitudes essas mulheres

consideraram como sinais de machismo. Nenhuma delas ressaltou a existência de agressões físicas, e sim, traições e falta de liberdade para saírem de casa. Nessa perspectiva, destacam-se os relatos de

Joana, 31 anos, casada

Se ele é machista eu não sei, mas não tenho do que reclamar por que eu não dou motivos para ele ser assim comigo. Eu já me posicionei no meu casamento. Sou uma mulher direita e ele não precisa me tratar mal.

Renata, 51 anos, divorciada

Meu primeiro marido era legal, mas sempre me traía, sempre arrumava mulher e eu acho que isso é machismo. Ele sempre foi educado, nunca foi de falar palavrão, de gritar... só dizia que se eu engordasse ia me deixar. Ele achava que podia me trair. Quando me separei dele, ele tinha 38 anos e tava com uma mulher de 19 anos, mas eu não guardei rancor.

Mariana, 33 anos, viúva

Meu marido era um machão. Meu namorado também é, ele acha que pode mandar em mim. Só que quando eu vejo que ta demais, eu não me abaixo para ele.

Lia, 50 anos, viúva

Meu último marido não era machista. Eu saía e ele deixava. Mas meu primeiro marido era machista sim, porque ele tinha muito ciúme de mim e não deixava eu cumprimentar os vizinhos, nem eu sair de casa.

A questão de número sete indica o contexto do patriarcado na expressão “mulher direita” de Joana, pois denota que um homem pode ser machista com uma mulher caso ela mantenha uma conduta fora dos padrões homogeneizantes. Desse modo, para Joana, se uma mulher mantiver uma postura vulgar não há problemas se um homem for grosseiro ou dirigir-se à mesma de forma desrespeitosa. O relato de Renata também descreve este mesmo contexto ao narrar as traições de seu ex-cônjuge, a imposição do mesmo para que ela tivesse

um corpo dentro dos padrões de beleza e a necessidade de ela aparentar jovialidade. A partir das referências de Renata, é possível retomar o pensamento da historiadora Mary Del Priore (2011) quando afirma que os homens mais maduros, ainda nos dias de hoje, casam-se com mulheres mais jovens (ver capítulo 1.2).

Outro indício do contexto do patriarcado frente à esta questão está no relato de Lia, quando a entrevistada descreve a falta de liberdade que tinha devido ao ciúme do cônjuge, que não permitia que a mesma saísse de casa.

A conjuntura do espaço paradoxal está expressa na sétima questão mediante a fala de Joana, pois a entrevistada ressalta que se posicionou no casamento e sabe que não há necessidade de ser maltratada e, também, no discurso de Mariana, quando a mesma salienta que, ao notar que o marido apresenta uma postura exagerada e autoritária, ela afirma seus pontos de vista perante ele.

A partir da análise das respostas da sétima questão, constatou-se que nenhuma das mulheres entrevistadas considerou o fato de viverem em função do marido, casa e filhos como machismo, mas que a traição, ciúmes e falta de liberdade são sinais machistas em um homem. No caso de Joana, quem faz um homem machista ou não, é a própria esposa, visto que seu marido não demonstra machismo, porque ela é “direita”, ou seja, mantém uma conduta respeitável.

Renata apontou que a imposição estética do marido para que ela se mantivesse magra, seria um sinal de machismo e que o próprio desejo do ex-marido por mulheres mais novas também demonstrava essa característica. Observou-se, portanto, que cada mulher tem uma noção própria do que seja machismo e que, em um sentido amplo, todas consideram inerente à condição feminina o papel de ser mãe, esposa e dona de casa.

A oitava questão enfatizou sobre os espaços estratégicos para a sobrevivência da família. Metade das mulheres eram donas de casa, porém, desconsideraram a importância de suas atividades no cuidado da família e do lar como importantes para a estruturação familiar. Afirmaram, apenas, os recursos

financeiros obtidos através de pensões e trabalho dos atuais cônjuges. Frente a esta perspectiva, enfatizam-se os relatos de

Fátima, 66 anos, casada

Eu não trabalho, sou dona de casa, mas meu marido é construtor civil. Ele que sustenta a família.

A afirmação de Fátima demonstra o contexto do patriarcado visto que a mesma depende dos recursos financeiros obtidos através do trabalho do cônjuge como meio de sustento dela e de sua família.

A outra metade das entrevistadas ajuda financeiramente a família, trabalhando no negócio próprio, sendo vendedora autônoma, cuidando de crianças, fazendo limpeza, entre outras atividades. Grande parte dos cônjuges trabalha na construção civil entre outras profissões como caminhoneiro, frentista ou tem o próprio estabelecimento de venda.

Bianca, 48 anos, divorciada

Eu não tive estudo e trabalho o dia inteiro fazendo limpeza. Não há ninguém nessa rua que diga alguma coisa de ruim sobre mim. E eu vou só comprar em loja cara, eu só ando com roupa de marca, vou trabalhar de salto alto porque não vou andar como mendigo.

A fala de Bianca denota o contexto do espaço paradoxal, pois a mesma provê seu sustento e acredita que é importante sua auto-afirmação perante a comunidade onde vive através do cuidado com sua aparência. É necessário enfatizar que, ao relatar que os moradores do bairro nada de negativo podem falar sobre ela, a entrevistada não expõe de forma clara se é porque sua conduta está condicionada aos padrões homogeneizantes que estereotipam uma mulher como “respeitável”. Se este for o caso, pode-se afirmar que há o contexto do patriarcado, pois o mesmo normatiza a conduta feminina de acordo com modelos tradicionais de comportamento.

Salienta-se que cada mulher pesquisada possui uma identidade própria, assim como seus respectivos cônjuges, ou seja, não há homogeneidade quanto ao comportamento feminino expresso mediante a verificação in loco.

Desse modo, a oitava questão demonstrou que as mulheres entrevistadas não apresentam elevado grau de instrução e as que buscam recursos financeiros para ajudar no sustento da família, dedicam-se a atividades de baixa remuneração e exigência de pouca escolaridade. Seus cônjuges também apresentam o mesmo nível de escolaridade.

A nona e última questão perguntou às entrevistadas se as mesmas acreditam que os homens devem participar mais dos afazeres domésticos e do cuidado com os filhos. Mais da metade das mulheres responderam que não é necessário o homem assumir todas as atividades em casa. Entre os principais relatos, destacam-se o de

Maria, 39 anos, casada

Não sei se precisa o homem assumir tudo o que uma mulher faz. Eu acredito que cada um tem o seu papel no casamento. O que o homem e a mulher tem obrigação de fazer se complementa numa relação.

Ana, 59 anos, viúva

Acho até que podem ajudar mais, mas cada um tem que fazer a sua parte. A mulher não pode esquecer o papel dela.

Renata, 51 anos, divorciada

Eu acho que se o homem não trabalhar, ele tem que cuidar dos filhos e da casa, mas se ele trabalhar não precisa ajudar.

Vânia, 45 anos, casada

Acho legal o homem participar e ajudar. Meu marido ajuda fazendo mercado para a família e eu acho que isso já ajuda.

As respostas das entrevistadas à pergunta de número nove explicitam, em grande parte, o contexto do patriarcado, pois demonstram que as moradoras do bairro Agroindustrial pesquisadas, por iniciativa própria, mantém a idéia definida

do que compete ao homem e à mulher em um relacionamento conjugal. Para as mesmas, a atuação feminina deve estar ligada ao padrão tradicional e homogeneizante da sociedade, ou seja, ligada aos afazeres domésticos e ao cuidado dos filhos. Estas falas indicam que suas condutas frente ao casamento não são, somente, resultado das imposições de seus maridos, mas da própria educação que receberam, em que o homem deveria sustentar a família e a mulher desempenhar o papel de esposa e mãe.

Quando Renata afirma que o homem deve realizar atividades domésticas somente quando não está empregado, torna claro o contexto do patriarcado visto que a mesma não acredita ser aceitável um homem que “trabalhe fora de casa” e possa desenvolver afazeres que ajudem a esposa em casa.

Outro discurso a ser destacado é o de Vânia, que acredita já ser bastante auxiliada pelo marido nas atividades domésticas quando ele vai ao supermercado, um afazer que não está diretamente ligado ao cuidado do lar, pois envolve ações fora do ambiente da casa. Pode-se dizer que esta concepção também envolve o contexto do patriarcado.

Desse modo, a última questão visou compreender se as entrevistadas acreditam que deva existir igualdade nos papéis exercidos por mulheres e homens nas relações de conjugalidade. O grupo de entrevistadas que responderam afirmativamente à questão são viúvas ou divorciadas, denotando maior exigência para futuros parceiros, visto que vivenciaram experiências conjugais as quais tinham total responsabilidade pelo cuidado da casa e dos filhos.

Mediante a realização do trabalho de campo, foi possível verificar que os dados estatísticos mostraram um cenário semelhante ao pesquisado durante a verificação in loco. Foi observado um número reduzido de mulheres responsáveis por domicílio e, portanto, grande parte dedicava-se à maternagem e às atividades domésticas, sendo sustentadas por seus cônjuges e por auxílios financeiros do Governo, com renda mensal de até um salário mínimo (baixa renda).

A partir de uma análise qualitativa, observou-se que grande parte das mulheres pesquisadas relatou suas relações de conjugalidade segundo padrões

vinculados ao contexto do patriarcado, apresentando-se algumas situações em que o contexto do espaço paradoxal foi evidenciado.

CAPÍTULO 4: ALGUMAS MULHERES DO BAIRRO AGROINDUSTRIAL E SUAS HISTÓRIAS DE VIDA

4.1 - A análise do discurso das mulheres do Bairro Agroindustrial

As metodologias que foram utilizadas para a presente etapa da pesquisa foram a coleta de narrativas e a análise de discurso.

Salienta-se a análise de discurso enquanto relevante metodologia para a presente pesquisa.

A análise de discurso implica um questionamento sobre os pressupostos e as maneiras como damos sentido às coisas. Para a realização da mesma, deve-se mergulhar no material (fenômeno) estudado começando simplesmente por ler e reler as transcrições obtidas através das entrevistas e da história oral. A análise de discurso leva em consideração a relação entre a fala e o contexto sócio-histórico do sujeito.

A análise de discurso é o nome dado a uma variedade de diferentes enfoques no estudo de textos, desenvolvida a partir de diferentes tradições teóricas e diversos tratamentos em diferentes disciplinas. Estritamente falando, não existe uma única “análise de discurso”, mas muitos estilos diferentes de análise, e todos reivindicam o nome. O que estas perspectivas partilham é uma rejeição da noção realista de que a linguagem é simplesmente um meio neutro de refletir, ou descrever o mundo, e uma convicção da importância central do discurso na construção da vida social (GILL, 2002, p. 244).

O termo “discurso” é utilizado para se referir a todas as formas de fala e textos, acontecendo esta naturalmente nas conversações, ou apresentado como resultado de entrevistas, ou textos de todo tipo (GILL, 2002).

Um dos principais objetivos da análise do discurso é identificar as funções, ou atividades, da fala e dos textos e interpretá-los. A transcrição na análise de discurso não pode sintetizar a fala, nem deve ser “limpada” ou corrigida; ela deve registrar a fala literalmente, com todas as suas características.

Uma análise de discurso é uma leitura cuidadosa, próxima, que caminha entre o texto e o contexto, para examinar o conteúdo, organização e

funções do discurso. Os analistas de discurso tendem a ser pessoas muito humildes que não gostam de afirmações bombásticas, e nunca irão argumentar que sua maneira é a única maneira de ler um texto. Em uma análise final, a análise de discurso é uma interpretação, fundamentada em uma argumentação detalhada e uma atenção cuidadosa ao material que está sendo estudado (GILL, 2002, p. 266).

Sem dúvidas, a análise de discurso enfoca as maneiras pelas quais os indivíduos experienciam a linguagem e as suas relações sociais, resultado de bases teóricas e reflexões oriundas de outras vertentes das Ciências Sociais, as quais ofereceram “novos olhares” para esta leitura científica.

4.2 - Vozes femininas e teorizações feministas

A seguir são apresentadas as evocações das três mulheres da amostra da investigação que aceitaram falar um pouco sobre suas histórias de vida materno-conjugais.

4.2.1 – Vânia

Acho que a mãe tem que cuidar dos filhos. O pai pode ajudar, né. Mas a responsabilidade de cuidar é da mãe. Meu marido só me ajudou, e foi muito pouco. Posso dizer com orgulho que o papel do cuidado foi meu, só meu!
(Vânia, 45 anos)

O cuidado como modo-de-ser faz parte da existência humana e possui ressonâncias em diversas atitudes essenciais. Através dele as dimensões do céu (transcendência) e as dimensões da terra (imanência) buscam equilíbrio e coexistência. Indubitavelmente, a vida precisa de cuidado, caso contrário adocece e morre.

O cuidar enquanto função feminina desafia a teoria moral contemporânea. Percebe-se que existe uma intensa ligação entre o ato de cuidar e a vida moral

dos indivíduos em nossa sociedade. Na maioria das vezes cuidamos das pessoas que estão mais próximas de nós, e dessa forma parece difícil de entendermos o cuidar como uma questão moral, já que o cuidado demonstra a consideração pelo outro e o apego que temos pela pessoa que cuidamos.

Nessa perspectiva, Joan Tronto afirma o seguinte

[...] o problema de quem deveria cuidar de quem está enraizado em valores, expectativas e instituições sociais (muitas vezes questionáveis). Não responsabilizamos todos (quem quer que seja?) individualmente pelos desabrigados. Similarmente, não responsabilizamos qualquer um pela aparência de uma criança, mas responsabilizamos sua mãe (e o pai?). Todavia, posso ao menos fazer uma generalização sobre cuidar nesta sociedade; os homens têm cuidado com (preocupam-se com); as mulheres cuidam de. Assim, por definição, o roteiro tradicional do cuidar torna a decretar a divisão do mundo masculino e feminino como sendo respectivamente público e privado. Suscitar a questão sobre se “cuidar de” é inevitavelmente particularista demais significa voltar à questão de como a atividade de cuidar é diferenciada de acordo com o gênero em nossa sociedade e a uma reflexão sobre a diferença entre as abordagens feministas e feminina do cuidar e dos cuidados (TRONTO, 1997, p. 199).

O “cuidar” é uma abordagem feminina da ética e representa valores de moralidade. Significa também a realidade cotidiana das mulheres, pois diz respeito a uma parte da vida delas. Entretanto, a teorização de Noddings sobre o cuidado, sobre o ato de cuidar não se constitui em um modelo satisfatório para a teoria moral vigente (Noddings apud Tronto, 1997).

Dessa maneira, torna-se importante compreender a constituição da feminidade em nossa cultura. A feminidade é interpretada como a antítese da masculinidade. Dessa perspectiva, é entendido como masculino, como normal, o que está em oposição ao que é feminino. Sendo assim, a compreensão das mulheres como atadas à atividade de cuidar dos outros (dos filhos, dos familiares, do marido, dos idosos) está completamente em oposição às preocupações mais públicas e sociais dos homens (TRONTO, 1997).

Nessa perspectiva, Tronto afirma

Na medida em que o cuidar é uma maneira de “estar atento a”, pode refletir um mecanismo de sobrevivência para as mulheres ou outros que

estão lidando com condições opressivas, ao invés de ser uma qualidade de valor intrínseco em si mesma. Uma outra maneira de compreender o cuidar é vê-lo como ética mais apropriada para os que estão numa posição social subordinada. Como as mulheres – e outras pessoas que não estão nos corredores centrais do poder nesta sociedade – adotam uma variedade de maneirismos diferentes (diferenças na fala, no sorrir, nas formas de linguagem corporal, etc) para servir a seus propósitos de sobrevivência, também podem ter adotado uma atitude que Noddings aprobativamente chama de “estar atento a”, mas que, sob outros aspectos, pode ser compreendida como a necessidade de prever os desejos de seu superior (TRONTO, 1997, p. 200).

Tronto (1997) salienta que a abordagem feminina do cuidar carrega a implicação e imposição das divisões tradicionais de gênero em uma sociedade que evidentemente desvaloriza o que é feito pelas mulheres. Sendo assim, o ato de cuidar será sempre um “corretivo da moralidade”, não exigindo um repensar fundamental das categorias morais.

A autora, em contraponto, afirma que uma abordagem feminista do cuidar, necessita compreender o que significa cuidar dos outros, tanto em termos de questões acerca da moralidade, como em termos da necessidade de reestruturar instituições políticas e sociais de forma ampla, fazendo com que o cuidar dos outros constitua uma parte mais relevante e central da vida cotidiana dos indivíduos na sociedade.

Torna-se essencial compreender como a forma de cuidar envolve atos morais habitualmente não compreendidos na estrutura da teoria moral contemporânea. Dessa forma, a relevância moral da capacidade de atenção desmente a adequação do indivíduo abstrato, orientado para a inserção no sistema capitalista como sujeito moral, que atende aos atos, práticas e valores da moralidade em nossa sociedade (TRONTO, 1997).

A análise e teorização feminista necessitam descrever e compreender o que verdadeiramente constitui o bom cuidar e os bons cuidados, tarefa bastante complexa já que o cuidar está profundamente ligado a circunstâncias muito particulares. Sendo assim, deve-se entender também como essas circunstâncias particulares são socialmente construídas. Nesse sentido é possível afirmar que

[...] talvez o empobrecimento de nosso vocabulário ao discutir o cuidado seja o resultado da forma como cuidar é privatizado, permanecendo,

assim, abaixo da nossa visão do que é social nesta sociedade. A necessidade de repensar formas apropriadas de cuidar também suscita a questão mais ampla sobre a configuração das instituições políticas e sociais em nossa sociedade (TRONTO, 1997).

Portanto, é evidente que a discussão acerca do cuidar, enquanto um dos papéis socialmente e rigidamente construído e atribuído às mulheres, não se fundamenta como tarefa fácil de ser realizada. Principalmente, porque cuidar enfatiza ligações muito particulares e concretas com outras pessoas, evoca o cotidiano das vidas das mulheres e representa assim, importante crítica à teoria moral abstrata. É, contudo, um tema que requer muita atenção e compreensão por parte das (os) teóricas (os) feministas.

4.2.2 – Joana

Quando descobri que estava grávida, fiquei assustada, com medo, muito medo. Mas depois a gente se acostuma com a ideia de ter filho, começa até a gostar... é uma experiência incrível e inesquecível! A gravidez e a maternidade fazem parte da vida da mulher e não podem, de jeito nenhum, serem negadas! (Joana, 31 anos)

A subjetividade do corpo da mulher gestante tem recebido pouca atenção pelos estudos acadêmicos, principalmente nas Ciências Sociais, tendo como exemplo a Filosofia e a Geografia. A subjetividade do corpo feminino gestante tem recebido tão escassa atenção por parte dos filósofos que centram seus estudos no corpo; por não existir exemplificações claras das limitações do conceito cartesiano de um sujeito singular unitário (McDOWELL, 1999).

Conforme Young, 1990 (apud McDOWELL, 1999, p. 91-92): “A gestação é um exemplo de experiência corporal em que a unidade transparente do eu se dissolve e o corpo cuida de si mesmo concomitantemente com a realização de seus projetos”. Indubitavelmente, não se trata de um sujeito unificado.

Segundo Young (apud McDOWELL, 1999), a condição corporal da mulher gestante

La mujer gestante está descentralizada, escindida o duplicada em vários sentidos. La mujer experimenta su cuerpo como algo suyo y al mismo tiempo como algo no suyo, porque sus movimientos internos pertenecen a outro ser, pero no son ajenos, porque sus contornos corporales cambiam y porque su autolocalización corporal está tan focalizada hacia El abdómen como hacia la cabeza [...] La vida de la gestante representa [también] El único proceso temporal de crecimiento em el que la mujer puede experimentarse como uma escisión entre el pasado y el futuro (Young, 1990 apud McDOWELL, 1999, p. 92).

Certamente, a gestação modifica de maneira radical o conceito de indivíduo como corpo delimitado, separado e diferenciado dos demais através do espaço. Segundo Young, 1990 (apud McDOWELL, 1999, p. 92): “Na gravidez há mais fluidos os limites entre o que está dentro, o eu, e o que está fora, separado de mim. Vivo meu interior como se fosse espaço de outro, sem perceber que é o meu próprio corpo”; o parto se fundamenta como “a suspensão mais extrema da distinção corporal um indivíduo dentro e um indivíduo fora”.

Dessa maneira, tanto Freud quanto Lacan afirmaram que a criança não possui conhecimento dos limites entre ele e sua mãe, entretanto Young (1990 apud McDOWELL, 1999) afirma que as gestantes e as parturientes experenciam sensações semelhantes

La integridad de mi cuerpo durante la gestación está socavada no solo por esa exteriorización de mi interior, sino también porque mis propios limites físicos se hallan sometidos a um cambio continuo. Se puede decir que durante la gestación no tengo certeza de donde acaba y donde empieza mi cuerpo; se desorganizan los hábitos corporales previamente automatizados; se rompe la continuidad entre el cuerpo de antes y El de ahora [...] Sigo moviéndome como si pudiera pasar entre lãs sillas o entre la gente como hace siete meses, pero, de pronto, me doy cuenta de que estoy bloqueada por mi próprio cuerpo, que sobresale delane de mi; sin embargo, no he sido yo misma, porque no tenía la intención de bloquearme el paso. Cuando me agacho em la silla para atarme um zapato, me sorprende el roce del inmenso vientre com el muslo. No había anticipado este roce entre dos partes del cuerpo, porque mis hábitos conservaban el recuerdo de los limites antiguos (Young, 1990 apud McDOWELL, 1999, p. 92-93).

Young (1990 apud McDOWELL, 199) sustenta, também, a afirmação de que algumas mulheres vivenciam a gravidez como um peso material que “produz uma sensação de poder, de valorização e de solidez”, sensação de grande auto-estima em uma sociedade que tende a desvalorizar e banalizar a mulher, sendo que os atributos valorizados em nossa sociedade em relação à beleza feminina são a graciosidade e a magreza (MCDOWELL, 2000).

A autora afirma que a gestante só experimenta satisfação pessoal e afetiva acerca do seu corpo como uma espécie de continuidade sexual primordial, designado pelo corpo maternal. Desse modo, o corpo maternal é denominado “*jouissance*” pela teórica feminista francesa Julia Kristeva (MCDOWELL, 1999).

Conforme o glossário de *Desire in Language* (O desejo na linguagem) de Kristeva, o editor explica que: “*Jouissance* é um dar, despender, repartir prazer sem preocupação com os limites ou a conclusão; é algo ao mesmo tempo sexual, espiritual, físico e emocional” (Dallery, 1997). A escritura feminina valoriza muito *la mère qui jouit*, isto é, a figura da mãe que experimenta prazer, alegria, *jouissance*. A escritura feminina (*écriture féminine*) enuncia e busca valorizar o escândalo da Mãe Sexual, não virginal.

Conforme Janne Gallop, a *jouissance* não tem unidades quantificáveis

Você pode ter um ou múltiplos orgasmos. Eles são quantificáveis, delimitáveis. Você não pode ter uma *jouissance* e não existe plural... A sexualidade feminina é “*jouissance* envolvida em sua própria continuidade”. Essa *jouissance* seriam centelhas de prazer significadas por contato em qualquer ponto, a qualquer momento, não à espera de uma conclusão, mas deleitando-se com o tocar (Gallop, 1983 apud Dallery, 1997, p. 67).

Segundo Kristeva, em seu ensaio sobre “A Maternidade de Acordo com Bellini” (1980) distingue entre os aspectos simbólicos/paternos da maternidade e os aspectos pré-simbólicos, maternos da mesma (DALLERY, 1997).

Aspectos simbólicos: o desejo da maternidade é o desejo de dar à luz uma criança do Pai (uma criança de seu próprio Pai)... Um substituto do pênis... O pai origina e justifica o desejo reprodutivo.
[...] aspectos pré-simbólicos: o corpo da Mãe é aquilo que todas as mulheres aspiram, simplesmente porque lhe falta um pênis. Aqui as

mulheres realizam o fato homossexual da Maternidade, no qual a mulher está mais próxima da memória instintual mais denegatória do veículo social simbólico. É a reunião de uma mulher-Mãe com o corpo de sua mãe. Isso não pode ser verbalizado; é um turbilhão de palavras, uma cadência (Kristeva, 1980 apud DALLERY, 1997, p. 67-68).

Ann Kaplan (1983 apud DALLERY, 1997, p. 68) afirma que “o auge do controle patriarcal da sexualidade feminina pode ser uma reação de desamparo diante da ameaça que a Maternidade representa. A ameaça e o medo de seu prazer; seu órgão sexual; sua proximidade à natureza, ela como fonte ou origem, sua vulnerabilidade, sua falta de falo”.

A subjetividade cindida ou a elisão do ser e do outro também existe entre a mãe e a criança na gravidez, quando a mulher grávida pode gostar do peso do seu corpo e das sensações dentro de seu ventre, do outro dentro de si. Apesar da purificação e idealização da maternidade pela religião e pela cultura patriarcal, a gravidez, o parto e a amamentação são dimensões da corporeidade erótica da mulher. Os aspectos eróticos autônomos dessas esferas são mais difíceis de serem reprimidos ou censurados na cultura patriarcal, porque são as mulheres que os presidem (DALLERY, 1997, p. 68).

Nesse sentido, salienta-se que a mulher grávida, de um modo geral, não é objetificada sexualmente pelo olhar masculino, não lhe despertando desejo sexual. Sendo assim, a maternidade oferece o que a heterossexualidade, da forma como é historicamente constituída para as mulheres, não oferece: fusão libidinal (DALLERY, 1997).

Em contrapartida, segundo Young (1990, apud MCDOWELL, 1999, p. 93): “A separação cultural entre a gestação e a sexualidade a libera do aparato (coisificação) sexual que, em outros estágios, a aliena e instrumentaliza”. Todavia, a análise de Iris Marion Young se modifica ao investigar e analisar o tratamento dado a mulher gestante por parte dos médicos e o resultado igualmente alienante da experiência da gestação, principalmente quando é chegado o momento do trabalho de parto, visto que geralmente o mesmo é tido como um “transtorno”, ou uma disfunção que necessita da intervenção médica (MCDOWELL, 1999).

A renomada geógrafa Robyn Longhurst estudou para a realização da sua tese doutoral o importante e tão pouco estudado (principalmente na Geografia brasileira) tema do corpo gestante no espaço, investigando e discutindo a resposta

das gestantes às mudanças corporais físicas, e os motivos do seu desconforto em determinados espaços, especialmente nos espaços públicos.

A autora acredita que, diferentemente de Young que sustenta que as mulheres grávidas se tornam mais seguras e com maior auto-estima, o que sentem as mulheres neste estado é um profundo desconforto pela transformação da relação do seu corpo grávido com o espaço. Longhurst (1997 apud MCDOWELL, 1999, p. 93).

Longhurst afirma que uma das respostas mais comuns consiste no enclausuramento em espaços privados e concretos, de forma que as mulheres grávidas reduzem paulatinamente sua vida social nos espaços públicos, até mesmo sentindo-se desconfortáveis quando estão em espaço público (fora do espaço privado da casa).

As gestantes mostraram-se desconfortáveis até mesmo nas consultas médicas, por suas gestações serem tratadas como um transtorno, ou “problema” a ser remediado e medicalizado pelos médicos (McDOWELL, 1999).

Nesse sentido, o corpo da gestante enfrenta uma situação dual, pois ao mesmo tempo em que pesa e gera algum tipo de desconforto, a gestação também gratifica e traz benefícios à medida que o corpo vivencia as transformações pertinentes e que possuem certo status social e cultural.

Através da questão da função da maternidade pelas feministas, a mesma passou a ser vista como uma construção social que designa o lugar das mulheres na família e na sociedade, sendo a causa principal do domínio do sexo masculino sobre o sexo feminino (SCAVONE, 2001).

A relação entre sexo e reprodução, está sempre imersa em estranheza, medo e desejo na subjetividade da sexualidade feminina, como afirma Dimen

[...] Porém, mesmo se a estranha relação entre sexualidade e reprodução não for conscientemente problemática, ela continua na experiência inconsciente das mulheres que cresceram no patriarcado. Em nossa cultura, elas são responsáveis pelos bebês, não tanto porque os colocam no mundo, mas porque constituem o gênero socialmente responsável pela ligação e pelos relacionamentos. Essa responsabilidade as coloca num conflito fundamental. Enraíza as identidades de gênero das mulheres na ligação, mesmo quando sua identidade adulta é definida pela individualização. Dessa forma, todo ato de sexo para elas é uma em uma série de decisões conflitivas e

contraditórias sobre coisas opostas – o ser e um outro virtual, o ser e a sociedade, a vida e a morte (DIMEN, 1988, p. 53).

Salienta-se o poder do Estado em relação ao planejamento familiar e ao controle que o mesmo detêm no âmbito da sexualidade feminina, como salienta Dimen

O Estado tem duas fontes principais de poder sobre as mulheres. Regula o acesso à base material da procriação, isto é, legisla sobre a contracepção, o aborto e a tecnologia do parto, decidindo quem terá permissão para os mesmos, como e quando. E o Estado tenta controlar as mentes mistificando os fatos a esse respeito. Por exemplo, parece que são as mulheres que tomam decisões reprodutivas independentes, pelas quais se sentem individualmente responsáveis; afinal, são adultos “individualizados”. Mas, por estarem “em relação” com o Estado, suas decisões já foram tomadas por elas, através das leis restringindo sua sexualidade, suas escolhas reprodutivas e seu acesso a empregos (DIMEN, 1997, p. 53).

Destaca-se que é notório que as mulheres ainda enfrentam sérias dificuldades no que se refere à sua saúde reprodutiva, e, em se tratando do planejamento familiar, estas não se limitam à acessibilidade aos meios para regular a fecundidade, faltam-lhes também, o conhecimento sobre o seu corpo, sobre os seus desejos e, principalmente, sobre suas possibilidades para intervir no processo reprodutivo, para que possam escolher conscientemente entre os distintos métodos contraceptivos.

Assim, embora o planejamento familiar seja a representação acerca da construção da cidadania feminina e importante conquista feminista, na prática, ele é a reflexão de interesses contraditórios numa constante luta entre as esferas políticas, econômicas e ideológicas de poder.

A maternidade pelo viés do feminismo é o eixo central de explicação das desigualdades entre os sexos. Em um primeiro momento, a maternidade foi designada como um *handicap* ou defeito natural, confinando permanentemente as mulheres em uma bio-classe. Sendo assim, a recusa da maternidade seria o caminho para subverter a dominação masculina e para o descobrimento da identidade feminina (Ferrand; Langevin 1990 apud SCAVONE, 2001).

Em um segundo momento, através da “negação do *handicap*”, a maternidade passa a ser considerada como um poder exclusivo feminino, invejado

pelos homens. Neste momento, a perspectiva feminista dialoga com as Ciências Sociais, através das teses lacanianas que ressaltam o lugar das mulheres na gestação; em teses históricas que resgatam a experiência da maternidade como parte integrante do poder e identidade femininos; em teses antropológicas que, investigando as manifestações culturais da maternidade, recuperam o conhecimento feminino que lhe está associado. Ferrand; Langevin (1990 apud SCAVONE, 2001).

Em um terceiro momento, observa-se através da perspectiva feminista, a “desconstrução do *handicap* natural” que demonstra que não é o fato biológico da reprodução que determina a posição social feminina, mas as relações de dominação que dão à maternidade relevância social. Este pensamento se intensifica com o advento das Novas Tecnologias Conceptivas (NTC), as quais introduzem na reprodução a dúvida em relação a um destino biológico inevitável. Ferrand; Langevin (1990 apud SCAVONE, 2001).

Em suma, a reflexão teórica acerca destes três momentos revela a prática social da maternidade através da perspectiva feminista. Ressalta-se que o pensamento feminista acredita que a dominação de um sexo sobre o outro, só pode ser compreendida e explicada pelo viés social e cultural, não pelo biológico.

4.2.3 – Maria

Ganhei a Marina por meio da cesárea. Na verdade, preferia que ela viesse de parto normal. Para mim, a cesariana é uma agressão. Porém meu médico disse que seria melhor fazer cesariana. Fiquei com muito medo da cirurgia! Mas é o médico que sabe das coisas... pelo menos, assim eu acho. Afinal, ele estudou para saber o que é melhor pra gente, não é? (Maria, 39 anos)

Ressalta-se a compreensão acerca da medicalização do parto e do corpo feminino como fundamentais ao entendimento da corporificação da mulher na sociedade ocidental moderna.

É importante compreender o quanto nossas idéias científicas estão envoltas por pressupostos culturais rigidamente estabelecidos. Ideias que, atualmente parecem erradas conformaram-se a partir de conceitos culturais de uma época remota. Para melhor entender as construções científicas e culturais acerca da menstruação, da menopausa e das tecnologias do parto advindas da medicalização do corpo da mulher, deve-se olhar para o passado.

É difícil ver como nossas idéias científicas correntes estão permeadas por pressupostos culturais; é mais fácil ver como conceitos científicos do passado, idéias que agora parecem erradas ou simplistas, podem ter sido afetados por conceitos culturais de uma época distante. Para construir as fundações de um olhar das visões científicas contemporâneas sobre a menstruação e a menopausa, volta-se para o passado (MARTIN, 2006, p. 67).

Nesse sentido, era uma noção aceita na literatura médica, desde a Grécia Antiga até o final do século XVIII, que os corpos femininos e masculinos eram estruturalmente parecidos. Conforme afirmou Nemésio, bispo de Emesa, na Síria, no século IV, “as mulheres têm as mesmas partes genitais que o homem, exceto que as delas estão dentro do corpo e não fora dele” (MARTIN, 2006).

Apesar da compreensão da anatomia mais detalhada (como a descoberta do funcionamento dos ovários na segunda metade do século XVII) tivesse transformado esse detalhamento, médicos eruditos, desde Galeno, na Grécia do século II, até Harvey, na Grã-Bretanha do século XVII, partiam do princípio de que todos os órgãos internos das mulheres eram estruturalmente análogos aos órgãos externos dos homens, essas idéias ganharam força desde a antiguidade até o final do século XVIII, sendo assim denominadas de isomorfismo (MARTIN, 2006).

Dessa forma, através da concepção médica anteriormente mencionada, ainda que os gêneros fossem estruturalmente similares, eles não eram iguais. Conforme salienta Laqueur

[...] Em primeiro lugar, o que podia ser visto dos corpos dos homens era considerado o padrão para aquilo que não podia ser visto nos corpos das mulheres. Em segundo, da mesma forma que os humanos, como espécie, possuíam mais “calor” do que os outros animais e, portanto, eram considerados mais perfeitos, os homens tinham mais “calor” do que as mulheres e, portanto, eram considerados mais perfeitos. O frio relativo da mulher impedia que seus órgãos reprodutores fossem

expelidos para fora do corpo e, felizmente para a espécie, mantinha-os no interior dela, onde ofereciam um local protegido para a concepção e a gestação (Laqueur, 1986 apud MARTIN, 2006, p. 69-70).

Dessa maneira, durante os séculos nos quais se percebia os corpos femininos e masculinos compostos por estruturas análogas, um inter-relacionado conjunto de metáforas foi utilizado para explicar como os órgãos dos corpos femininos e masculinos funcionavam (MARTIN, 2006).

Sendo assim, na análise acerca da concepção nesse período, havia o embate entre as teorias de “uma x duas sementes”. E o orgasmo feminino era diretamente ligado à reprodução, sendo fundamental para a concepção devido à incitação ao ato sexual e abertura do colo do ventre durante o coito. Essas metáforas eram utilizadas na medicina clássica e continuavam a ser utilizadas ao longo do século XIX. Desse modo Rosenberg afirma que

O corpo era visto, metaforicamente, como um sistema de interações dinâmicas com seu meio ambiente. Saúde ou doença resultavam de uma interação cumulativa entre os dons da constituição e as circunstâncias do meio ambiente. Ninguém poderia viver bem, sem alimento, ar ou água; a pessoa precisava viver em um clima específico e sujeitar seu corpo a um estilo de vida específico e ao trabalho. Cada um desses fatores implicava um ajuste fisiológico necessário e contínuo. O corpo estava sempre num estado de mutação – e, dessa forma, sempre em perigo (Rosenberg, 1979 apud MARTIN, 2006, p. 70).

Nesse sentido, dois pressupostos secundários comandavam essa interação: primeiro, que “toda parte do corpo estava relacionada inevitável e inexoravelmente com todas as outras” e, segundo, que “o corpo era visto como um sistema de entrada e saída – um sistema que tinha de permanecer em equilíbrio para que o indivíduo pudesse manter-se saudável Rosenberg (1979 apud MARTIN, 2006).

No período da modernidade, mais especificamente no século XVIII, surgem termos médicos para nomear os órgãos do aparelho sexual e reprodutivo feminino: trompas de falópio, ovário, vagina e clitóris, a partir desse momento seriam assim identificados. O processo da ovulação e seu papel na reprodução foram compreendidos pela fisiologia médica recentemente, até meados do século

XIX acreditava-se que a ovulação era provocada pelo coito. Nesse sentido, até a década de 1930, as idéias de controle hormonal da ovulação eram desconhecidas pela medicina moderna.

A partir da concepção de Galeno, no século II e reconhecida ainda no século XVIII, a menstruação era o derramamento do excesso de sangue, uma pletora Crawford (1981 apud MARTIN, 2006). Porém, aquilo que as mulheres faziam por meio da menstruação, os homens podiam fazer por intermédio das sangrias.

O sangue menstrual, sem dúvida, era visto como impuro e sujo, mas o processo de expeli-lo não era intrinsecamente patológico. Sendo assim, a incapacidade de expeli-lo era considerada como sinal de patologia, e havia uma gama de remédios específicos, ainda no século XIX, para restabelecer o fluxo menstrual caso este cessasse Crawford (1981 apud MARTIN, 2006).

Por volta de 1800, conforme importante estudo feito por Laqueur, essa tradição que compreendia os corpos femininos e masculinos como semelhantes, tanto na estrutura como na função, começou a sofrer ataques, acarretando na sua deslegitimação.

Nessa perspectiva, Fee (1976 apud MARTIN, 2006) coloca que os próprios papéis sociais dos homens e das mulheres estavam baseados na natureza, graças ao que seus corpos ditavam. Nas palavras de um teórico do século XIX, “a tentativa de alterar a relação atual entre os sexos não é uma revolta contra alguma lei arbitrária instituída por um déspota ou uma maioria – não é uma tentativa de romper o jugo de uma mera convenção; é uma luta contra a Natureza; uma guerra travada para inverter precisamente as condições sob as quais não apenas o homem, mas todas as espécies mamíferas atingiram seu atual desenvolvimento”.

A doutrina das duas esferas – com os homens como trabalhadores na esfera pública e assalariada, fora do lar, e as mulheres (exceto as das classes mais baixas) como esposas e mães na esfera privada e doméstica, do parentesco e da moralidade, dentro do lar – substituiu a antiga hierarquia baseada no calor do corpo.

Nesse âmbito, conforme Geddes os processos que estruturam o organismo humano não são analisados e compreendidos apenas no plano celular, mas também em termos de organismos inteiros. Nos seres humanos, como na grande maioria dos animais mais desenvolvidos, o sexo feminino é predominantemente anabólico e o masculino catabólico Geddes (1890 apud MARTIN 2006). Embora os termos da metáfora de Geddes sobre poupar e gastar energia não expresse se o catabolismo seria realmente uma vantagem, quando o mesmo apresenta as distinções entre os sexos, não há dúvidas sobre qual dos dois ele considera vantajoso:

Em termos gerais, é verdade que os machos são mais ativos, energéticos, dispostos, ardentes e variáveis; as fêmeas, mais passivas, conservadoras, indolentes e estáveis [...] Os machos ativos, que têm, conseqüentemente, uma variedade maior de experiências, podem ter cérebros maiores e mais inteligência, mas as fêmeas, especialmente no papel de mães, têm indubitavelmente uma parcela maior e mais freqüente de emoções altruísticas. Os machos, sendo normalmente mais fortes, têm maior independência e coragem; as fêmeas distinguem-se na constância do afeto e na compreensão (Geddes, 1890 apud MARTIN, 2006, p. 74).

Dessa forma, era evidente a variedade de maneiras por meio das quais as metáforas sobre gastar e poupar energia poderiam ser relacionadas às diferenças biológicas vinculados ao gênero. Enquanto, no modelo anterior, as formas masculinas e femininas de secreção eram não somente análogas, mas desejáveis, essas mesmas funções eram agora denegridas e vistas como exclusivamente femininas, sem funções análogas no sexo masculino. O processo da menstruação por volta do século XIX era visto como completamente patológico (MARTIN, 2006).

Certamente, uma das razões a qual a imagem negativa de produção fracassada está associada à menstruação se deva ao fato de as mulheres ficarem, em um sentido de certa forma sinistro, fora de controle quando menstruam. Elas não estão dando continuidade à espécie, não estão se preparando para ficar em casa com o bebê, não estão providenciando um ventre quente e seguro para abrigar o esperma do homem. É evidente que a imagem negativa por trás da

concepção do fracasso em produzir pode ser considerável quando empregada metaforicamente aos corpos das mulheres (MARTIN, 2006).

Em contrapartida, tem-se um trecho de um texto advindo de compêndios da medicina, relatado por Vander et al 1980 (apud MARTIN, 2006) que descreve e exalta a fisiologia reprodutiva masculina: “Os mecanismos que norteiam a *extraordinária* transformação celular de espermátide em espermatozóide maduro permanecem obscuros [...] Talvez a característica mais *surpreendente* da espermatogênese seja sua *incomparável magnitude*: um ser humano normal do sexo masculino pode fabricar centenas de milhões de espermatozóides por dia”. A respeito do referido trecho do compêndio médico, Martin enfatiza que

[...] como veremos, este texto não possui uma avaliação similar dos processos femininos como a menstruação ou a ovulação, e certamente não é acidente o fato desse processo “extraordinário” envolver precisamente aquilo que a menstruação não faz, do ponto de vista médico: a produção de algo considerado importante. Ainda que esse texto considere abertamente positiva essa produção imensa de esperma, na verdade, apenas cerca de um espermatozóide em um bilhão consegue fertilizar o óvulo: se partirmos do mesmo ponto de vista que considera a menstruação como um produto desperdiçado, temos aqui, sem dúvida, algo pelo qual realmente vale a pena chorar! (MARTIN, 2006, p. 97).

Desse modo, quando o mesmo texto aborda a reprodução feminina, descreve a menstruação nos mesmos termos de produção fracassada que nos referimos anteriormente

A queda de progesterona e estrogênio no sangue, que resulta da regressão do corpo lúteo, *priva* o revestimento altamente desenvolvido do endométrio de seu suporte hormonal; o resultado imediato é uma *constricção profunda* dos vasos sanguíneos uterinos devido à produção de prostaglandinas vasoconstritoras, o que leva a uma *diminuição* do suprimento de oxigênio e nutrientes. A *desintegração* começa, e o revestimento inteiro (exceto uma camada profunda e fina que irá regenerar o endométrio no ciclo seguinte) começa a se desprender [...] As arteríolas do endométrio se dilatam, resultando numa *hemorragia* através das paredes capilares enfraquecidas; o fluxo menstrual consiste desse sangue misturado a *fragmentos* endométricos [...] o fluxo menstrual cessa à medida que o endométrio se auto-repara para então crescer sob a influência do aumento da concentração de estrogênio no sangue (Vander et al, 1980 apud MARTIN, 2006, p. 97-98).

Quando se fala no processo da ovulação e em sua importância para a reprodução humana, a mesma não obtém o mesmo entusiasmo que a espermatogênese, através do ponto de vista da medicina, talvez, pelo fato de todos os folículos contendo óvulos já estarem presentes no nascimento. Por não serem produzidos como o esperma, parece que estão degenerando-se e envelhecendo aos poucos, como bens estocados em excesso (MARTIN, 2006).

Através da análise de Emily Martin procura-se entender pelo viés dos livros didáticos a percepção e o ponto de vista da medicina em enfatizar os aspectos negativos dos ovários que falham em produzir hormônios femininos na menopausa. Segundo a mesma, em contrapartida, Guyton, em seu livro, demonstra uma visão positiva do declínio do estrogênio na menopausa

Ter-se-ia a impressão de que, embora as mulheres na menopausa tenham de fato um nível de estrogênio mais baixo do que o necessário para a função reprodutiva, ele não é desprezível ou ausente, mas talvez satisfatório para a manutenção dos tecidos de apoio. A menopausa poderia, então, ser considerada um fenômeno fisiológico de natureza protetora – protegendo de uma reprodução indesejada e do estímulo de crescimento que a acompanharia (Guyton, 1984 apud MARTIN, 2006, p. 102).

A metáfora do corpo feminino como máquina pode ser mais bem compreendida através das técnicas do parto, desenvolvidas através do desenvolvimento tecnológico da medicina. No desenvolvimento da obstetrícia, a metáfora do útero como máquina é combinada à utilização de instrumentos mecânicos reais (como o fórceps), que tiveram importante papel na substituição das mãos das parteiras por mãos masculinas que usam ferramentas (MARTIN, 2006).

A metáfora do corpo grávido como máquina continuou a dominar a prática da medicina no século XX e que tanto fundamenta como é o maior responsável por nossa disposição em empregar a tecnologia no parto para intervir no processo do nascimento. Nesse sentido, o corpo da mulher é a “máquina” e o médico, o mecânico ou técnico que intervêm nela e a “conserta” (MARTIN, 2006).

David Noble, estudioso das tecnologias do parto, afirma que vivemos em uma cultura que se adapta às tecnologias como se elas realmente fossem necessárias para o desenvolvimento social. Conforme o autor

Nossa cultura objetifica a tecnologia e a coloca à parte e acima dos assuntos humanos. Aqui, a tecnologia passou a ser vista como um processo autônomo, tendo uma vida própria que progride automática e quase que naturalmente, por um caminho singular. A tecnologia, que supostamente se autodefine e é independente do poder e do propósito sociais, parece ser uma força externa impingida à sociedade, por assim dizer, de fora, que determina acontecimentos em relação aos quais as pessoas precisam sempre se ajustar (Noble, 1984 apud MARTIN, 2006, p. 109).

Durante as décadas de 1940, 1950 e 1960, o trabalho de parto era o processamento de uma máquina realizado por máquinas e técnicos (médicos) especializados.

O atendimento pré-natal torna-se trabalho de manutenção e detecção de falhas de funcionamento, e a intervenção obstétrica no parto equivale ao conserto de falhas mecânicas com perícia mecânica. As mulheres parecem, concreta e ideologicamente, transformar-se em máquinas à medida que as máquinas são cada vez mais usadas para monitorar a gravidez e o trabalho de parto e para iniciá-lo e terminá-lo (Oakley, 1979 apud MARTIN, 2006, p. 107).

Nessa perspectiva, a reprodução social é tratada como uma forma de produção, da mesma forma que como vimos a menstruação e a menopausa são tidas como fracassos na produção pelo viés da medicalização do corpo feminino e suas metáforas norteadoras. Desse modo, a metáfora da produção, tem implicações bem diferentes que a metáfora máquina/mecânico. Por esse viés Martin, destaca que

[...] Ela nos permite perguntar, por exemplo, se o médico é apenas um mecânico, ou talvez mais um supervisor de fábrica, ou até o dono. Se o médico for o supervisor, a mulher poderia ser uma “trabalhadora”, cuja “máquina” (o útero) produz o “produto”, bebês. [...] Ampliar o escopo da investigação sobre metáforas a partir do nível limitado – mecânico como médico, máquina como paciente – também nos permite considerar as relações semelhantes de poder e controle que ocorrem nos dois âmbitos da “produção” (MARTIN, 2006, p. 108-109).

Certamente, a crescente industrialização surgida no século XIX impôs uma ideologia da produção como matriz da sociedade ocidental moderna. Os textos médicos passaram a tratar os corpos das mulheres como uma estrutura hierárquica, com a função de produzir crianças. Sendo assim, a menstruação é a falha na produção e a menopausa é a máquina deixando (ou com problemas) de funcionar.

Dessa maneira, os discursos acerca do corpo feminino (hormônios, útero, menstruação, parto, menopausa) são, a um só tempo reapropriações por parte das mulheres de objetos construídos pelo saber médico, sendo este último importante veículo de metáforas sociais e não de simples e imparciais descrições médicas.

Em contrapartida, desde o início do feminismo na década de 60, as mulheres nos Estados Unidos lutam pela desmedicalização do parto. Sendo assim, um número maior delas deseja e reivindica ter acesso a todas as opções, optando por técnicas médicas invasivas somente em circunstâncias extraordinárias e com conhecimento de causa. Porém, não rejeitam a utilidade e o benefício das tecnologias do parto desde que estas não sejam utilizadas somente por motivações de lucro e que não haja aplicação generalizada. Estas mulheres querem apenas ter o poder de decisão em relação à intervenção médica e cirúrgica em seus partos (KING, 1997).

Portanto, a partir da discussão das metáforas subliminares contidas nas descrições médicas da menstruação, da menopausa e do parto, prova-se que essas maneiras de descrever esses eventos ocorridos no corpo feminino e essenciais à reprodução (função cultural da mulher em nossa sociedade), não passam de um método para melhor adequar um ponto de vista e a interpretação aos fatos ocorridos na fisiologia da mulher segundo o ponto de vista médico.

Por conseguinte, pelas narrativas de algumas das mulheres entrevistadas no trabalho de campo foi possível obter a compreensão acerca das temáticas do cuidado, da maternidade, do corpo gestante e da medicalização do corpo feminino através das concepções das (os) teóricas (os) feministas.

O capítulo 4 deste esforço teórico dialoga com as relações de conjugalidade através dos contextos do patriarcado e do espaço paradoxal ao demonstrar que as concepções indicadas pelas entrevistadas revelam uma compreensão resultante de um modelo educacional e cultural ainda atrelado aos padrões tradicionais da sociedade. Nessa perspectiva, mediante as bases teóricas evidenciadas por importantes estudiosos (as) feministas é possível compreender que as raízes dessas percepções permanecem profundas nas condutas das mulheres pesquisadas. No entanto, sutis apontamentos marcados através de expressões indicativas de independência e autonomia por parte de algumas das vozes femininas apresentadas de forma detalhada no subitem 3.2, mostram uma tendência de novos comportamentos, os quais expõem posições femininas de valorização e liberdade quanto às escolhas e ao importante papel que as mulheres desempenham na organização da família e da sociedade através de suas inserções no mercado de trabalho e atendimento às necessidades básicas para a dignidade de suas vidas.

CONCLUSÕES

Para a realização da presente dissertação de mestrado buscou-se investigar as relações de conjugalidade através da perspectiva feminista pela investigação dos contextos do patriarcado e do espaço paradoxal e também a partir da leitura do cotidiano das mulheres do bairro Agroindustrial localizado no município de Santa Maria/RS.

Utilizou-se material quantitativo apresentado a partir da análise das tabelas, configurando assim, o momento escalar e de delimitação do recorte espacial para a realização da compreensão do fenômeno da relação de conjugalidade pelo olhar da mulher, e sob os contextos do patriarcado e do espaço paradoxal.

Ressalta-se que, através das narrativas de algumas das mulheres entrevistadas no trabalho de campo, foi possível obter a compreensão acerca das temáticas do cuidado, da maternidade, do corpo gestante e da medicalização do corpo feminino a partir das concepções das (os) teóricas (os) feministas.

Os modernos preconceitos científicos e sociais contra as mulheres, dos quais muitos são identificados por pesquisas críticas feministas, são endêmicos, dada a concepção básica da epistemologia e da metodologia da ciência tradicional.

Salienta-se que a exploração das mulheres é fundamental para manter o *status quo*. Nesse sentido, as mulheres devem tomar frente na transformação da sociedade e da ciência. Na medida em que apontam para entendimentos alternativos de ser e saber, também expressam o dinamismo daquilo que a tradição ocidental inteira marginaliza como feminino e como subversivo.

A esfera da sexualidade tem importante valor para os estudos feministas contemporâneos e a paixão sexual reúne necessidade e vontade. A experiência erótica é extraordinária, situando-se em algum lugar entre o sonho e a vida cotidiana. Movida pelo desejo, não conhece vergonha, nem limites.

Assim, o prazer e poder, dor e amor mesclam-se sem esforço. É algo intermediário, na fronteira entre a psique e a sociedade, entre cultura e natureza,

entre o consciente e o inconsciente, entre o próprio ser e o outro. Sua intrínseca, confusa ambigüidade confere-lhe um caráter inerente de novidade, criatividade, descoberta: isso a torna excitante, prazerosa, terrível.

A experiência sexual acarreta a perda das fronteiras entre o eu e o outro, o interminável abrir de portas para mais espaços particulares desconhecidos, dúvidas sobre o que fazer em seguida ou sobre quem é a outra pessoa ou que parte do corpo está sendo tocada ou que parte está tocando o outro, ou onde uma pessoa começa e a outra acaba. Isso é às vezes agradável, às vezes doloroso, sempre intrigante.

Procurando apontar as conclusões teóricas e práticas desta pesquisa, verifica-se a possibilidade de subversão à sociedade patriarcal a qual vivemos, pois a intolerância do Estado patriarcal é a razão por que devemos manter a visão imaginária de uma sociedade na qual o desejo seja fortalecedor e não enfraquecedor, na qual todas as partes do ser possam ser mostradas publicamente – paixão e necessidade, anseio e empatia, o furor que, através de um amor paradoxal, possa fazer nossa sociedade realizar seus ideais de democracia e dignidade, mesmo quando firmemente decidida a traí-los.

Com relação ao espaço paradoxal, este contexto fundamenta que os indivíduos não ocupam posições presas nas relações de poder, em uma configuração oposicional que possui dominado e dominador, estabelecendo assim, conformações móveis de sincronia entre centro e margem nestas relações. Tendo o espaço como elemento essencial na investigação das posturas dos indivíduos nos feixes de crise das relações de poder.

O espaço paradoxal, nesta perspectiva de investigação, caracteriza-se por ser multidimensional, em movimento e contingente, sendo dinâmico a partir das relações de poder construídas pelos sujeitos em seus cotidianos.

Portanto, a presente pesquisa procurou valorizar as relações de gênero a partir do pensamento feminista e do cotidiano familiar das mulheres do bairro Agroindustrial do município de Santa Maria/RS, que foram investigadas no trabalho de campo. Nesse sentido, ressalta-se que homens e mulheres, ao desconstruírem seus papéis tradicionais, transformam, também, os padrões de

comportamento, a vivência doméstica, o lar torna-se um lugar onde se pode conviver de forma igualitária através da repartição dos afazeres caseiros, incrementando a cooperação entre seus membros. É urgente uma nova conduta de eliminação do preconceito sexual. A busca da similaridade de divisão das tarefas domésticas parece ser o primeiro passo para a igualdade de oportunidades no mundo do trabalho.

Desse modo, o presente trabalho ressalta a importância das mulheres objetivarem a busca pelo poder em casa, na família, no espaço público, pois só desta forma ocorrerá a efetiva construção de uma sociedade com equidade de gênero. Portanto, é fundamental que exista o questionamento dos estereótipos reconhecidos através do gênero no que se refere aos papéis estabelecidos por mulheres e homens nos espaços público e privado.

REFERÊNCIAS

ABURDENE, Patrícia; NAISBITT, Jonh. **Mega tendências para as mulheres**. Rio de Janeiro: 2ª ed. Rosa dos Tempos, 1994.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo: a experiência vivida**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1967.

_____. **O segundo sexo: fatos e mitos**. São Paulo: Círculo do Livro, 1976.

BERMAN, Ruth. Do dualismo de Aristóteles à dialética materialista: A transformação feminista da ciência e da sociedade. In: JAGGAR, Alison ; BORDO, Susan. **Gênero, corpo, conhecimento**. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos tempos, 1997, p. 241-275.

BLAY, Eva. **Trabalho doméstico: A mulher na indústria paulista**. São Paulo: Ática, 1978.

BORDO, Susan. O corpo e a reprodução da feminidade: uma apropriação feminista de Foucault. In: JAGGAR, Alison; BORDO, Susan. **Gênero, corpo, conhecimento**. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos tempos, 1997.p. 19-41.

BOSSÉ, Mathias Le. As questões de identidade em geografia cultural – algumas concepções contemporâneas. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (org). **Paisagens, textos, identidade**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2004, p. 157-179.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

BUTLER, Judith. **Gender trouble: Feminism and the subversion of identity.** London: Routledge, 1990.

_____. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CONNEL, Robert. Políticas da masculinidade. In: **Educação e Realidade.** Porto Alegre, v. 20, n. 2, jul./ dez., p. 185-206, 1995.

COSTA, Ana Alice Alcântara. **O movimento feminista no Brasil: Dinâmicas de uma intervenção política.** Niterói, v. 5, n. 2, 1º sem. 2005. Acesso em: 26 nov. 2011.

CRAWFORD, Patricia. Attitudes to menstruation in seventeenth-Century England. In: **Past and Present 91.** p. 47-73, 1981.

DALLERY, Arleen B. A política da escrita do corpo: *Écriture Féminine.* In: JAGGAR, Alison; BORDO, Susan. **Gênero, corpo, conhecimento.** Rio de Janeiro: Record: Rosa dos tempos, 1997, p. 62-78.

DELGADO, Didice; SOARES, Vera. O movimento de mulheres na transição democrática. In: **Projeto Estudos comparativos sobre movimentos sociais no Chile, México e Brasil.** Universidade de Hannover, Alemanha, 1993.

DIMEN, Muriel. Poder, sexualidade e intimidade. In: JAGGAR, Alison; BORDO, Susan. **Gênero, corpo, conhecimento.** Rio de Janeiro: Record: Rosa dos tempos, 1997. p. 42-61.

ENGELS, Friedrich. **El origen de la familia, la propiedad privada y el estado.** Madrid: Fundamentos, 1986.

FEE, Elizabeth. Science and the woman problem: Historical perspectives. In: TEITELBAUM, Micael S., org. **Sex difference: social and biological perspectives**. New York: Doubleday, 1976, p. 175-223.

FERRAND, Michele; LANGEVIN, Anette. De l' origine de l' opression des femmes aux "fondements" des rapports sociaux de sexe. In: Battagliola et al (org). **A propos des rapports sociaux/parcours épistémologiques**. Paris, Centre sociologie urbaine/CNRS, 1990, p. 17-76.

FIRESTONE, Shulamith. **A dialética do sexo**. Rio de janeiro, Labor, 1976.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade: A vontade de saber**. Vol. 1, Rio de Janeiro: ed. Graal, 1988.

_____. **História da loucura na Idade Clássica**. São Paulo: Perspectiva, 1978.

_____. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – FIBGE. **Censo Demográfico de 2010**. Disponível em <www.ibge.cidades.gov.br> Acesso em 27 de abril de 2012.

GALLOP, Joan. Quand nos l'évres s'écritent: Irigaray's body Politic. In: **Romantic review**. 1983, p. 74-83.

GEDDES, Patrick Arthur Thompsom. **The evolution of sex**. New York: Scribner e Welford, 1890.

GILL, Rosalind. Análise de discurso. In: BAUER, M; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. 4ª edição. Editora Vozes, 2002.

GOOGLE MAPS. Disponível em <<http://maps.google.com.br/maps?hl=pt-BR&tab=wl>>, Acesso em 12 de Maio de 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Dados censo 2010**. Disponível em <www.ibge.cidades.gov.br> Acesso em 12 de Maio de 2012.

IRIGARAY, Luce. This sex which is not one. In: **This sex which is not one**. Cornell University Press, Ithaca, New York, p. 23-33, 1985.

JAGGAR, Alison. **Feminist politics and human nature**. Sussex, England: the harvester press, Ltd., 1983.

KAPLAN, Ann. **Woman and film**. New York: Methuen, 1978.

KING, Ynestra. Curando as feridas: Feminismo, ecologia e dualismo natureza/cultura. In: JAGGAR, Alison; BORDO, Susan. **Gênero, corpo, conhecimento**. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos tempos, 1997.p. 126-154.

KRISTEVA, Julia. **Desire in language**. New York: Columbia University Press, 1980.

LAN, Diana. Género y territorio: la violencia doméstica em espacios de vulnerabilidad y exclusión social – notas a partir de um caso en Argentina. In: SILVA, Joseli, Maria (org). **Geografias Subversivas: discursos sobre espaço, gênero e sexualidades**. Paraná: Todapalavra, 2009. p. 281-299.

LANDSTROM, Catharina. Queering feminist technology studies. In: **Feminist theory**, v. 8, n. 7, 2007.

LAQUEUR, Thomas. Female orgasm, generation, and the politics of reproductive biology. In: **Representations 14** (primavera), p. 1-82, 1986.

LAURETIS, Teresa de. **Technologies of gender: essays on theory, film, and ficcion.** Bloomington: Indiana University Press, 1987.

LITTLE, Jo; PEAKE, Linda; RICHARDSON, Pat. **Woman in cities: gender and the urban environment.** London: Editor Macmillian Education, 1988.

LOLA MAGAZINE. Querido, vou fazer uma viagem de negócios, viu? In: **Lola Magazine**, São Paulo. edição 10, p. 60-65, jul. 2011.

LONGHURST, Robyn ; HODGETTS, Darrin ; STOLTE, Otilie. Mães solteiras que estudam em Aotearoa, Nova Zelândia: Uma política de espaço paradoxal. In: SILVA, Joseli Maria; PINHEIRO DA SILVA, Augusto César. **Espaço, gênero e poder: conectando fronteiras.** Ponta Grossa, Todapalavra, 2011. p. 171 – 184.

LOURO, Guacira Lopes. Pedagogias da sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes. (org). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade.** 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 07-26.

MARTIN, Emily. **A mulher no corpo: Uma análise cultural da reprodução.** Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

MASSEY, Doreen. **Space, Place and Gender.** Minneapolis: University of Minnesota Press, 1994.

McDOWELL, Linda. **Género, identidad y lugar: un estudio de las geografias feministas.** Madrid: Ediciones Cátedra y Instituto de la Mujer, 1999.

_____ ; PEAKE, Linda. Woman in British geography revisited: or the same old story. In: **Journal of geography in higher education.** V. 14, n.1, p.19, 1990.

MOITA, Marília Gabriela Martins de Nóbrega. **Discurso sobre a homossexualidade no contexto clínico**. 2001. Tese (Doutorado em Ciências Biomédicas) - Instituto de Ciências Biomédicas de Abel Salazar da Universidade do Porto. Porto - Portugal.

MONK, Janice. Colocando gênero na Geografia: Política e prioridades. In: SILVA, Joseli Maria; PINHEIRO DA SILVA, Augusto César. **Espaço, gênero e poder: conectando fronteiras**. Ponta Grossa, Todapalavra, 2011, p. 87-104.

NABOZNY, Almir. **A participação política e gênero na produção dos espaços de pobreza em Ponta Grossa – PR**. 2005. Monografia (Graduação em Geografia) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2005.

_____. Espaço e as redes de interdependência na produção da invisibilidade da exploração sexual infanto-juvenil feminina. In: SILVA, Joseli, Maria (org). **Geografias Subversivas: discursos sobre espaço, gênero e sexualidades**. Paraná: Todapalavra, 2009. p. 153-175.

NARAYAN, Uma. O projeto da epistemologia feminista: perspectivas de uma feminista não ocidental. In: JAGGAR, Alison; BORDO, Susan. **Gênero, corpo, conhecimento**. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos tempos, 1997.p. 276-290.

NOBLE, David. **The forces of production**. New York: Knopf, 1984.

OAKLEY, Ann. **Becoming a mother**. New York: Schoken, 1979.

O'NEILL, Eileen. (Re) apresentações de Eros: Explorando a atuação sexual feminina. In: JAGGAR, Alison ; BORDO, Susan. **Gênero, corpo, conhecimento**. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos tempos, 1997.p. 79-100.

ORNAT, Marcio José. **Território descontínuo e multiterritorialidade na prostituição travesti através do sul do Brasil**. Rio de Janeiro, 2011. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

_____. Território descontínuo e prostituição travesti no sul do Brasil. In: SILVA, Joseli Maria; PINHEIRO DA SILVA, Augusto César. **Espaço, gênero e poder: conectando fronteiras**. Ponta Grossa, Todapalavra, 2011. p. 225-239.

_____. Espacialidades travestis e a instituição do território paradoxal. In: SILVA, Joseli, Maria (org). **Geografias Subversivas: discursos sobre espaço, gênero e sexualidades**. Paraná: Todapalavra, 2009. p. 177-209.

_____; SILVA, Joseli Maria. Deslocamento cotidiano e gênero: acessibilidade diferencial de homens e mulheres ao espaço urbano de Ponta Grossa – Paraná. In: **Revista de História Regional**, v. 12, n. 1, p. 175-195, 2007.

_____. **Pobreza, gênero e deslocamentos espaciais intra-urbanos em Ponta Grossa – PR**. 2005. Monografia (Graduação em Geografia) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2005.

PRIORE, Mary Del. **Histórias Íntimas: Sexualidade e Erotismo na História do Brasil**. Rio de Janeiro: Planeta, 2011.

RADCLIFFE, Sarah. Women's Place/El lugar de Mujeres: Latin América and the politics of gender identity. In: KEITH, M; PILE, S. (Eds.). **Place and the politics of identity**. London: Routledge, 1993. p. 102-116.

RAWLINSON, Mary. O Corpo e Reprodução da Feminidade. p. 37-41 In: JAGGAR, Alison; BORDO, Susan. **Gênero, Corpo, Conhecimento**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997 (Coleção Gênero; 1).

ROSE, Gillian. **Feminism and Geography: The Limits of Geographical Knowledge**. Cambridge: Polity Press, 1993.

ROSENBERG, Charles. The therapeutic revolution: Medicine, meaning and social change in Nineteenth-Century America. In: VOGEL, Morris. e ROSENBERG, Charles. (orgs.). **The therapeutic revolution: Essays in the social history of american medicine.** Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1979, p. 3-25.

ROSSI, Rodrigo. Masculinidades e interseccionalidade na vivência de territórios instituídos por adolescentes em conflito com a lei. In: SILVA, Joseli Maria; ORNAT, Marcio Jose; CHIMIM JUNIOR, Alides Baptista (org). **Espaço, gênero e masculinidades plurais.** Ponta Grossa, Todapalavra, 2011. p. 125-191.

ROUGEMONT, Denis. **A história do amor no Ocidente.** São Paulo: Ediouro, 2003.

SARTI, Cynthia. Feminismo no Brasil: Uma Trajetória Particular. In: **Cadernos de Pesquisa.** n. 64. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1988.

SCAVONE, Lucila. "A maternidade e o feminismo: diálogo com as ciências sociais". **Cadernos Pagu.** n. 16, p. 137-150, 2001.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: **Educação e Realidade,** v. 20, n.2, 1995, p. 71-99.

SENATRO, Vera. *O paraíso não é aqui.* In: **Revista Quem.** São Paulo: Globo, Edição 393, 2006, p. 29 – 33..

SILVA, Joseli Maria; NABOZNY, Almir; ORNAT, Marcio Jose. A visibilidade e a invisibilidade feminina na pesquisa geográfica: uma questão de escolhas metodológicas. In. SILVA, Joseli Maria; ORNAT, Marcio Jose; CHIMIM JUNIOR, Alides Baptista. **Espaço, gênero e feminilidades ibero-americanas.** Paraná: Todapalavra, 2011. p. 20-41.

_____. Fazendo geografias: pluriversalidades sobre gênero e sexualidades. In: SILVA, Joseli, Maria (org). **Geografias Subversivas: discursos sobre espaço, gênero e sexualidades.** Paraná: Todapalavra, 2009. p. 25-53 (a).

_____. Ausências e silêncios do discurso geográfico brasileiro: uma crítica feminista à geografia eurocêntrica. In: SILVA, Joseli, Maria (org). **Geografias Subversivas: discursos sobre espaço, gênero e sexualidades**. Paraná: Todapalavra, 2009. p. 55-91 (b).

_____. Amor, paixão e honra como elementos da produção do espaço cotidiano feminino. In: SILVA, Joseli, Maria (org). **Geografias Subversivas: discursos sobre espaço, gênero e sexualidades**. Paraná: Todapalavra, 2009. p.115-133 (c).

_____; ORNAT, Marcio Jose. Espaço e múltiplas masculinidades: Um desafio para o conhecimento científico geográfico brasileiro. In: SILVA, Joseli Maria; ORNAT, Marcio Jose; CHIMIM JUNIOR, Alides Baptista (org). **Espaço, gênero e masculinidades plurais**. Ponta Grossa, Todapalavra, 2011. p. 23-53

SOARES, Rosângela de Fátima Rodrigues. **Corpo, Gênero e Sexualidade**. Porto Alegre: Mediação, 1998.

SORJ, Bila. O estigma das feministas. In: **WWW.Clam.Org.br**: (in)formação em sexualidade e direitos humanos. Disponível em: <http://www.clam.org.br/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?UserActiveTemplate=_Es&inoid=1854&sid=108>. Acesso em: 20/7/2008.

SUAREZ, Maribel. Sexualidade dos brasileiros. In: **Criativa**. São Paulo:Abril, p. 127-129, jun. 2011.

TRONTO, Joan C. Mulheres e cuidados: O que as feministas podem aprender sobre a moralidade a partir disso? In: JAGGAR, Alison ; BORDO, Susan. **Gênero, corpo, conhecimento**. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos tempos, 1997.p. 186-203.

VALENTINE, Gillian. **Theorizing and researching intersectionality: A challenge for feminist geography**. Vol. 59, n.1, fev. 2007, p.1-21.

VANDER, Arthur; SHERMAN, James; LUCIANO, Dorothy. **Human physiology: the mechanisms of body function**. 3ª ed. New York: McGraw-Hill, 1980.

VELEDA DA SILVA, Susana Maria. A perspectiva feminista na geografia brasileira. In: SILVA, Joseli, Maria (org). **Geografias Subversivas: discursos sobre espaço, gênero e sexualidades**. Paraná: Todapalavra, 2009. p. 301-313.

_____. Mulheres e trabalho: Novos e velhos dilemas. In: SILVA, Joseli Maria; PINHEIRO DA SILVA, Augusto César. **Espaço, gênero e poder: conectando fronteiras**. Ponta Grossa, Todapalavra, 2011. p. 149-169.

VENTURI, Gustavo. **A condição feminina no Brasil hoje**. In: NEMGE Wordpress. Disponível em: <<http://nemge.wordpress.com/2011/04/06/a-condicao-feminina-no-brasil-hoje/>> Acesso em: 12 de agosto de 2012.

VIEIRA, Paulo Jorge. Os Cus de Judas. In: SILVA, Joseli Maria; ORNAT, Marcio. **Espaço, Gênero e Masculinidades Plurais**. Ponta Grossa: Todapalavra, 2011.

WEEKS, Jeffrey. O corpo e a sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes (org). **O corpo educado: Pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 35-71.

ANEXOS

**ANEXO A – ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA DESTINADA ÀS MULHERES
DO BAIRRO AGROINDUSTRIAL DO MUNICÍPIO DE SANTA MARIA/RS**

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Ciências Naturais e Exatas
Departamento de Geociências
Curso de Geografia**

Dinâmica Demográfica do Município de Santa Maria/RS: O Estudo acerca das relações de conjugalidade através dos contextos do Patriarcado e do Espaço Paradoxal.

Entrevista semi-estruturada destinada às mulheres da amostra do recorte espacial (bairro Agroindustrial)

Nome:

Idade:

1) Você é casada?

2) Tem filhos?

3) Através da sua relação de conjugalidade, o que é ser homem e o que é ser mulher, para você?

4) Em contexto familiar, você se submete às vontades do seu cônjuge?

5) Você trabalha? Quem provê os recursos financeiros para o sustento da sua família?

6) Você exerce a atividade do cuidado com os filhos? Você recebe ajuda do seu marido para o cuidado com os mesmos?

7) Você considera que o seu marido (a partir das atitudes dele na relação de conjugalidade) é machista?

8) Quais são as especialidades (lugares) importantes para as estratégias de sobrevivência de sua família?

9) Você acredita que deva existir igualdade nos papéis exercidos por mulheres e homens nas relações de conjugalidade? Em sua opinião, os homens devem participar mais dos afazeres domésticos e do cuidado com os filhos?

**ANEXO B – FOTOS CAPTURADAS DO TRABALHO DE CAMPO NO BAIRRO
AGROINDUSTRIAL – SANTA MARIA/RS**



Fotografia 2: Pesquisa (Trabalho de Campo) no Bairro Agroindustrial Santa Maria/ RS.

Fonte: Trabalho de Campo, 2012.

Org: CAETANO, Geani Nene, 2012.



Fotografia 3: Residências (Trabalho de Campo) do Bairro Agroindustrial Santa Maria/ RS.

Fonte: Trabalho de Campo, 2012.

Org: CAETANO, Geani Nene, 2012.



Fotografia 4: Área de estudo. Bairro Agroindustrial - Santa Maria/ RS.

Fonte: Trabalho de Campo, 2012.

Org: CAETANO, Geani Nene, 2012.